

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE  
VITÓRIA - EMESCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**MARILENE BENTO DE ARAUJO**

**INVESTIGANDO O PROJOVEM ADOLESCENTE COMO  
ESTRATÉGIA  
DE INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL DE ADOLESCENTES  
NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

**VITÓRIA  
2014**

**MARILENE BENTO DE ARAUJO**

**INVESTIGANDO O PROJOVEM ADOLESCENTE COMO  
ESTRATÉGIA  
DE INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL DE ADOLESCENTES  
NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção o grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento local.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Gilsa Helena Barcellos

**VITÓRIA  
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca da EMESCAM, Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Araujo, Marilene Bento de, 1966  
A663i      Investigando o ProJovem adolescente como estratégia de inclusão  
socioeducacional de adolescentes no município de Vitória / Marilene Bento  
de Araujo. – 2014.  
161 f. il.

Orientador: Gilsa Helena Barcellos.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa  
de Misericórdia de Vitória, EMESCAM.

1. Inclusão social. 2. Projovem. 3. Juventude. I. Barcellos, Gilsa  
Helena. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de  
Vitória. EMESCAM. III. Título.

CDU: 36

---

**MARILENE BENTO DE ARAUJO**

**INVESTIGANDO O PROJOVEM ADOLESCENTE COMO  
ESTRATÉGIA  
DE INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL DE ADOLESCENTES  
NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção o grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 13 de março de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gilsa Helena Barcellos  
Orientadora  
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória - EMESCAM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Raquel de Matos Lopes Gentili  
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória - EMESCAM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Castro de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

*O mundo não é, está sendo. Meu papel histórico não é só o de constatar o que ocorre, mas também o de intervir como sujeito de ocorrências.*

Paulo Freire

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, fonte de força e perseverança em todas as horas.

À meus amigos pelo carinho e amizade, diante das preocupações, ansiedades, alegrias e incertezas.

Aos meus professores que, desde a primeira jornada de estudos, muito colaboraram com seu conhecimento e orientação.

À Prof. Dr<sup>a</sup> Gilsa Barcellos pelas orientações que subsidiaram a realização deste trabalho.

À Ana Cláudia Simões que partilhei momentos preciosos no mestrado, no encontro e consolidação de respeito e amizade.

À Andreza Pegoretti Simões, pela disponibilidade e boa vontade para me atender.

À equipe da EJA do município de Vila Velha na pessoa do professor Emerson Giostri pelo apoio, principalmente na fase final da dissertação.

Aos jovens participantes do programa Projovem Adolescente, os meus agradecimentos pela participação na pesquisa. Sem o carinho, a disponibilidade e o consentimento de vocês este trabalho não teria sido concluído.

Em tempos tão difíceis, do capital fetiche,  
de inseguranças, de angústias,  
de desamor, de rancor e competição;  
Em tempos de individualismo, de solidão, de descrença,  
de lutas vazias, solitárias, desconexas, desarmadas;  
Urge o amanhã incerto;  
Urge a necessidade,  
A plenitude, o amor, o afago, o companheirismo,  
os dias melhores, a igualdade;  
A vida humana urge!  
Alguns fiéis companheiros, mais que afago,  
enchem os dias, os meus simples dias que urgem,  
de muita esperança, sem eles cairia eu também na descrença,  
na solidão, no vazio;  
Com eles divido aprendizado, sabedoria,  
força e muita esperança (Aline Pandolfi).  
A cada um deles dedico este trabalho.

Dedico também à minha mãe como exemplo de superação e dedicação.

Aos meus filhos, Marina, Matheus e Isabella que dividiram a minha atenção com o trabalho de pesquisa nos dois últimos anos.

Uma dedicatória especial a todos os jovens que participaram da pesquisa e possibilitaram o desvendar de um universo desconhecido que muito contribuiu para meu aprendizado enquanto pessoa.

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo investigar a contribuição do Projovem Adolescente ao processo de inclusão e permanência dos seus participantes no sistema escolar, tomando como referência as experiências daqueles que residiam nos Bairros de São Pedro e Resistência, no município de Vitória, Espírito Santo. Para tanto, foram adotados como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, grupos focais e entrevistas semiestruturadas. O projeto que orientou a realização desta investigação teve como objetivo geral – “Investigar os desafios do Projovem Adolescente ao Processo de Inclusão socioeducacional” e como objetivos específicos - contextualizar historicamente o Projovem no município de Vitória, identificar a relação entre a presença no Projovem e a frequência na educação formal e identificar a percepção dos sujeitos (jovens, profissionais e educadores sociais) acerca do Programa. Para isso, percorreu-se sobre aspectos da categoria juventude(s), sobre as políticas de juventude considerando sua trajetória para se consolidar como uma política pública de Estado. Relataremos o processo histórico do Projovem no município de Vitória até a fase do Projovem Adolescente e, através de entrevistas semi-estruturadas e da leitura de documentos, analisaremos à luz da teoria crítica, de forma qualitativa como o Projovem Adolescente se configura no município de Vitória. Com a pesquisa, concluímos que o Projovem Adolescente constitui uma política que contribui para maior frequência dos jovens no ensino regular; que os frequentadores do programa gostam de estar nos CRAS realizando suas atividades propostas. Entretanto, não estabelecem relação de afetividade nem de pertencimento com as escolas do ensino regular que frequentam, local em que se sentem desrespeitados pelos profissionais que ali trabalham; que o programa demanda por uma maior intersetorialidade envolvendo ações do Projovem Adolescente (SEMAS) e a escola (Secretaria de Educação); que os temas violência e trabalho foram recorrentes durante os grupos focais; que a evasão escolar constitui um dos maiores desafios, apesar de contribuir para a permanência dos jovens na escola após sua inserção no programa. Por fim, espera-se com esta pesquisa contribuir para a qualificação de políticas municipais para a juventude.

**Palavras-chave:** Juventude. Inclusão social. Projovem. Políticas públicas

## ABSTRACT

This study is the result of a qualitative investigation that adopted literature review, documental research and empirical research as methodology. The latter was made up of case studies, focal groups and semistructured interviews. The project guiding this investigation aimed at investigating the challenges of Adolescent Projovem to social-educational inclusion, as general objectives. As specific objectives, it aimed at historically contextualizing Projovem in the City of Vitoria, b) identifying the relationship between attendance at Projovem and at regular schools, c) identifying the view of individuals (young people, and social professionals and educators) about the program. Empirical research was carried out at two CRAS (Social Assistance Reference Centers) that developed Projovem in the City of Vitoria, ES, Brazil: São Pedro and Resistencia, at one municipal school attended by Program participants. Study subjects were 41 young people and 13 professional associated to education and social care. The study took place between May and December 2013. All subjects signed the Free and Informed Consent term. Researcher received permission letters from Secretariat of Social Work and Secretariat of Education. The investigation was also authorized by the EMESCAM's research ethics committee. The study concluded that Adolescent Projovem is a policy that contributes to higher attendance of young people to regular schools; that program participants like to be at CRAS carrying out their assignments, but they do not develop affective bonds or sense of belonging to the schools they attend, where they often feel disrespected by the professionals working there; that the program demands higher intersectoriality, involving Adolescent Projovem actions (SEMAS) and the school (Secretariat of Education); that the themes "violence" and "work" were frequent during focal groups; and that school dropout is one of the most serious challenges, even though the program contributes to bringing individuals to schools. Finally, we expect this study to contribute to qualifying municipal policy to youth.

**Keywords:** Youth. Social inclusion. Projovem. Public Policy.

## LISTA DE SIGLAS

CAJUM	Caminhando Junto
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECRIAD	Estatuto da Criança e Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEJUNES	Fórum Estadual da Juventude Negra
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRJ	Gerência de Relações de Juventude
GODH	Gerência do Observatório de Direitos Humanos e Segurança Cidadã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
ONU	Organização das Nações Unidas
PMV	Prefeitura municipal de Vitória
POJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SEMCID	Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TCLE	Termo de consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SÃO PEDRO NA ATUALIDADE .....	26
FIGURA 2 - MAPA DO BAIRRO SÃO PEDRO I .....	27
FIGURA 3 - MAPA DO BAIRRO RESISTÊNCIA .....	29
FIGURA 4 - ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NO PROJÓVEM .....	78
FIGURA 5 - ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DO PROJÓVEM URBANO .....	94
FIGURA 6 - EIXOS ESTRUTURANTES DO PROJÓVEM ADOLESCENTE .....	107
FIGURA 7 - TEMAS QUE INTEGRAM OS EIXOS ESTRUTURANTES .....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO JOVEM ENTRE OS ANOS DE 1950 E 2100 NOS CINCO CONTINENTES .....	47
GRÁFICO 2 - RELAÇÃO ESCOLARIZAÇÃO/RAÇA- JOVENS ENTRE 15 A 19 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NA DÉCADA DE 2000 .....	58
GRÁFICO 3 - RELAÇÃO ESCOLARIZAÇÃO/RAÇA- JOVENS ENTRE 20 A 24 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NO ANO DE 2010 .....	58
GRÁFICO 4 - RELAÇÃO ESCOLARIZAÇÃO/RAÇA- JOVENS ENTRE 25 A 29 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NO ANO DE 2010.....	59
GRÁFICO 5 - TAXA DE HOMICÍDIO TOTAL (EM 100 MIL) POR IDADE SIMPLES E COR. BRASIL 2010 .....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) do município.....	23
Tabela 2 - Dados econômicos da Região da Grande São Pedro.....	27
Tabela 3 - CRAS de São Pedro .....	28
Tabela 4 - Estrutura do CRAS de São Pedro.....	28
Tabela 5 - População de 15 a 29 anos residente (Brasil, Espírito Santo e Vitória).....	48
Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por idade e condição de atividade e de ocupação na semana de referência - Resultados Gerais da Amostra.....	51
Tabela 7 - Pessoas entre 15 e 29 anos, segundo cor ou raça, que freqüentavam a escola em 2010.....	57
Tabela 8 - População Jovem de Vitória.....	62
Tabela 9 - Homicídios entre Jovens de Vitória de acordo com sexo (2007-2009) .....	62
Tabela 10 - Organização dos Espaços do Projovem no Município de Vitória.....	80
Tabela 11 - Qualificação Profissional .....	85
Tabela 12 - Mudanças que ocorreram no Projovem Integrado .....	93
Tabela 13 - Estudantes matriculados no Projovem, Urbano de 2009 a 2010, em Vitória, ES .....	95
Tabela 14 - Escola onde funcionou o Projovem Urbano em Vitória/ES.....	96
Tabela 15 - Equipe técnica Projovem Urbano município de Vitória .....	97
Tabela 16 - Quantitativo de estudantes certificados /evadidos.....	100
Tabela 17 - Localização dos CRAS no Município de Vitória.....	104
Tabela 18 - Equipe de Profissionais que atuam no Projovem Adolescente em Vitória.....	109
Tabela 19 - Representatividade do nº homicídio de jovens de São Pedro no município de Vitória.....	137
Tabela 20 - Representatividade do nº homicídio de jovens de São Pedro no município de Vitória de acordo como sexo.....	137

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CRAS DE RESISTÊNCIA.....	29
QUADRO 2 - DADOS DOS SUJEITOS DA PESQUISA – PROFISSIONAIS E GESTORES .....	35
QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA – JOVENS FREQUENTADORES DO PROJovem .....	35
QUADRO 4 – CATEGORIAS.....	38
QUADRO 5 - MATRIZ CURRICULAR DO PROJovem URBANO.....	97
QUADRO 6 - FALTAS DE ALUNOS, PARTICIPANTES DO PROJovem, NA DISCIPLINA DE “MATEMÁTICA”, COM UMA CARGA HORÁRIA DE 160 HORAS, NO ANO DE 2013 .....	132

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 METODOLOGIA.....	21
<b>1.1.1 Local da pesquisa</b> .....	<b>22</b>
1.1.1.1 Região de São Pedro.....	22
<b>1.1.2 Procedimentos metodológicos</b> .....	<b>29</b>
<b>1.1.3 Tamanho da amostra</b> .....	<b>33</b>
<b>1.1.4 Critérios de inclusão dos sujeitos de pesquisa</b> .....	<b>34</b>
<b>1.1.5 Critérios de exclusão dos sujeitos de pesquisa</b> .....	<b>34</b>
<b>1.1.6 Identificação dos sujeitos de pesquisa</b> .....	<b>34</b>
<b>1.1.7 Análise dos dados</b> .....	<b>36</b>
<b>1.1.8 Questões éticas</b> .....	<b>39</b>
<b>2 JUVENTUDES: ASPECTOS E CONTROVÉRSIAS</b> .....	<b>41</b>
2.1 EXCLUSÃO E JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE.....	43
2.2 RÁPIDO PANORAMA DAS REALIDADES JUVENIS: AS DIMENSÕES NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL .....	46
2.3 O JOVEM E O MUNDO DO TRABALHO.....	49
2.4 A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDES, RAÇA/ETNIA E ESCOLARIDADE .....	53
2.5 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA.....	60
<b>3 AS JUVENTUDES NAS POLÍTICAS SOCIAIS</b> .....	<b>64</b>
3.1 AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.....	71
<b>4 TRAJETÓRIA DO PROJÓVEM NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA:</b> <b>CONTINUIDADE E RUPTURAS</b> .....	<b>76</b>
4.1 O PROJÓVEM URBANO: A FASE INTERMEDIÁRIA DO PROGRAMA .....	92
4.2 O PROJÓVEM ADOLESCENTE: A FASE ATUAL DO PROGRAMA.....	103
<b>5 A PERCEPÇÃO DO PROJÓVEM ENTRE JOVENS</b> <b>FREQUENTADORES, PROFISSIONAIS E EDUCADORES SOCIAIS</b> .....	<b>113</b>
5.1 O PROJÓVEM E O CRAS .....	114
<b>5.1.1 Percepções sobre o cotidiano do Projovem no CRAS</b> .....	<b>120</b>
5.2 A ESCOLA.....	124
<b>5.2.1 A relação entre presença no Projovem e a frequência escolar</b> .....	<b>129</b>

5.3 VIOLÊNCIA EM FOCO.....	134
5.4 PROJÓVEM E O MUNDO DO TRABALHO.....	138
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE C - Roteiro para os grupos focais.....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas semiestruturas para os profissionais do Projóvem.....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas semiestruturas para os profissionais das escolas municipais.....</b>	<b>160</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As interfaces entre juventudes e questão social no Brasil foram postas, em especial, a partir dos processos de urbanização e industrialização do território brasileiro, que contribuíram fortemente para a constituição de uma população urbana marcada pelas desigualdades sociais. Mesmo assim, como afirma Novaes (2011), não existiu no País uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, à exceção daquelas relacionadas à educação e à saúde postas na Constituição de 1988. Porém, como lembra a autora, tais políticas não consideraram as especificidades e as diversidades das juventudes brasileiras.

Segundo Bianco (2010), a história das políticas sociais para a juventude no Brasil passou pela tutela, vigilância e caridade determinadas por aspectos políticos, ideológicos e culturais. Dessa forma, as ações públicas destinadas às crianças e aos jovens em situação de pobreza possuíram em comum um caráter repressivo, higienista e assistencialista ao longo do século XX. Somente nos anos de 1990, como afirma Novaes (2011), a percepção de juventude como uma questão social relevante foi incluída na agenda pública brasileira, destacando-se programas e ações direcionadas aos segmentos juvenis, porém ainda realizados de forma desarticulada.

No século XXI, dentre várias vertentes, a categoria juventude é entendida como socialmente construída. Nesse sentido, ela ganha contornos próprios em contextos históricos, sócio-culturais - e até mesmo geográficos – distintos. Segundo alguns autores (CARRANO, 2011; CAMACHO, 2003; PEREGRINO, 2007; DAYRELL, 2006; SPOSITO, 2003), além de ser marcada pela diversidade a juventude é uma categoria dinâmica, estando em processo constante de mudanças.

Dessa forma, grupos e sociedades têm conceitos diferentes do que é ser jovem, bem como, do que esperar de suas juventudes. Para a sociedade clássica greco-romana, por exemplo, a juventude compreendia a idade entre 22 e 40 anos. Na atualidade, o parâmetro mais usado para se referir aos jovens é a faixa de 15 a 24 anos, definição da Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ). Porém, é possível identificar países que antecipam ou prolongam esta faixa etária. No Brasil, a Lei 11.129, de 30/06/2005 que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Projovem, Programa Nacional de Inclusão

de Jovens, estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos. Nesse sentido, variam as idades cronológicas e as expectativas que as sociedades constroem sobre seus jovens.

A palavra *juvenis* vem de *aeoum*, que etimologicamente significa *aquela que está em plena força da idade*. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sócio-cultural onde se inserem. Portanto, os limites etários<sup>1</sup> e suas características em cada *fase da vida* são resultados de processos históricos resultados das metamorfoses sociais e das (re) invenções culturais.

Diante das especificidades dessa categoria populacional que traz uma série de especificidades frente a outros grupos geracionais, exigem-se a aplicação e a consolidação de políticas públicas que levem em conta as suas demandas nas diversas áreas.

No mais, apresenta-se como desafio, no campo das políticas públicas, a superação do tradicional enfoque clientelista e burocrático – que têm os jovens como simples destinatários de políticas assistencialistas para um enfoque centrado no *empoderamento* dos jovens e de sua participação efetiva em todos os níveis. Dessa forma, poderá ser estratégico para a sua construção enquanto sujeito político, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI (BRASIL, 2004).

Por causa disso, no Brasil, no ano de 2004, foi criado o grupo interministerial com o objetivo de realizar um diagnóstico dos programas federais para o segmento juvenil. Como resultado desse diagnóstico, que identificou a ausência de estruturas no campo governamental voltada a esse segmento populacional, ocorreu às criações da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129 (BRASIL, 2005).

O Projovem Adolescente foi criado com uma perspectiva de fortalecimento da convivência familiar e comunitária, do retorno dos adolescentes à escola e da sua permanência no sistema de ensino por meio do desenvolvimento de atividades que estimulassem a convivência social,

---

<sup>1</sup> O parâmetro mais usado é a faixa de 15 a 24 anos, definição da Organização Internacional da Juventude, mas no conjunto há países que antecipam ou prolongam esta faixa etária. No Brasil a lei 11129 de 30/06/2005 - que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Projovem -, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos.

a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. Aponta, portanto, para necessidade de ações intersetoriais envolvendo diversos níveis e áreas de governo (BRASIL, 2010).

Das juventudes, as que mais desafiam as políticas públicas são aquelas que se condensam no espaço urbano, em especial em regiões metropolitanas. Atualmente, segundo o Censo 2010, o Brasil possui uma população de 51.340.473 jovens, representando aproximadamente 26% da população brasileira. Desse contingente, 81% se concentram em áreas urbanas. No Espírito Santo, existem, segundo o Censo 2010, 947.360 jovens. Desses, 9,37% encontra-se na capital, Vitória, sendo que sua maioria se localiza em regiões consideradas de vulnerabilidade social (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Vitória, município que tem o seu desenvolvimento marcado pela instalação de grandes projetos em seus arredores, viveu, desde o final da década de 1970, um processo de ocupação desordenada daqueles que vieram do Nordeste, de outros estados da Região Sudeste e também dos municípios interioranos capixabas, em busca de trabalho. O processo de industrialização no Espírito Santo levou a uma organização espacial na capital capixaba, na qual, nitidamente, é possível perceber onde estão aqueles que não usufruíram das benesses prometidas pelos portadores do discurso desenvolvimentista, ou seja, aqueles que não tiveram acesso ao progresso e à riqueza, a exemplo da parcela expressiva que vive na baía noroeste de Vitória.

Na baía noroeste está a região de São Pedro, indicada pela Organização Mundial da Saúde (2010) como uma das regiões mais pobres e também a mais violenta de Vitória, sendo responsável, em 2010, por 26% dos homicídios do município. Também a ONU indicou que entre os anos de 2006 e 2009 quase a metade das vítimas, 49,5%, estava na faixa etária de 15 a 24 anos. Reafirmando o cenário, dados sistematizados pela Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos- Gerência do Observatório de Direitos Humanos e Segurança Cidadã (SEMCID/GODH)<sup>2</sup> no ano de 2011, 14% dos homicídios ocorridos no município se deram na região de São Pedro, sendo que a totalidade das vítimas era negra e do sexo masculino.

---

<sup>2</sup> Informação técnica fornecida por Thiago Martins Santana- Chefe da Equipe de Análise e Articulação – Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos- Gerência do Observatório de Direitos Humanos e Segurança Cidadã em 16 de julho de 2012.

Por causa disso, a região tem sido alvo de inúmeras políticas voltadas às juventudes, entre elas está o Projovem Adolescente. Apesar de possuir uma trajetória iniciada no ano de 2005 no município de Vitória, inicialmente na sua forma original e, em seguida, como Projovem urbano. O Projovem enfrenta muitos desafios como ter que responder a uma realidade de juventudes urbanas extremamente dinâmica e cada vez mais complexa.

No Município de Vitória-ES, o referido Programa vem sendo desenvolvido desde a sua criação, inicialmente como Projovem original (2005 a 2008) e, posteriormente, como Projovem Urbano (2009 a 2011), ambos sob a responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República e da Secretaria Municipal de Educação de Vitória. Atualmente, o município possui o Projovem Adolescente vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e sob a coordenação local da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Dessa forma, o Projovem Adolescente integra a Rede de Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As atividades do Programa são desenvolvidas nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que estão distribuídos em 12 territórios no município de Vitória. Possui uma proposta intersetorial que envolve as Secretarias Municipais de Trabalho e Geração de Renda, Direitos Humanos, Segurança Urbana, Meio Ambiente, Saúde e Educação, além das Organizações não Governamentais e Lideranças Comunitárias (VITÓRIA, 2011).

Todavia, apesar de o Poder Público Local registrar o seu empenho no que se refere à implementação do Projovem Adolescente, observam-se ainda muitos desafios a serem enfrentados, um deles diz respeito ao fato dos participantes do programa se inserir em um universo marcado por uma diversidade de questões: violência, tráfico de drogas, dependência química, desistência escolar, desestruturação familiar, dificuldades de subsistência, entre outros. Nesse sentido, manter essas juventudes num programa educacional regular torna-se um desafio cada vez maior, exigindo novas estratégias no campo pedagógico, estimulando-as a serem sujeitos do processo educacional.

Parte da eficácia do Projovem está intimamente ligada à sua capacidade de reconhecer as especificidades desse segmento populacional, levando em conta os aspectos gerais e particulares do universo juvenil.

Instigada por essa diversidade de questões, elaborei o seguinte problema de pesquisa: o Projovem Adolescente tem se constituído de fato em um programa de inclusão socioeducacional de jovens em situação de vulnerabilidade? Nesse sentido, o presente estudo teve como propósito investigar a contribuição do Projovem no processo de inclusão e permanência dos participantes no sistema escolar, tomando como referência as experiências daqueles residentes nos bairros de São Pedro e Resistência, no município Vitória, Espírito Santo.

Para tanto, essa pesquisa teve como elementos norteadores os seguintes:

1. objetivos gerais
  - Investigar os desafios do Projovem Adolescente ao processo de inclusão socioeducacional;
2. objetivos específicos
  - a) contextualizar historicamente o Projovem no município de Vitória;
  - b) identificar a relação entre a presença no Projovem e a frequência na educação formal;
  - c) identificar a percepção dos sujeitos (jovens, profissionais e educadores sociais) acerca do Programa.

Para a realização desta investigação, adotei como pressuposto que o Projovem Adolescente contribui para o processo de inserção e permanência de jovens no ambiente escolar formal, todavia, as suas estratégias ainda são insuficientes para atender as demandas no campo socioeducacional dos seus participantes, necessitando de maior intersectorialidade da ação governamental de suas estratégias metodológicas nas áreas de assistência e educação.

Ressalto que a escolha do tema foi determinada por minha trajetória profissional, quando pude vivenciar momentos preciosos junto aos jovens, ampliando o meu interesse pela temática juventude. A princípio, como professora de Ciências no Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, posteriormente, na Secretaria de Educação do município de Vitória, atuando nessa equipe a partir do ano de 2005. Nessa ocasião, coordenando o projeto de Protagonismo Estudantil e o Projeto Intersetorial para jovens em Vulnerabilidade Social, realizado na Escola Vercenílio da Silva Pascoal no bairro Joana Dar'c localizado no município de Vitória.

Desenvolvendo o Projeto Protagonismo Estudantil, tive oportunidade de promover eleições de representantes de turma da EJA desenvolvendo reuniões em que os jovens expressavam suas expectativas enquanto estudantes. Nessa ocasião, os responsáveis pela gestão da Secretaria de Educação também tiveram a oportunidade de ouvi-los. A participação nas mesas de reunião e formação e em seminários da EJA passou a ser uma constante. As várias formas de expressão desses estudantes passaram a ser representados em encontros em espaços públicos, no Parque Moscoso, localizado no centro de Vitória, no trabalho denominado de Tribuna da Comunidade Escolar.

No trabalho com jovens em Vulnerabilidade Social, foi iniciado um projeto piloto denominado de *Vivências Socio-Educativas-Culturais com alunos e alunas em Situação de Vulnerabilidade Social* direcionado aos jovens da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vercenílio da Silva Pascoal. Houve a participação de integrantes da Secretaria de Assistência Social, e da Secretaria de Educação. Com essas duas experiências, tive a oportunidade de experimentar um olhar diferenciado exercido anteriormente como professora, já que, na ocasião, passei a olhar e entender esses jovens para além da sala de aula, não somente como aluno, mas com todas as suas expectativas e angústias, com demandas sociais que somente a educação não daria conta, necessitando de Políticas Públicas de caráter intersetorial.

Por fim, esta pesquisa pretendeu contribuir para ampliar o acúmulo teórico-metodológico sobre as políticas públicas para a juventude no Brasil, com intuito de oferecer novos elementos de estudo acerca das políticas de caráter interinstitucional com vistas à inclusão socioeducacional de jovens. No caso do Projovem, a interface estudada diz respeito às ações desenvolvidas pelas áreas da assistência social e da educação.

Para o jovem, este projeto pretendeu compreender com maior profundidade aspectos que envolvem a realidade da juventude no município de Vitória, bem como se dá a relação entre jovens de camadas populares e uma política socioeducacional de caráter inclusivo.

Do ponto vista pessoal e profissional, o presente estudo permitiu uma compreensão mais aprofundada dos aspectos que envolvem a juventude no contexto educacional, possibilitando-me maior capacitação para o meu fazer profissional.

A dissertação foi organizada da seguinte forma: no Capítulo dois, intitulado Juventude (s)

Aspectos e Controvérsias, trouxemos o conceito de juventude(s) expressada no plural para identificar que existem vários modos de ser jovem. Nesse capítulo, também foi abordado a temática exclusão e juventudes na contemporaneidade no intuito de discutir o conceito de inclusão e exclusão, considerando ser jovem o segmento populacional mais vitimizado pelas mais distintas formas de violência no Brasil. Foi também realizado um rápido panorama das realidades juvenis nas dimensões nacional, estadual e local. No capítulo três, que denominei de *As juventudes nas Políticas Sociais*, foi realizada uma abordagem sobre as políticas de juventude e uma rápida apresentação sobre as políticas de juventude no município de Vitória - Espírito Santo. O quarto capítulo trata da trajetória do Projovem no município de Vitória, com destaque para a sua fase atual: o Projovem Adolescente. E, por último, o Capítulo cinco destaca as percepções dos jovens frequentadores, profissionais e educadores sociais sobre o Projovem Adolescente. Nele, também apresentamos as elaborações dos jovens sobre violência e trabalho.

## 1.1 METODOLOGIA

Para Minayo (2003, p. 23) pesquisar é “Uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre a teoria e dados”. A autora considera que a pesquisa vincula pensamento e ação.

Dessa forma, optamos por desenvolver a pesquisa pela abordagem qualitativa. Essa escolha se deve ao fato de ser frequentemente utilizada na educação “Devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

De acordo com Godoy (1995, p. 62),

Na pesquisa qualitativa alguns aspectos deverão ser identificados: a) ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) o caráter descritivo; c) O significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida como preocupação do investigador; d) O enfoque dedutivo. Tendo esse entendimento, e buscando atender ao objetivo da pesquisa, fiz a opção pela estratégia metodológica Estudo de Caso.

Ludke e Andre (1986, p. 17) nos auxiliam a entender o estudo de caso dizendo que *O caso é sempre bem delimitado*, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo. Para as autoras, o estudo de caso irá auxiliar o pesquisador se o mesmo tiver interesse em pesquisar uma situação singular, particular.

Ludke e André afirmam que os Estudos de Caso deverão ser elaborados de modo a permitir interpretações alternativas e generalizações naturalísticas para a compreensão dos processos sociais não envolvendo somente o conhecimento lógico formal, mas consideram outros tipos de conhecimento como as instituições, as sensações e as impressões, estruturados de tal forma que permitem a manifestação de variados saberes, favorecendo o desenvolvimento de interpretações alternativas.

Dessa forma, a realização do Estudo de Caso se deu por acreditar que esse formato metodológico possibilitava atender aos objetivos específicos do projeto que norteou a realização desta investigação. Para melhor compreensão do processo de escolha do caso, ponderamos que, em Vitória, o Projovem Adolescente, no período de realização da pesquisa, ano de 2013, atendia 411 jovens. Os participantes reúnem-se nos CRAS do município formando os coletivos. O município possui 27 coletivos juvenis distribuídos em 12 CRAS em áreas de maior vulnerabilidade. A ideia inicial era estudar a totalidade dos CRAS que desenvolvem o Programa, mas – por ser uma pesquisa de mestrado em que o período de sua realização é relativamente curto para realização de investigações com objetos de estudo muito amplos – decidimos escolher duas experiências para o estudo de caso, com o intuito de, a partir delas, compreender o papel do Projovem no processo de inclusão socioeducacional de jovens residentes dessas regiões. Como eu já estabelecia contato com o Projovem dos Territórios I e II (São Pedro e Resistência) e por se localizarem em uma região que registra alto índice de violência envolvendo jovens, optei por realizar os estudos nestes dois locais.

Bem, depois da opção pelo estudo de caso, o passo seguinte foi definir como fazê-lo. Decidimos, então, por adotar como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Tais procedimentos serão detalhados mais à frente.

### **1.1.1 Locais da pesquisa**

Vitória é a capital do Estado do Espírito Santo e representa um dos quatro estados que compõe a região sudeste. O município foi fundado em 08 de Setembro de 1551 e sua emancipação política aconteceu em 24 de fevereiro de 1823, através de um Decreto-Lei Imperial que concedeu Fórum de Cidade a Vitória. Sua extensão territorial limita-se ao Norte com o município de Serra, Sul com Vila Velha, Oeste com Cariacica e Leste com o Oceano

Atlântico. Seu território é constituído de uma ilha principal, com área de 29.37 km<sup>2</sup>, uma parte continental, situada ao Norte, com extensão de 34.35 km<sup>2</sup>. Integra também ao território municipal as Ilhas Oceânicas de Trindade e o Arquipélago de Martin Vaz, situadas a 1.140 km da costa, com área de 10.92 km<sup>2</sup>. Além desses espaços, Vitória possui diversas ilhas menores no seu entorno, que juntamente com sua baía compõe seu território de 98.194 km. (VITÓRIA, 2010).

De acordo com Abe (2006), a maioria da população dedica-se a atividades relacionadas à prestação de serviços, em proporções maiores do que a média do Estado do Espírito Santo, onde encontravam as ocupações agropecuárias muito reduzidas em Vitória. Siqueira (2010) também se refere à economia do município. Para a autora, a economia de Vitória passou de um modelo primário exportador tendo como base produtiva o café para um modelo urbano industrial. De acordo com a autora esse fato modificou totalmente a sua dinâmica de geração de riqueza, com altas taxas de crescimento no setor industriais principalmente derivados dos grandes projetos como expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o complexo Tubarão, e na sequência pela Aracruz Celulose e Samarco. Com restrita área de expansão, o custo de morar no município se eleva e o crescimento da população transborda para os municípios vizinhos. Os dados da Tabela 1 indicam o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) do município.

**Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) do município**

Descrição	1991	2000	2010
IDH Municipal	0.644	0.759	0.845
IDH Renda	0.754	0.820	0.876
IDH Longevidade	0.715	0.762	0.855
IDH Educação	0.495	0.700	0.805
Ranking municípios do Espírito Santo	1º	1º	1º
Ranking entre as Capitais	3º	2º	2º
Ranking municípios do Brasil	6º	7º	4º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2012). Elaboração: Gerência de Informações Municipais - SEGES/PMV.

De acordo com a tabela acima, a classificação do IDH municipal mudou de  *muito baixo* (0,644), em 1991, para  *alto desenvolvimento humano* (0,845), em 2010. Em 2000, o IDHM geral do Brasil era 0,612, sendo considerado  *médio*. O índice é composto por três indicadores de desenvolvimento

humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). O IDH municipal de 0,845 coloca o município na quarta cidade e a segunda capital brasileira com os melhores indicadores (VITÓRIA, 2010).

Entretanto, Abe (2006) considera o município da capital, que por ser insular e formado por mangues e regiões de encostas, desfavorável à urbanização. No mais, possui como característica um território socialmente muito seletivo pela presença de bairros com renda elevada em detrimento de áreas integradas por bairros com renda muito baixa, revelando-se um espaço urbano marcado por desigualdades sociais.

Nos anos posteriores, os grandes projetos industriais foram se estabelecendo no município sem que se planejassem políticas urbanas e sociais adequadas (Instituto Jones dos Santos Neves, 2011). Abe (2006, p. 1) ainda considera que “O Índice de Desenvolvimento Humano médio, apesar de serem os mais elevados do Estado camuflam essa dicotomia que ocasionalmente resultam em conflitos”. Os índices de violência da capital são elevados até mesmo em padrões nacionais, relativizando a qualidade de vida anunciada pelo IDH. Essa dicotomia mencionada pelo autor pode-se ser observada na região de São Pedro em que foi realizada a pesquisa.

#### **1.1.1.1 Região de São Pedro**

**Região de São Pedro.** A região de São Pedro localizada na baía noroeste no município de Vitória vivenciou desde meados da década de 1970 o processo de instalações de grandes projetos citados anteriormente. A partir de 1977, teve-se início o processo de ocupação desordenada daqueles que vieram do Nordeste, de outros estados da Região Sudeste e também dos municípios interioranos capixabas, em busca de trabalho. A igreja prestava auxílio às famílias e dividiu a região entre suas Comunidades de base que foram sendo denominadas com nomes religiosos (RODRIGUES, 2012).

Siqueira (2010) relata que nos anos seguintes o processo de ocupação se acentuou na baía noroeste de Vitória, formada por manguezais e morros. Local em que a prefeitura de Vitória despejava todo o lixo da cidade. Segundo a autora citada, a última ocupação dessa área ocorreu 1980, formando o bairro de São Pedro. Nessa época, possuía 15 mil residentes.

Durante muito tempo, o local conhecido como *lixão de São Pedro* foi de acordo com Siqueira (2010, p.91), “Gradativamente, tornando-se uma fonte de sobrevivência de centenas de

peessoas, inicialmente com coleta e vendas de papéis, plásticos, vidros, etc. Com o lançamento do lixo no manguezal a área foi gradativamente sendo aterrada” e, tornou-se alternativa habitacional para migrantes empobrecidos, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa renda.

Neste período, Rodrigues (2012) afirma que para acabar com os conflitos existentes entre os invasores e os proprietários, e com objetivo de assentar 90 famílias, o então prefeito da capital Carlito Von Schilgen liberou em dezembro de 1980, através do PROMORAR, uma área de 150.000m<sup>2</sup> para habitações populares. Porém, a área prevista para receber essas famílias, recebeu 300 outras que também chegava à região em busca de moradia. Essas famílias não encontrando terra para assentamento iniciaram nova ocupação nos manguezais, correspondendo atualmente aos bairros de Santo André, São José, Redenção (São Pedro III) e Conquista (São Pedro IV).

Rodrigues (2012), ainda relata que o processo de migração para essa região ocorreu de forma acelerada, uma vez que a atração não era somente pela moradia, mas também por ser uma possibilidade de fonte de renda nas toneladas de lixo despejadas por dia em São Pedro.

Rodrigues (2012) nos lembra que a precária condição de vida desse assentamento humano torna-se foco principal da sociedade salientada pela repercussão do vídeo-denúncia Lugar de Toda Pobreza, produzido pelo jornalista e cineasta Amylton de Almeida.

No final da década de 1980, novas ocupações populares continuavam invadir o manguezal agora, na porção noroeste da Ilha, atingindo uma extensão de 5Km<sup>2</sup> estabelecendo novas áreas para intervenções com aterro. Contudo o autor citado nos chama atenção para o fato de que somente o aterro não iria garantir a qualidade de vida daquela população, sendo necessários investimentos públicos de infraestrutura na área surgida pelos aterros do manguezal entre as décadas de 70 e 90.

O autor supracitado, também indica que a partir dessas invasões surgem os bairros Novos Palestina (São Pedro V) e Resistência (São Pedro VI). Nesse período, São Pedro foi palco de lutas locais intensas, de um processo de organização comunitária ímpar. Esse fato é percebido nos nomes das ruas como *Rua da Luta* ou o nome do próprio bairro *Resistência*. Uma das moradoras do bairro relata:

Nós fizemos muitas passeatas para ter água, pra ter luz, pra ter esgoto. Mais de 300 passeatas! Uma grande vitória que nós tivemos foi quando tinha morrido 17 pessoas

de meningite e nós exigimos a vacina, e aí o ministro mandou, o ministro mandou. Em setembro de 1977 os canos d'água já chegaram através de nossas passeatas e através do Movimento da Água que foi o primeiro Movimento Popular de Vitória. O Movimento da Água. Enquanto em Vila Velha era o Movimento pelo Transporte, em Vitória era o Movimento da Água. Coordenado pelos Agentes de Pastoral. (ANDREATA, 2013).

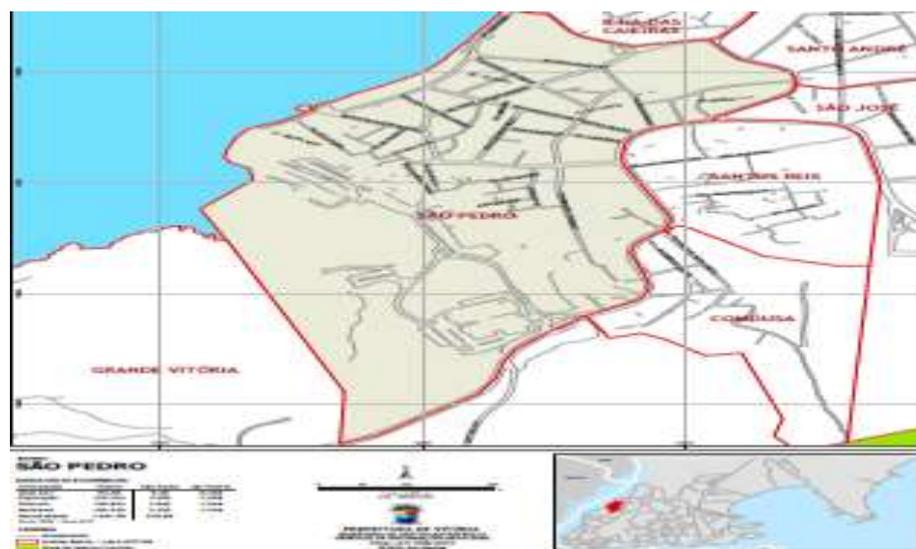
Nesse contexto, no final da década de 80 o governo de Vitor Buaiz, adotou a Política de Inversão de Prioridades, de acordo com o relatório da Prefeitura Municipal de Vitória de 1992, no intuito de oferecer melhores condições de vida à população e garantir a preservação do manguezal.

Nesse mesmo período é implantado o Projeto Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal, possuindo como eixos norteadores: a conscientização dos moradores para preservação do mangue, a participação das comunidades na implantação dos critérios para uso e ocupação do solo na urbanização das áreas e incluía também melhorias habitacionais para as famílias assentadas. Uma das ações de melhoria foi a conclusão em 1990, da usina de Lixo e a organização dos catadores em sindicatos de classe (RODRIGUES, 2004).

**FIGURA 1 - São Pedro na atualidade**



Fonte: Vitória (2010)

**FIGURA 2 – Mapa do bairro São Pedro I**

Fonte: Vitória (2010)

**Tabela 2 - Dados econômicos da Região da Grande São Pedro**

Descrição	Dados
Número de bairros	10
Área (m <sup>2</sup> )	3.605.579
População (2010)	33.746
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	1.942
Número de domicílios (2010)	9.954
Renda média R\$ (2010)	508,84

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

No século XXI São Pedro apresenta ainda grandes desafios como demonstrado na tabela sobre os dados econômicos dessa região. A população apresenta a menor renda média, sendo considerada a região mais carente do município. A Região é a sétima mais populosa, oitava em área territorial e terceira em densidade demográfica (Vitória, 2010). Dessa forma, Mattos (2011, p. 207) afirma que “A desigualdade afeta a qualidade de vida de enorme contingente populacional, principalmente dos segmentos pauperizados e de baixa renda”.

Mattos (2001) ainda nos chama atenção para o fato de nesses espaços encontram-se as maiores taxas de repetências e evasão escolar de mães solteiras e de jovens que não estudam e

não trabalham. Para Mattos (2011), as maiores vítimas do processo de desvantagem social, é as populações marginalizadas econômica e socialmente, comumente suspeitas e alvos de intolerância, tanto por parte de grande parcela da população quanto dos aparelhos do Estado.

Para atender as demandas da população foi inaugurado em 10 de outubro de 2007 o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

**Tabela 3 - CRAS de São Pedro**

<b>CRAS</b>	: CRAS Região São Pedro - Território I
<b>Município</b>	: VITÓRIA/ES
<b>Porte</b>	: Grande
<b>População</b>	: 325453

Fonte: Censo SUAS 2010

**Tabela 4 - Estrutura do CRAS de São Pedro**

<b>Sala até 5 pessoas</b>	: 1
<b>Sala de 6 a 14 pessoas</b>	: 1
<b>Sala de 15 a 30 pessoas</b>	: 0
<b>Sala superior a 30 pessoas</b>	: 0
<b>Quantidade de banheiros</b>	: 4
<b>Possui Recepção</b>	: Sim
<b>Possui Placa de Identificação em modelo padrão</b>	: Sim, em outro modelo, mas com o nome Centro de Referência de Assistência Social
<b>Imóvel é compartilhado</b>	: Não
<b>Quantidade de Computadores</b>	: 5

Fonte: Censo SUAS 2010

Não conseguindo atender todas as demandas de São Pedro denominado de (Território I), no ano de 2009 houve a inauguração do CRAS de Resistência (Território II). Território I e II foi a designação estabelecida pela SEMAS para diferenciar o CRAS de São Pedro e Resistência.

**FIGURA 3 – Mapa do bairro Resistência**



Fonte: Vitória em dados

**QUADRO 1 - Identificação do CRAS de Resistência**

Identificação do CRAS - Resistência	
CRAS	Cras Região São Pedro - Território II
Município	VITÓRIA/ES
Porte	Grande
População	325453
Endereço	RUA Tancredo Neves 79 Resistência

Fonte: Censo SUAS

Nesse mesmo ano de inauguração do CRAS de Resistência o município realiza a adesão do Projovem Adolescente, que passa no ano de 2013 a receber os jovens em suas dependências para as suas atividades.

### 1.1.2 Procedimentos metodológicos

**a) Revisão da literatura.** Foi realizada a revisão da literatura a partir de artigos, livros e capítulos de livros, com uso das seguintes palavras-chave: políticas públicas, juventude, inclusão social, Projovem. Os bancos de dados acessados foram os seguintes: Scielo; Lilács, Fundação Carlos Chagas, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério de Educação e Cultura.

**b) Pesquisa documental.** Foi realizada a pesquisa documental utilizando-se da legislação

pertinente ao tema, decretos, portarias, normas e relatórios oficiais e de movimentos ligados aos direitos humanos e à juventude no Brasil, tratados e pactos internacionais. Também foram analisados os documentos (pautas) dos participantes do ProJovem. Entre os documentos pesquisados e utilizados estão: Acompanhamento à formação continuada de educadores formados pela FUNDAR. 2006, Relatório mensal de serviço de consultoria. 2005, Ofício nº. 002/09 da Secretaria de Educação de Vitória. 2009. Relatório da coordenação do Projovem Urbano em resposta aos relatórios emitidos pela Fundar referentes ao período compreendido a novembro de 2009 a maio de 2010. Ofício nº. 004/2011 Projovem Urbano. Secretaria de Educação. Vitória, 2011. Ofício nº. 19/2011 Projovem Urbano. Secretaria de Educação. Vitória, 2011, Resultado parcial de Vitória. Brasília, 2007, Ofício nº. 09/2009 Projovem Urbano. Secretaria de Educação. Vitória, 2009, Ofício nº. 18/2011 Projovem Urbano. Secretaria de Educação. Vitória, 2011, Ofício nº. 15/2005 Descrição de Atividades. Secretaria de Educação. Vitória, 2005, Síntese das deliberações do Núcleo Projovem Vitória. 2005 e Email: Convite Projovem. Equipe Projovem Coordenação de Vitória. 2006.

**c) Grupos focais.** O grupo focal é considerado por Powell e Single (1996, p. 449) sendo “*um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal*”.

Segundo Morgan e Krueger (1993), na pesquisa qualitativa, os grupos focais possibilitam captar a partir das trocas realizadas no grupo conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários. O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar.

Nesse sentido, foram realizados quatro grupos focais com jovens frequentadores dos CRAS na região de São Pedro e Resistência nos turnos matutino e vespertino. Todos eles frequentam escolas da Rede Municipal de Ensino de Vitória. Privilegiou-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios descritos neste trabalho. Nesse sentido Gatti (2005, p. 7) afirma que: “Os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas”.

Para Gatti (2005) esta técnica está cada vez mais sendo usada em pesquisa qualitativa. A autora caracteriza o grupo focal como derivada de diferentes formas de trabalho com grupos, amplamente utilizada na psicologia social. A seleção dos participantes segue alguns critérios, a saber:

Possuir algumas características em comum que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo, os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados nas suas vivências cotidianas (GATTI, p. 23, 2005).

Na ocasião, foi realizada uma visita aos CRAS de São Pedro e Resistência para o primeiro contato com os educadores sociais que iriam intermediar o contato com os jovens participantes e também para verificar a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por parte dos jovens. Na oportunidade, conheci os jovens que participavam do programa. A atuação dos educadores sociais nessa intermediação foi fundamental para que conseguisse os TCLEs assinados pelos responsáveis.

A investigação foi realizada no ano de 2013. Foram quatro grupos focais. Deles, Participaram 11 jovens no CRAS de São Pedro matutino e 10 jovens no turno vespertino. Na região de Resistência participaram 10 jovens do coletivo matutino e vespertino. Dessa forma, participaram uma totalidade de 41 jovens na pesquisa.

O primeiro grupo focal foi realizado na região de São Pedro matutino e seus integrantes demonstraram grande receptividade, participando durante todo o tempo. No final do encontro, me convidaram para que eu estivesse mais vezes no coletivo. No turno vespertino, os jovens participantes possuíam idade superior ao do turno matutino e estabeleceram o mesmo interesse em participar. Nesses dois grupos focais as brincadeiras entre eles, na maioria das vezes, relacionavam-se ao tráfico. Ao reunir com os jovens da região de Resistência, no grupo focal matutino e vespertino, chamou a minha atenção as brincadeiras relacionadas ao horário do lanche ou da ida dos participantes devido ao lanche oferecido no programa. Estavam muito preocupados em não perderem esse momento, revelando a importância de se alimentarem durante a participação nos coletivos. Outro aspecto que me despertou curiosidade no grupo matutino foi à altura de alguns jovens, que, apesar de terem 16 anos, possuíam porte físico de adolescentes de idade inferior. Os participantes mais velhos do grupo matutino e vespertino envolviam os mais novos ou tímidos na conversa para que também participassem. O

sentimento de cooperação entre os jovens foi perceptível nos dois grupos dessa região.

O contato com os jovens foi mediado pelos educadores sociais do Projovem, que realizaram as consultas sobre o interesse dos mesmos em participar da pesquisa. A partir do aceno positivo dos jovens, o TCLE (APÊNDICE A) foi encaminhado para os pais/responsáveis assinarem. Os grupos focais só foram realizados após a entrega dos TCLE assinados.

Durante a realização dos grupos focais foi resguardada a privacidade dos participantes, por isso, estavam presentes a pesquisadora e uma facilitadora apenas. Esta, a facilitadora, não estabelecia qualquer relação com os sujeitos de pesquisa e com a instituição e programa pesquisados.

Os encontros foram realizados em uma das salas dos CRAS dessas regiões e os profissionais do Projovem, bem como os demais jovens não estavam presentes. Cada encontro teve duração de 60 minutos. No primeiro momento com os jovens nos grupos focais, pode-se perceber que as mensagens de sua condição social foram as primeiras a refletirem-se nos seus corpos que traduzem os “Efeitos do desemprego da família, da exclusão, da fome. Débeis instrumentos perante as exigências da dura sobrevivência” (ARROYO, 2004, p. 126).

A minha presença não os deixou constrangidos ou retraídos. Foi perceptível o sentimento de contentamento por participarem dos coletivos nos CRAS. Em todos os grupos focais os jovens demonstraram receptividade, demonstrando interesse pelas temáticas abordadas, principalmente quando o assunto era mundo do trabalho, escola, preconceito.

Foram realizados registros por intermédio de filmagens e gravações que foram transcritas integralmente posteriormente, para facilitar a seleção e a análise dos dados. Vale ressaltar que os temas abordados seguiram um roteiro prévio (APÊNDICE C).

Por meio dos relatos verbais foram realizadas observações quanto à postura físicas, participação e a coerência entre a fala e o corpo dos participantes durante as discussões. Dessa forma, buscou-se aproximar-se das subjetividades, das vivências e expectativas dos jovens participantes diante dos assuntos abordados.

d) **Entrevistas.** Foram também realizadas 13 entrevistas semiestruturadas orientadas por um roteiro (APÊNDICE A e APÊNDICE B) com duração entre 40 minutos e 1 hora. Oito

entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os profissionais do Projovem Adolescente. Alguns desses profissionais já eram conhecidos devido ao trabalho realizado na Secretaria de Educação. Todos se propuseram a assinarem o TCLE. Foram realizadas outras duas entrevistas com os profissionais que atuaram no Projovem na sua fase Original, contribuindo para o resgate histórico do programa no município de Vitória. Tive acesso a esses profissionais por atuarem como professores na rede municipal de Vitória e Vila Velha no qual também faço parte. Na escola em que realizei as entrevistas semiestruturadas percebi a resistência de um profissional que trabalhava diretamente com os jovens que ali estudavam. Precisei buscar outros que tivessem uma postura de maior colaboração para realizar as entrevistas.

### **1.1.3 Tamanho da amostra**

No ano de 2013, período em que foi realizada a pesquisa existia quatrocentos e onze jovens que participavam do Projovem no município de Vitória na faixa etária de 15 a 17 anos. Desses, participaram do grupo focal 41 jovens, representando aqueles que frequentavam as regiões de São Pedro e Resistência.

Atualmente, trabalham no Projovem Adolescente do município de Vitória 29 profissionais. Nos CRAS das Regiões de São Pedro e Resistência participam em cada região um pedagogo e um articulador social responsável por essas regiões, um assistente social, e 4 educadores sociais que trabalham nos CRAS nos turnos matutino e Vespertino, totalizando sete profissionais. Desse universo, constituíram-se como amostra da pesquisa um quantitativo de dois educadores sociais - representando a região de São Pedro e Resistência, um articulador social responsável pelas regiões citadas, um pedagogo, um assistente social, o coordenador geral do Projovem, o coordenador administrativo e o gerente de Convívio e Fortalecimento de Vínculos. Perfazendo um total de oito profissionais.

Na escola, o corpo pedagógico constituía-se por sete professores, dois pedagogos e dois coordenadores. Desse universo, foi realizada entrevista com um professor, um pedagogo e um orientador que atuavam diretamente com os jovens do Programa. Para tanto, foi usado um roteiro que orientou a realização das entrevistas (APÊNDICE E). Para análise dos documentos de frequência dos estudantes, optou-se pela disciplina de matemática por possuir uma carga horária maior e dessa forma, permitir um maior acompanhamento dos jovens

estudantes no quesito frequência.

#### **1.1.4 Critérios de inclusão dos sujeitos de pesquisa**

Participantes do Projovem: que fossem frequentadores do Projovem no Município de Vitória; que estivessem matriculados nas escolas dessa municipalidade; que residissem na região de São Pedro (territórios I e II); que aceitassem participar da pesquisa; que pais e/ou responsáveis assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Em relação aos gestores e profissionais: aqueles que estabelecessem relação direta com os participantes do Projovem; que atuassem no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e nas escolas municipais frequentadas pelos frequentadores do programa da região de São Pedro; que aceitassem participar da pesquisa e que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### **1.1.5 Critérios de exclusão dos sujeitos de pesquisa**

Não foram incluídos os jovens que, por ventura, estivessem frequentando o projovem mas que tivessem deixado a escola; que mesmo aceitando participar os responsáveis ou pais não assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que estivessem frequentando o Programa, porém matriculados no ensino médio.

#### **1.1.6 Identificação dos sujeitos de pesquisa**

Os profissionais que trabalharam no Projovem foram identificados por números de 1 a 10. Os profissionais da escola foram identificados por A, B e C e a escola em que os jovens estudaram por X e Y.

**QUADRO 2 - dados dos sujeitos da pesquisa: profissionais e gestores**

Identificação/pseudônimo	Idade	Profissão	Função que exerce	Vínculo empregatício	Local de trabalho	Tempo que trabalha no Projovem
Entrevistada 8	31anos	Socióloga	A. Social	Contratada	São Pedro	9 meses
Entrevistada 7	25 anos	Estudante	E. Social	Estagiária	André Carloni	7 meses
Entrevistado 10		Professor	Gerente	Efetivo	Jardim da Penha	5 anos
Entrevistada 9	30 anos	Assistente Social	Coordenador	Efetivo	Jardim Camburí	6 meses
Entrevistado 4	29	Psicóloga	Coordenador	Contratada	Vitória	1 ano e meio
Entrevistada 6	50	Pedagoga	Pedagoga do Projovem	Contratada	Centro de Vila Velha	4 anos
Entrevistado 5	22 anos	Estudante de História	Articulador social	Contratada	Centro	1 ano
Entrevistado 3	23 anos	Estudante do Ensino Médio	Articulador Social	Contratada	São Pedro	1 ano
Entrevistado 1	47	Professor de séries iniciais	Professor	Efetivo	Goiabeiras	5 anos
Entrevistada 2	40	Professora de matemática	Professora de matemática	Contratada	Carapina	1 ano
Entrevista A	35 anos	Pedagoga	Pedagoga	Efetiva	Vitória	1 ano
Entrevistada B	31 anos	Professora	Coordenadora	Efetiva	Camburí	3 anos
Entrevistado C	46 anos	Professora	Professora	Efetiva	Jardim da Penha	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora

**QUADRO 3 - Identificação dos sujeitos de pesquisa: jovens frequentadores do PROJOVEM**

Identificação/pseudônimo	Grupo Focal	sex	Idade	Raça/Etnia	Escolarização	Local Residência	Ocupação	Escola	Turno	Tempo Projovem
Jovem 1	SP MAT	M	15	Negro	6ª série	São Pedro	estudante	Fla	vesp	3 meses
Jovem 2	SP MAT		15	Negro	7ª série	São Pedro	Estudante	RC	vesp	4 meses
Jovem 3	*SPM	M	15	Negro	5ª serie	São Pedro	Estudante	JLM	Vesp	5 meses
Jovem 4	SPM	F	15	Branca	7ª	São Pedro	Estudante	JLM	Vesp	3 meses
Jovem 5	GF SP M	M	15	Negro	6ª	São Pedro	Estudante	RC	Vesp	5 meses
Jovem 6	GF SPM	M	15	Negro	7ª	São Pedro	Estudante	FLA	Vvesp	4 meses
Jovem 7	GF SPM	M	16	Negro	intermediário	São Pedro	Ajudante Pedreiro	FLA	Noturno	4 meses
Jovem 8	GF SPM	M	16	Negro	Inicial	São Pedro	Estudante	FLA	Noturno	3 meses
Jovem 9	GF SP M	M	15	Negro	7ª	São Pedro	Estudante	NNG	Vesp	4 meses
Jovem 10	GF SPM	M	15	Negro	7ª	São Pedro	Estudante	LB	Vep	5 meses
Jovem 11	GF SP M	F	15	Branca	6ª	São Pedro	Estudante	NNG	Vesp	3 meses
Jovem 12	*GF SP V	F	15	Negra	7ª	São Pedro	Estudante	LB	Mat	4 meses

Jovem 13	GF SP V	M	16	Negro	Conclusivo	São Pedro	Estudante	FLA	Noturno	5 meses
Jovem 14	GF SP V	F	16	Negra	Intermediário	São Pedro	Estudante	TAN	Noturno	6 meses
Jovem 15	GF SP V	M	15	Negro	7ª	São Pedro	Estudante	LB	Mat	3 meses
Jovem 16	GF SP V	M	15	Negro	Intermediário	São Pedro	Estudante	NNG	Noturno	7 meses
Jovem 17	GF SP V	M	16	Negro	Intermediário	São Pedro	Estudante	Neuza N	Noturno	3 meses
Jovem 18	GF R M	M	15	Negro	6ª	Resistência	Estudante	RC	Vesp	4 meses
Jovem 19	GF RV	M	16	Negro	5ª	Resistência	Estudante	RC	Mat	3 meses
Jovem 20	GF SP V	M	16	Negro	Intermediário	São Pedro	Estudante	NNG	Noturno	8 meses
Jovem 21	*GF RM	M	15	Negro	6ª	Resistência	Estudante	RC	Mat	4 meses
Jovem 22	GF RM	M	16	Negro	Intermediário	São Pedro	Auxiliar Pedreiro	NNG	Noturno	6 meses
Jovem 23	GF RM	M	16	Negro	6ª	Resistência	Estudante	RS	Vesp	4 meses
Jovem 24	GF RM	M	15	Negro	7ª	Resistência	Estudante	RS	Vesp	4 meses
Jovem 25	GF RM	M	15	Negro	6ª	Resistência	Estudante	NNG	Vespertino	5 meses
Jovem 26	GF RM	M	15	Negro	6ª	Resistência	Estudante	RS	Vesp	3 meses
Jovem 27	GF RM	M	17	Negro	Inicial	Resistência	Ajudante	FLA	Noturno	4 meses
Jovem 28	GF RM	M	15	Negro	6ª	Resistência	Estudante	RC	Vesp	4 meses
Jovem 29	GF RM	M	16	Negro	7ª	Resistência	Estudante	RS	Vesp	5 meses
Jovem 30	GF RM	M	15	Negro	inicial	Resistência	Ajudante	FLA	Noturno	4 meses
Jovem 31	GF RM	M	16	Negro	7ª	Resistência	Estudante	RC	Mat	5 meses
Jovem 32	*GF RV	M	16	Negro	Intermediário	São Pedro	Estudante	NNG	Noturno	6 meses
Jovem 33	GF RV	M	15	Negro	Intermediário	São Pedro	Estudante	NNG	Vespertino	3 meses
Jovem 34	GF RV	M	15	Negro	4ª	Resistência	Estudante	NNG	Matutino	3 meses
Jovem 35	GF RV	F	15	Negra	Conclusivo	Resistência	Estudante	FLA	Noturno	4 meses
Jovem 36	GF RV	F	16	Negra	Intermediário	Resistência	Estudante	FLA	Noturno	5 meses
Jovem 37	GF RV	M	15	Negro	7ª	Resistência	Estudante	FLA	Matutino	4 meses
Jovem 38	Gf RV	M	17	Negro	Conclusivo	Resistência	Ajudante Pedreiro	FLA	Noite	5 meses
Jovem 39	GF RV	M	15	Negro	7ª	Resistência	Estudante	RC	Matutino	4 meses
Jovem 40	GF RV	M	15	Negro	8ª	Resistência	Estudante	RC	Matutino	5 meses

Fonte: Elaborado pela autora

NNG – Escola Neuza Nunes Gonçalves

RC - Escola Rita de Cássia

FLA - Escola Francisco Lacerda de Aguiar

LB - Escola Lenir Borlot

JLM - Escola José Lemos de Miranda

\*GF SPM – Grupo Focal São Pedro Matutino

\*GF SPV – Grupo Focal São Pedro Vespertino

\*GF RM - Grupo Focal Resistência Matutino

\*GF RV - Grupo Focal Resistência Vespertino

Os jovens participantes do Programa foram identificados por Jovem seguido por número entre 1 a 40.

### 1.1.7 Análise dos dados

Para a análise dos dados foi adotado a Análise de Conteúdo. Esse instrumento pode ser

entendido, segundo Bardin (2011), sendo um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Leva o investigador a desvendar o escondido, o latente o não aparente, o potencial de inédito do não dito, retido por quaisquer mensagens.

Na análise de conteúdo, a codificação corresponde a uma transformação efetuada segundo regras precisas transformando os dados brutos do texto coletados (nos grupos focais, entrevistas semiestruturadas e documentos) que, por recorte, agregação, enumerações permitem atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão que permitirão uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo a ser analisado (BARDIN, 2011). Para a autora, as mensagens analisadas organizam-se em um processo de categorização. A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos (verbos ou adjetivos).

A autora supracitada considera que classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o agrupamento é a parte comum existente entre eles. A categorização possui duas etapas:

- a) o inventário
  - isolar os elementos;
- b) a classificação
  - repartir os elementos e, portanto, procurar ou impor certa organização as mensagens. Dessa forma, a categorização tem como principal objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos, permitindo conhecer índices invisíveis nesses dados.

Para a análise dos dados foi adotado a Análise de Conteúdo. Esse instrumento pode ser entendido, segundo Bardin (2011), sendo um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Leva o investigador a desvendar o escondido, o latente o não aparente, o potencial de inédito do não dito, retido por quaisquer mensagens.

Na análise de conteúdo, a codificação corresponde a uma transformação efetuada segundo regras precisas transformando os dados brutos do texto coletados (nos grupos focais, entrevistas semiestruturadas e documentos) que, por recorte, agregação, enumerações permitem atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão que permitirão uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo a ser analisado (BARDIN, 2011). Para a autora, as mensagens analisadas organizam-se em um processo de categorização. A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos (verbos ou adjetivos).

Dessa forma, as categorias temáticas foram definidas no processo de pesquisa, todavia, elas estabelecem relação direta com as hipóteses que nortearam a realização do estudo, com as categorias teóricas elencadas (políticas públicas, juventudes, inclusão social, frequência, evasão escolar, violência, trabalho) e com os objetivos específicos adotados no projeto de pesquisa.

Foram eleitas, após a transcrição dos dados, unidades de registro (palavras, frases, expressões) possibilitaram identificar as categorias temáticas demonstrado no quadro 4 a seguir.

**QUADRO 4 – Categorias**

Nº	Categorias	Definição	Subcategorias	Unidades de registro
01	Dimensão Histórica do projoventem no município de Vitória	Esta categoria refere-se a todos os dados relacionados à trajetória dos três Programas no município de Vitória	Projoventem Original	Fase inicial 2005 a 2008 Estação Juventude Ação comunitária 18 a 24 anos
			Projoventem Urbano	2009 a 2011 Pólos 18 a 29 anos Ação cidadã
			Projoventem Adolescente	Atividades atuais CRAS Bolsa Família Oficinas 15 a 17 anos Educador Social Coletivos Convivência Social Articulador Social SISJOVEM SEMAS

02	A relação entre permanência no Projovem e frequência escolar	Esta categoria refere-se à participação dos jovens nas atividades desenvolvidas pelo CRAS e à sua frequência, presença dentro da escola, como também ao abandono do programa ou da escola	Permanência/ Frequência	Gosto de participar Eu não falto Chego cedo
			Evasão	Desestímulo Desanima Não somos ouvidos Não acreditam em mim Desmotivação Desistência Falta
03	Aspectos avaliativos do Projovem	Esta categoria refere-se a todos os aspectos avaliativos relacionados ao Projovem, desenvolvido no CRAS, e à escola frequentada pelos participantes do Programa	Avaliação do Jovem participante	Respeita Resposta Gosto
			Avaliação do Educador Social	Espaço democrático Válido Interação
			Avaliação da gerência	Faz diferença reivindica Referencial positivo Aproximação
			Avaliação dos profissionais da Escola	Complicado Desconstrução

Fonte: Elaborado pela autora

### 1.1.8 Questões éticas

O projeto contou com a anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura municipal de Vitória (PMV) (ANEXO A) e apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM, que julgou desnecessário a sua apreciação por não se tratar, na visão dos pareceristas, de uma pesquisa que não colocou em risco os sujeitos de pesquisa.

Os entrevistados assinaram o TCLE (APÊNDICES A e B). No caso dos sujeitos com menos de 18 anos, os TCLEs foram assinados por pais ou responsáveis. O entrevistado pode se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, sendo-lhe informado que não haveria nenhum prejuízo pessoal se esta fosse a sua decisão. Foi esclarecido que a participação dos mesmos era de caráter voluntário não havendo nenhum gasto e que nenhum pagamento será efetuado por participar do estudo.

As filmagens, gravações realizadas no grupo focal e as entrevistas gravadas são confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Para preservar a identidade dos participantes, estes foram identificados por números. Foi informado a eles que os dados coletados, as gravações e imagens ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora e que os guardará por cinco anos e que, ao fim desse período, serão incinerados.

## 2 JUVENTUDES: ASPECTOS E CONTROVÉRSIAS

De um modo geral, concordamos com Juarez Dayrell (2006) quando afirma que existem *Juventudes* ou várias formas de ser jovem, sendo uma categoria dinâmica transformando-se de acordo com as metamorfoses sócio-culturais que vem ocorrendo ao longo da história. Este tema tem estado presente tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico. Representa, como sugere Abramo (1997), uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. Nesse sentido, os sujeitos jovens condensam as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.

Nessa perspectiva, podemos entender o segmento juventude, como afirma Novaes (2007), sendo um espelho retrovisor em que fatos históricos, estruturais e conjunturais irão determinar as vulnerabilidades e potencialidades das juventudes e agigantador da sociedade, evidenciando marcas geracionais que incidem sobre as trajetórias de vida dos jovens no século XXI. Estabelece-se desta forma, uma espécie de jogo de espelhos entre juventude e sociedade. Nessa dialética, produzem-se marcas geracionais, sensibilidades e disposições simbólicas comuns aos jovens que vivenciam em um mesmo tempo social.

Atualmente, Dayrell (2010) afirma que a imagem construída para juventude disseminada principalmente pelos meios midiáticos interfere na forma que a sociedade compreende esses jovens. Dessa forma, uma linha de pensamento entende a juventude como condição de vir a ser, fase de transitoriedade para a fase adulta, que, na maioria das vezes, é vista pela sua negatividade. Esse autor chama a atenção por este olhar estar muito presente na escola, materializando-se no diploma e nos possíveis projetos de futuro, com a tendência de se negar o presente vivenciado como possibilidades de formação.

Outra forma de se entender a juventude é sobre o prisma do romantismo, observado a partir dos anos de 1960, com o nascimento da indústria cultural e um mercado de consumo direcionado para esse segmento da sociedade, sendo percebido como afirma Dayrell (2010), na música, moda, adornos, entre outros. Nessa perspectiva, a juventude passa a ser vista como um tempo de liberdade de expressão, de comportamentos ditos exóticos. Nessa linha de pensamento, tem-se a ideia de moratória social, correspondendo a um tempo para o erro ou experimentações, marcado por certa condescendência sobre o comportamento juvenil.

Aliada a esse pensamento, Dayrell (2010) relata outra juventude na ótica do problema ganhando cada vez mais espaço nos meios de comunicação, associada ao crescimento em elevada escala dos índices de violência, tráfico de drogas, gravidez precoce, entre outros. O autor lembra que esses fatores devam ser considerados, demandando ações emergenciais para equacioná-los. Porém, chama atenção para não se traduzir no jovem em uma forma reducionista, somente sobre o prisma do problema, inibindo ações na perspectiva de entender a juventude como sujeita de direito, possibilitando a prática de políticas públicas que reconheçam suas potencialidades e possibilidades.

Recentemente Dayrell (2010) acrescenta uma nova tendência de percepção juvenil sendo reduzida somente ao campo cultural, como se o (a) jovem somente expressasse sua maneira de ser jovem nos finais de semana ou quando engajado em atividades culturais.

Outro evento importante que tem marcado a discussão da categoria juventude na experiência brasileira diz respeito à construção de movimentos sociais – direitos humanos, feministas, negro, anti-racistas, diversidade sexual – que contam com presença importante de jovens, que têm colocado, por um lado a discussão da juventude na pauta desses movimentos; por outro, levado para os seus movimentos de juventude, o debate sobre as categorias de gênero, de raça/etnia e de orientação sexual, assinalando que, além do fator classe social, outros elementos são fundamentais para se compreender as juventudes no Brasil. Dessa forma, emergem juventudes buscando realçar as suas identidade de gênero e de raça/etnia, rejeitando a sua uniformização a partir dos padrões burguês e judaico-cristão de juventude.

Nessa perspectiva, a juventude não pode ser entendida somente como uma fase de vida marcada por transformações biológicas, ou como fase da crise ou de mudança para a fase adulta, entendida como meta para alcançar a maturidade. Por isso, afirmam (NOVAES 2011; CARRANO, 2010; DAYRELL, 2006; CAMACHO, 2003; SPOSITO, 2003) ser a juventude parte de um processo mais amplo de constituições de sujeitos, inserido em uma realidade social e histórica expressando as várias formas de ser jovem. Nessa perspectiva, considerando-se, portanto, a pluralidade desse segmento populacional, adota-se a categoria juventude no plural para expressar a diversidade dos modos de ser jovem existente.

## 2.1 EXCLUSÃO E JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE

A exclusão social deve ser analisada de forma ampla, sem perder de vista seus contornos estruturais e históricos. Do ponto de vista de Netto (2010), a inclusão e exclusão perpassam pela realidade do capitalismo tardio, em que as formas de alienação dos sujeitos sociais têm-se intensificado por intermédio do processo de flexibilização das relações de trabalho. Para Martins (2002), não estamos em face de um novo dualismo colocadas pelas falsas alternativas de excluídos ou incluídos. O autor considera que:

O problema, para mim, portanto, não está na exclusão. O grave problema social e político estão na inclusão. Que inclusão a sociedade capitalista está propondo aos trabalhadores hoje? Que tipo de inclusão? O problema está em discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão, o comprometimento profundo do caráter desses membros das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante. O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão, na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade. (Martins, 2002, p. 124).

Concordamos com Martins (2002, p.120) ao dizer que a “Sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de privilégios e não de direitos”.

Castel (1997, p. 24-25), é outro autor que discute a categoria exclusão, escreve que:

Focalizar a atenção sobre a exclusão apresenta o risco de funcionar como uma armadilha, tanto para a reflexão como para a ação. Para a reflexão, economiza as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais, descreve-se da melhor forma estados de despossuir, mas criam-se impasses sobre os processos que o geram, procede-se a análises setoriais, renunciando-se à ambição de recolocá-las a partir dos mecanismos atuais da sociedade. Sem dúvida há hoje os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*.

Lúcio Kowarick (2003) também se interessa pela discussão da exclusão como algo relevante para se compreender a natureza da sociedade capitalista. Para ele, a ampliação e a manutenção do quadro de carências sociais entre amplos setores da população são resultantes de duas matrizes. A primeira matriz diz respeito ao controle e à acomodação social pela naturalização da pobreza, reforçando um espaço social reservado exclusivamente aos pobres, por meio de práticas que marginalizam a pobreza roubando do pobre a condição de sujeito. Já a segunda está baseada em mecanismos de coação, persuasão e constrangimento no intuito de reforçar as relações desiguais que corroboram a manutenção da subalternidade de parte da sociedade. Esta tarefa é delegada, em especial, ao Estado, acentuando o processo de exclusão por meio

de investidas que criminalizam a pobreza.

O quinto autor que discute a exclusão é Vicente Faleiros. Segundo ele, a exclusão é definida como a negação da cidadania. Dessa forma, entendemos que a vulnerabilidade social é uma categoria fundamental a ser entendida tendo em vista ser o resultado direto da exploração posta do capitalismo ao ser social. De acordo com esse autor:

A inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas. A categorização e percepção da pobreza se vinculam a experiências vividas de autodesignação, confrontadas às expectativas sociais, conforme realidades heterogêneas de nação. Estado e cultura A inclusão/exclusão também pode ser referida a maior ou menor dependência de outrem ou de instituições públicas, aos rendimentos, ao valor dos rendimentos, à qualificação ou desqualificação social, à presença ou ausência de bens materiais, à solidez ou degradação moral, à periferização/centralidade no território, à posse ou desapossamento da terra e ativos à discriminalização/aceitação, à violência maior ou menor, às condições de nacionalidade, raça, etnia, ou a opções e modos de vida (FALEIROS, 2006, p. 2).

Faleiros identifica as diversas facetas da exclusão. Observa que ela extrapola a condição de classe social, podendo se dar por condição de raça, etnia, entre outros. Dessa forma, a compreensão dos processos que produzem a exclusão exige a análise não somente das diversas facetas da exclusão, mas, sobretudo, de como elas se articulam e se potencializam nos diferentes contextos sócio-culturais.

Segundo Sposati (2012), o confronto da exclusão na sua relação com a inclusão é analisada no plano ético-político, como questão de justiça social, possibilitando a descoberta de novas identidades sociais. A mesma autora afirma que ninguém é plenamente excluído pela presença da discriminação e estigma. Portanto, sua análise envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos que a vivenciam.

Dessa forma, a exclusão social que acomete parcela significativa da sociedade brasileira relaciona-se a fatores variados, e alguns deles encontram-se profundamente imbricados: capitalismo, globalização econômica, neoliberalismo. Nesse contexto, a realidade de diversos segmentos juvenis traduz-se em indicadores sociais, que são retro alimentados por determinados preconceitos e discriminações, produzindo diferentes graus de vulnerabilidade juvenil. Tais indicadores revelam em que mundo estão mergulhados os jovens empobrecidos marcado por violência, desigualdades e exclusão sociais. Nesse sentido, as marcas de uma perversa estrutura econômica e social são percebidas principalmente ao segmento juvenil das

camadas populares na maioria das vezes nos limites da sobrevivência, demandante de políticas públicas específicas que só emergiram, segundo Novaes (2011), na segunda metade dos anos de 1980, no momento em que a *exclusão social* de jovens tornou-se parte integrante da questão social.

Esse contingente populacional, como afirma Carrano (2011), vê-se atravessado por novos processos societários em consequência de transformações de natureza global, marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais. Por conseguinte, grande parcela da juventude vivencia processos de exclusão que são inerentes à lógica da sociedade burguesa, ou seja, vivem em uma sociedade onde a inclusão, quando ocorre, dá-se de forma subordinada. Como bem lembra Iamamoto (2010, p. 23), “O capital, em especial, na sua fase de internacionalização, produz a concentração de riqueza, em um pólo social [...] e, noutro, [impõe] a polarização da pobreza e da miséria”.

Dessa forma, os jovens empobrecidos enfrentam cada vez mais o desafio de se inserir em um mundo orientado pelos ditames do mercado, considerando ser esse segmento populacional mais vitimizado pelas mais distintas formas de violência presentes no Brasil. Enfrentam as dificuldades de ingresso no mundo do trabalho, quando conseguem é de uma forma precarizada. Sofrem impedimentos no acesso a bens culturais, não tendo assegurado o direito à educação de qualidade e ao tratamento adequado no que diz respeito às políticas de saúde e de lazer. Constata-se que o reconhecimento de seus direitos deve estar relacionado ao seu desenvolvimento integral.

Afirma Gentili (2001) que a invisibilidade é a marca mais visível dos processos de exclusão neste milênio que começa. Todavia, quando as juventudes tornam-se visíveis, aparecerem por meio de evidências cruéis e brutais mostradas nas esquinas, comentadas pelos jornais, exibidas nas telas, produzindo um sentimento de indignação social frente ao jovem, tornando-o responsável, em última instância, pelos acontecimentos que afetam a sua vida e da sociedade como um todo.

Todavia, é possível registrar a resistência de parcelas juvenis ao seu processo de exclusão. Nos espaços urbanos populares, grupos de jovens se organizam criando uma cultura própria, manifestada por meio da música, da maneira de se vestir, de falar e de se comportar, experimentando um sentimento de pertencimento e de valorização de sua condição social, de

sua identidade étnico/racial, que, na maioria das vezes, lhes são negadas.

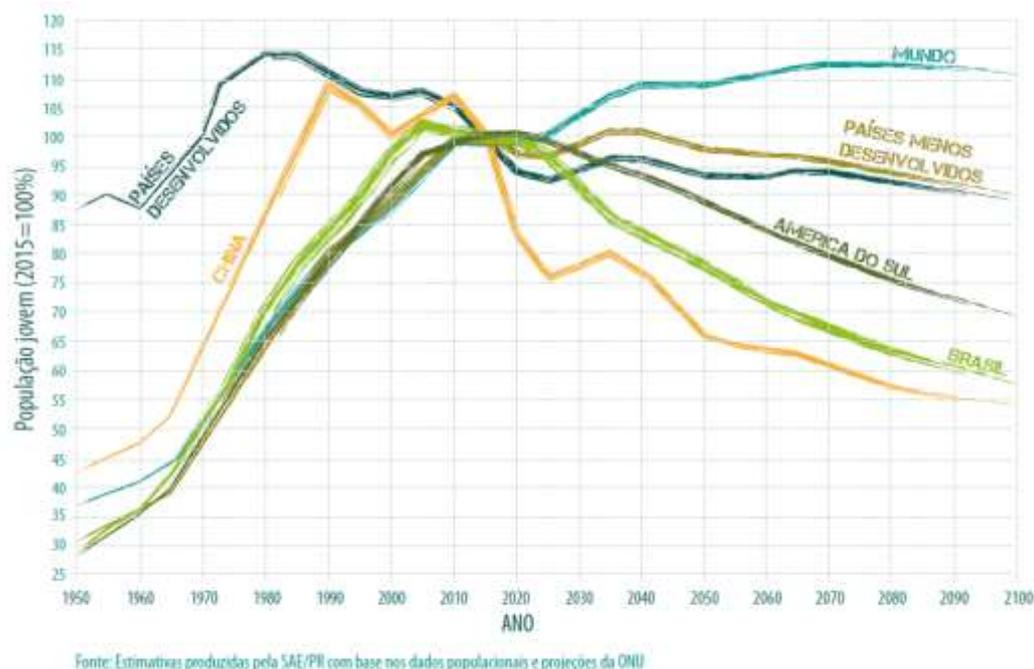
Por fim, Carrano (2011) afirma à necessidade de se olhar a juventude como um segmento estratégico para o novo desenvolvimento econômico, social, e ambiental do país. No entanto, alerta ele que não se trata do desenvolvimento na perspectiva do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que impõem o trabalho a qualquer custo ou a massificação da educação de qualquer maneira, mas um desenvolvimento que possa garantir as políticas articuladas universais específicas de qualidade, tendo os jovens como sujeitos fundamentais dessa construção.

## 2.2 RÁPIDO PANORAMA DAS REALIDADES JUVENIS: AS DIMENSÕES NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL

As juventudes se fazem presentes de maneira intensa em todo território nacional revelando demandas que desafiam as políticas públicas em assegurar a oferta de condições e oportunidades para um quantitativo de 51.340.473 jovens (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) que representam 26% da população brasileira.

De acordo com dados da ONU, o crescimento da parcela jovem será em linha ascendente até o ano de 2020 a partir deste período, haverá uma redução substancial da presença jovens em todo o mundo e um aumento expressivo de pessoas acima de 60 anos, revelando o fenômeno mundial do envelhecimento populacional. O gráfico 1 abaixo apresenta dados sobre a população jovem nos diversos continentes, entre os anos de 1950 a 2100.

**GRÁFICO 1 - População jovem entre os anos de 1950 e 2100 nos cinco continentes**



Fonte Estimativa produzida pela SAE/PR com base nos dados populacionais e projeções da ONU.

No Brasil, de acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) na publicação *Juventude Levada em Conta* (2013), a representação do bônus demográfico<sup>3</sup> para o país possui relação entre os grupos etários da população.

O gráfico 1 demonstra que o Brasil teve um acentuado crescimento de sua população juvenil, formando uma curva ascendente muito parecida com a subida observada no tamanho da juventude da América do Sul. Nota-se que o Brasil possui o tamanho da população juvenil muito expressivo conseguindo o seu maior ápice no ano de 2008, denominado de *onda jovem*, segundo a SAE.

No entanto, segundo a SAE, o Brasil será um dos países que enfrentará uma das maiores queda de tamanho de sua juventude. O gráfico indica que nos países centrais a juventude se estabilizará em números proporcionais muitos mais altos do que a população jovem brasileira, com possibilidades de enfrentar a maior queda comparativa no tamanho de sua população.

O dado da SAE indica que os 50 milhões de jovens brasileiros correspondem a um platô populacional que começou em 2003 e irá se prolongar até o ano de 2022, o que foi

<sup>3</sup> Período em que a população economicamente ativa (PEA) será maior do que a população economicamente dependente. (IBGE, 2010).

denominado de verdadeira onda jovem. Os dados indicam que após essa onda jovem, a população jovem no Brasil cairá a uma velocidade mais alta que os outros países, com exceção da China.

Quando se discute a realidade da população jovem no Espírito Santo e no Brasil, observa-se que o estado segue a mesma tendência nacional, estando a maior parte de sua juventude na faixa etária entre 20 e 24 anos, enquanto o município de Vitória tem a maior parcela de sua juventude na faixa etária entre 25 e 29 anos.

**Tabela 5 - População de 15 a 29 anos residente (Brasil, Espírito Santo e Vitória)**

<b>Brasil e Unidade da Federação</b>	<b>Grupos de idade</b>	<b>Quantidade</b>
Brasil	15 a 19 anos	16.990.870
	20 a 24 anos	17.245.190
	25 a 29 anos	17.104.413
Espírito Santo	15 a 19 anos	301.529
	20 a 24 anos	323.199
	25 a 29 anos	322.632
Vitória	15 a 19 anos	25.382
	20 a 24 anos	31.267
	25 a 29 anos	32.132

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Portanto, esse cenário de onda jovem que está se vivenciando na atualidade em nosso país traz, segundo o Conselho Nacional de Juventude, desafios que são traduzidos em dados preocupantes. Os jovens representam quase a metade do número de desempregados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), 32,8% dos jovens abandonaram a escola sem concluir a educação básica e apenas 12% frequentam o ensino superior.

Diante desse cenário, percebe-se que apesar de o Brasil ter avançado nas últimas décadas para a efetivação dos direitos da juventude, concordamos com Novaes (2011) ao afirmar que na sociedade e nos governos há um longo caminho para que os jovens sejam reconhecidos como sujeitos de direito, vigorando (pré) conceitos e concepções sobre a juventude que dificultam o (re) conhecimento das atuais vulnerabilidades e potencialidades dos jovens.

Abaixo, serão apresentados alguns indicadores com o intuito de possibilitar maior conhecimento dos jovens no Brasil, Espírito Santo e em Vitória, todavia, reconhece-se que tais indicadores ainda são insuficientes, porque, entende-se que as juventudes brasileiras devem ser percebidas pelo Estado para além das estatísticas. A capacidade de compreendê-las nas suas singularidades possibilita que as ações públicas reconheçam o seu potencial, vindo a impactar de forma positiva a sua vida adulta.

### 2.3 O JOVEM E O MUNDO DO TRABALHO

No que se refere à sua relação com o mundo do trabalho, inúmeras incertezas se revelam. O trabalho pode ser entendido como atividade que está para além das atividades laborais. Como afirmam Ciavatta et al. (s/d), o trabalho corresponde ao mesmo tempo a produção dos elementos necessários à vida biológica dos seres humanos e as necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva, assumindo necessidades no tempo e no espaço.

De acordo com Novaes (2007), a inserção do segmento juvenil nesse universo do trabalho, se confunde historicamente com a concepção moderna de juventude, que relaciona a escolaridade com uma etapa para a maturidade e para uma condição juvenil ideal na inserção no mundo do trabalho, garantindo melhor passagem para a vida adulta. Entretanto, a autora afirma que essa passagem não se deu da mesma forma e no mesmo ritmo em diferentes países e no interior de diferentes classes sociais de um mesmo país.

A juventude brasileira encontra enormes dificuldades em conseguir uma ocupação, principalmente quando se trata do primeiro emprego, em decorrência do aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho. Com isso a transição para a vida adulta está sendo atrasada.

Enormes são as dificuldades dos jovens em conseguirem uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada (FREITAS; REIS, 2011).

Novaes (2011) também afirma que uma pequena parcela das juventudes usufrui da chamada

moratória social<sup>4</sup> em detrimento de uma grande maioria juvenil de famílias empobrecidas que encurtam a infância e, ao começar a trabalhar precocemente, deixam a escola e se inserem no mercado de trabalho informal e/ou experimentam desocupação prolongada. A autora chama atenção para o fato de que o motivo da grande maioria dos jovens brasileiros trabalharem cedo é uma questão de sobrevivência pessoal e familiar.

Para Nakano e Almeida (2007, p. 226), o trabalho tem um significado fundamental na vida dos jovens. Considera que:

[...] “o trabalho também faz juventude” e se torna demasiadamente complexa a construção sócio-cultural da juventude (...) sem a sua mediação efetiva e simbólica. Esse reconhecimento não implica, de modo ingênuo e, talvez, equivocado, em uma defesa do trabalho de adolescentes e jovens (...). Ao contrário, implica admitir que, se a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, no Brasil, uma alteração desse quadro deveria ser expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais, submetidas a processos de longa duração.

Sob esta concepção ontocriativa, o trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana e constitui a sua especificidade. Por isso mesmo, não se reduz à atividade laborativa ou emprego. Na sua dimensão mais crucial, ele aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários à vida biológica dos seres humanos. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva.

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), se há uma parcela expressiva de jovens empregados, há aquele contingente que tem dificuldades de acessar o mundo do trabalho.

---

<sup>4</sup> Camacho (2011) refere-se à moratória social sendo um período de suspensão de obrigações e responsabilidades e defendida como um elemento importante para possibilitar aos jovens, escolhas e experimentar o mundo, do qual desfrutam alguns jovens privilegiados por pertencer a determinadas classes sociais.

<b>Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por idade e condição de atividade e de ocupação na semana de referência – resultados gerais da amostra</b>			
<b>Brasil, Unidade da Federação e Município</b>	<b>Idade</b>	<b>Condição de atividade e condição de ocupação</b>	
Brasil	15 a 19 anos	Total	16.986.788
		Economicamente ativas	6.868.057
		Economicamente ativas - ocupadas	5.390.928
		Economicamente ativas - desocupadas	1.477.129
		Não economicamente ativas	10.118.731
	20 a 24 anos	Total	17.240.864
		Economicamente ativas	12.340.456
		Economicamente ativas - ocupadas	10.743.940
		Economicamente ativas - desocupadas	1.596.516
		Não economicamente ativas	4.900.408
	25 a 29 anos	Subtotal	17.102.917
		Economicamente ativas	13.337.409
		Economicamente ativas - ocupadas	12.206.523
		Economicamente ativas - desocupadas	1.130.886
		Não economicamente ativas	3.765.509

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Observando os dados do Censo 2010 referentes à inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, verificam-se dois grandes desafios para as políticas públicas. O primeiro diz respeito à erradicação do trabalho antes dos 16 anos, salvo em condições de aprendizagem entre 14 e 15 anos normatizada pela Lei 10.097/2000. O segundo refere-se aos jovens em idade legal, para que consigam ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

Dessa forma, esses dados revelam a importância sobre a relação entre o momento de ingresso no trabalho, bem como o impacto disso na continuidade (ou não) dos estudos, como afirma Corrochano (2010). Segundo a autora, os jovens das camadas populares ingressam mais cedo no mercado de trabalho, muitas vezes sem concluir a escolaridade básica. Porém, este fato não é determinante para inferir que esses jovens deixem de estudar apenas por causa da necessidade de trabalhar, sugerindo razões mais complexas. Outros fatores também devem ser considerados, como a relação estabelecida com o sistema de ensino, podendo revelar-se incapaz de atrair o interesse do jovem.

Esse segmento populacional vivencia a chamada fase contemporânea do capitalismo

caracterizada, segundo Netto (2010), pela reestruturação produtiva<sup>5</sup>. Esse autor relata que nas grandes empresas são poucos os trabalhadores qualificados e polivalentes que dispõem de direitos e garantias. Porém, o que predomina são outros trabalhadores, muitas vezes vinculados a empresas (terceirização de atividades e serviços), submetidos à alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes, engrossando as frentes dos exércitos de reserva.

Nesse sentido, Antunes (2011) relata que na virada do século XX para o século XXI, houve uma metamorfose no processo de produção do capital com repercussões no processo de trabalho, como a exclusão dos jovens do mercado de trabalho nos países avançados, e uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada como nos países asiáticos e latino-americanos.

Nessa perspectiva, a força de trabalho adolescente e jovem pode ser interessante para o mercado, como assinala Braga (2003), em virtude ao seu menor custo em relação à adulta, assim como por sua presumível menor capacidade de organização, baixa poder de reivindicação e habilidades. Produzindo, segundo Frigotto (2003), um trabalhador ajustado às demandas do capital, um cidadão que acredite que a ele não compete ser sujeito político.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2009), o crescimento econômico brasileiro não tem sido acompanhado de melhorias nas chances e na qualidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2009), esta inserção é marcada pela precariedade, tornando difícil a construção de trajetórias de trabalho decentes<sup>6</sup>. Essa dificuldade é caracterizada pelas elevadas taxas de desemprego e de informalidade e os baixos níveis de rendimento e de proteção social.

Diante desse panorama nacional, o governo brasileiro no ano de 2003 assumiu o compromisso de promover o Trabalho Decente junto com a OIT, dando continuidade, em 2006, à elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente e do Plano Nacional de Emprego e

---

<sup>5</sup> Intensa incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnicos científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda do trabalho vivo, afetando fortemente os trabalhadores ligados à produção (NETTO, 2010).

<sup>6</sup> Para OIT, o trabalho decente compreende um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir vida digna. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009).

Trabalho Decente (2010), ambos realizados em consulta às organizações de empregadores e trabalhadores. De acordo com a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são quatro os eixos prioritários pela perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude: ampliação e melhoria da educação, conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar, inserção ativa e digna no mundo do trabalho e promoção do diálogo social.

A efetividade dessas ações, no entanto, como sugere Corrochano (2011), dependem do envolvimento e compromisso de diversos atores com a questão e a ampliação de diálogos em diferentes esferas do governo, entidades representativas dos trabalhadores, universidades, e especialmente com diferentes organizações juvenis e como conjunto da juventude brasileira.

#### 2.4 A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDES, RAÇA/ETNIA E ESCOLARIDADE

A relação entre os baixos índices de escolarização e a população negra ou mestiça possui raízes históricas observadas desde os primórdios do processo educacional em nosso país marcada por influências externas, fundamentado principalmente no modelo educacional pedagógico português, que tinha como função garantir a formação escolar dos jovens pertencentes à elite.

Segundo Veiga (2007), os representantes da Coroa Portuguesa e os religiosos católicos elaboraram diversas estratégias de conquista e colonização que integravam ao mesmo tempo almas, costumes, corpos e terra. A socialização nesse período se caracterizou pelo distanciamento entre grupos étnicos que, segundo a autora, a partir do século XVII já se expandia em brancos, negros e mestiços. A cor da pele revelava a origem socioétnica provocando repugnância social e cultural, com reflexo no processo educacional brasileiro direcionado às elites. No centro dessa questão estavam os-estranhamentos e preconceitos tanto da corte portuguesa em relação à plebe quanto dos colonizadores em relação aos índios e africanos.

Nesse contexto histórico, Passos (2010) afirma que a relação entre negros e a educação brasileira teve sua construção histórica sob a luz da abolição da escravatura, sendo a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 o centro das discussões da época, colocando a educação e a abolição em patamares equivalentes. Essa lei, segundo a autora, foi uns dos

primeiros documentos oficiais no qual que a educação dos negros foi colocada como elemento central para a abolição do trabalho escravo. Enfatiza ser a educação da população negra um instrumento jurídico que fornece elementos para dizer que a elite branca dirigente projetou seu desejo para os negros nesta sociedade, sendo responsável pelo processo de transição para a sociedade dita livre. A autora chama atenção para o fato de que essa transição não significou ruptura, mas sim um rearranjo da estrutura social vigente, sendo a educação a principal estratégia disciplinadora e equalizadora do espaço social.

A função da educação dos negros pode ser também observada, de acordo com Passos (2010), no Decreto nº 7.031 de 6 de setembro de 1878, que criou cursos noturnos para livre e libertos no município da Corte, fazendo com que surgissem iniciativas de instrução primária e profissional. Porém, esse decreto não se materializou em todas as províncias, ficando proibida a presença de escravos, negros libertos e livres.

Posteriormente ocorreu a Reforma do Ensino Primário e Secundário, proposta por Leôncio Carvalho instituindo a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos e eliminava a proibição dos escravos frequentarem as escolas públicas. De acordo com Costa (2007), a educação possuía o papel de:

Organizar e hierarquizar saberes e posições sociais. Na massa dos ditos “degenerados” ou entre os ditos “classes perigosas” havia os que podiam ser regenerados e incorporados, ainda que de forma subalterna aos valores de civilização assim a instrução “salvará alguns e fornecia o crivo para repressão de outros”. (COSTA, 2007, p. 03)

Veiga (2003) relata que nesse período o preconceito se transmitia para o enfoque educacional, fundamentando-se na pobreza, na mestiçagem e no hábito das relações escravistas, em que relatórios de diferentes províncias registravam dúvidas quanto à possibilidade do povo simples desenvolver os hábitos de refinamento cultural necessários à civilização. Na sociedade *livre* a educação não era instrumento de emancipação (re) produzindo mão de obra barata. Dessa forma, concordamos com Fonseca (2001), ao afirmar que:

As práticas educativas não buscavam uma transformação no *status* dos negros na sociedade livre, mas sua manutenção na condição que foi tradicionalmente construída ao longo de mais de três séculos de contexto entre negros e brancos: deveriam permanecer como a parcela de mão de obra do estrato mais baixo do processo produtivo e ter suas influências sociais controladas ou minimizadas para que a população brasileira não sofresse um súbito processo de africanização junto à abolição da escravatura (FONSECA, 2002, p. 142).

Diante desse contexto histórico, Passos (2010) afirma que a proposta da educação no Brasil independente e, depois, na República, não era um projeto de emancipação da população negra, mas um instrumento de reprodução do racismo e da exclusão de crianças e jovens negros dos bancos escolares.

Para atender as novas demandas postas por um país que aos poucos se urbanizava e se industrializava o Império, e, em seguida, o Estado Republicano, segundo a autora, passam a ampliar o seu papel na educação do povo de forma a produzir os trabalhadores necessários a essa sociedade emergente. Porém, a autora chama atenção para o fato de a educação das classes populares (crianças jovens e adultos) não significou em uma inserção no mundo da leitura e da escrita, sendo as atividades na lavoura o principal foco dos jovens livres de mãe escravas.

Nesse período, a autora relata que a Lei de Locação de Serviços, que proibia aos libertos se inserirem no mercado de trabalho, com reflexos sociais devastadores no início da República associando-se, mais tarde com a nova estratégia das elites fundamentada na ideologia do branqueamento e na intensificação da imigração dos trabalhadores do continente europeu, substituindo a mão-de-obra nacional. Esses elementos, segundo Passos (2010), denunciam a responsabilidade do Estado brasileiro desenvolvendo ações discriminatórias do ponto de vista racial, impossibilitando o acesso da maioria da população negra ao aparelhamento de serviços públicos, produzidos por ela mesma.

No início do século XX, a população negra enfrentou inúmeras resistências à sua inserção no processo educacional:

Primeiro, baseavam-se em séculos de dominação por uma casta de colonizadores europeus brancos e seus descendentes, que mandavam em seus descendentes, que mandavam em seus escravos, povos indígenas e indivíduos de descendência mista. Durante séculos, esta elite branca também recorreu à Europa o empréstimo de cultura, ideias e autodefinição. Segundo embora esses intelectuais e formuladores de políticas tivessem se tornado cada vez mais críticos em relação a essa herança (indo até o ponto de celebrarem a mistura racial), invariavelmente, vinham da elite branca e permaneciam presos a valores sociais que depois de séculos de colonialismo e dominação racial, continuavam a associar a brancura a força, saúde e virtude-valores preservados e reforçados por meio de depreciação de outros grupos. Terceiro como criaram políticas educacionais em busca de um sonho utópico de um Brasil moderno desenvolvido e democrático, sua visão era influenciada pelos significados que atribuíram à raça (DÀVILA, 2006, p. 24).

Na ausência do Estado em ofertar instrução para a população negra, os movimentos negros

com viés cultural ou político, assumiram para si a responsabilidade de oferecerem para a população negra alfabetização, ofertando classes de alfabetização para jovens e adultos. A autora destaca a Frente Negra Brasileira (FNB) criada na década de 1930, e o Teatro Experimental do Negro (TEN) criado na década de 1940.

No período de 1940 surge o conceito de democracia racial, baseada no princípio da convivência harmônica e integrada da população brasileira, posta, em particular, pelos escritos de Gilberto Freyre, que publicou o livro “Casa-Grande & Senzala”, em 1933. Essa ideia de democracia racial foi substituída pela valorização do povo brasileiro, criando o imaginário da não existência dos conflitos raciais observados em outros países. Essa ideia ganha força ao ser incorporada pelo discurso oficial, por outros autores e pelos livros didáticos, justificando o fato de o Estado brasileiro não fazer a adoção de medidas que garantissem a igualdade racial. Para Moura (1994. p. 160):

O racismo brasileiro [...] na sua estratégia e nas suas táticas agem sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. [...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com concentração fundiária e de rendas maiores do mundo [...], um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida descente; que tem trinta milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

Durante o processo de redemocratização (1985), os debates sobre o racismo e desigualdades raciais ganham força na agenda política, apesar de o Brasil estar vivenciando um novo contexto político, sendo essas questões diluídas, como afirma Passos (2010), no debate sobre justiça social e distribuição de renda. O movimento negro denuncia nesse período o que ele denominou de o mito da democracia racial, localizando o racismo na estrutura social, política, econômica e educacional brasileira. A autora chama atenção para o fato de que essa ação teve como resultado, na segunda metade da década de 1990, o reconhecimento da existência do racismo, pelo Estado brasileiro e, portanto da necessidade de políticas de ações afirmativas voltadas à população negra, questionando-se as políticas universalistas que não conseguiam atender a esse segmento populacional.

De acordo com a autora, o Estado brasileiro foi responsável pela normatização jurídica e a exclusão da população negra das políticas educacionais seja do ponto de vista legal, seja pela ausência de condições materiais plenas para se exercer esse direito. Passos ainda afirma que

isso se releva nos altos índices de analfabetismo, reprovação e evasão escolar, refletindo-se em desigualdades educacionais e sociais no decorrer do século XX e que insistem em adentrar o século XXI. É o que nos revelam os gráficos abaixo:

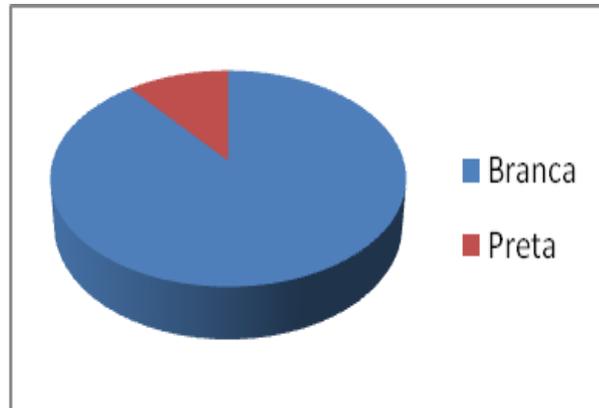
<b>Tabela 7 - Pessoas entre 15 e 29 anos, segundo cor ou raça, que frequentavam a escola em 2010</b>			
<b>Brasil, Unidade da Federação e Município</b>	<b>Cor/etnia</b>	<b>Grupos de idade</b>	
Brasil	<b>Total</b>	<b>15 a 19 anos</b>	<b>11.610.342</b>
		<b>20 a 24 anos</b>	<b>4.331.498</b>
		<b>25 a 29 anos</b>	<b>2.446.915</b>
	Branca	15 a 19 anos	5.104.200
		20 a 24 anos	2.283.208
		25 a 29 anos	1.253.317
	Preta	15 a 19 anos	818.736
		20 a 24 anos	277.419
		25 a 29 anos	183.412
	Amarela	15 a 19 anos	121.726
		20 a 24 anos	57.820
		25 a 29 anos	32.975
	Parda	15 a 19 anos	5.514.485
		20 a 24 anos	1.692.525
		25 a 29 anos	965.552
	Indígena	15 a 19 anos	51.167
		20 a 24 anos	20.516
		25 a 29 anos	11.659
	Sem declaração	15 a 19 anos	28
		20 a 24 anos	11
		25 a 29 anos	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

De acordo com a tabela acima, no que se refere à variável Escolaridade, quando articulado ao quesito raça, os dados do IBGE revelaram que a população afrodescendente jovem – e a indígena - integra a maior parcela populacional excluída do processo de escolarização.

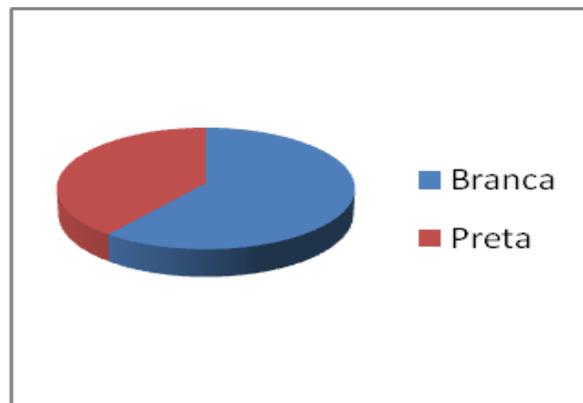
Os Gráficos 2, 3 e 4 tratam da diferença de acesso de brancos e negros à escolarização no Brasil na década de 2000.

**GRÁFICO 2 - Relação escolarização/raça- jovens entre 15 a 19 anos que frequentaram a escola na década de 2000**



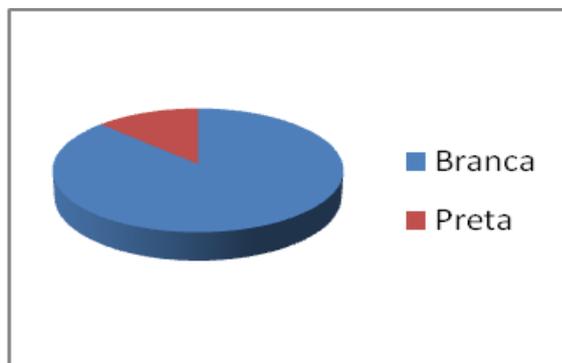
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

**GRÁFICO 3 - Relação escolarização/raça- jovens entre 20 a 24 anos que frequentaram a escola no ano de 2010**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

**GRÁFICO 4 - Relação escolarização/raça- jovens entre 25 a 29 anos que frequentaram a escola no ano de 2010**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

No início do século XXI, segundo Gomes (2005), diversas organizações negras e antirracistas desenvolveram estratégias e práticas educativas com vistas a combater o racismo no Brasil. Uma de suas reivindicações foi a mudança nos conteúdos de história oferecidos pelas escolas.

Por isso, no ano de 2003, foi aprovada a Lei 10.639, que tornou obrigatória o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Nesse mesmo ano, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), uma histórica reivindicação dos movimentos negros (PASSOS, 2010). Entretanto concordamos com Gomes (2005, p. 41) ao afirmar que:

Essa legislação e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade etnicorracial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional de Educação no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente. Significa, portanto, a realização de uma mudança radical nas políticas universalistas, a ponto de toda e qualquer iniciativa de política pública em educação no Brasil passar a incorporar explicitamente a diversidade etnicorracional.

Gomes (2005) também nos mostra que não se trata de abolir a importância e a necessidade da implementação de políticas públicas de caráter universal, mas de problematizá-las à luz da história e da realidade racial brasileira.

Segundo Gomes, as pesquisas sobre raça e educação, desenvolvimento humano e relações

raciais, negro e mercado de trabalho tem nos revelado isso, havendo grupos, segmentos e sujeitos que não conseguem ser totalmente contemplados por elas, sendo a parcela negra da população brasileira um deles.

Nesse contexto, podemos perceber que o sistema educacional brasileiro cristalizou o sistema de classes sociais. No Brasil, as diferenças têm sido transformadas em desigualdades, incrustado em nossa história social e política produzindo um efeito perverso na relação que a sociedade brasileira estabelece com suas minorias políticas, produzindo a naturalização das desigualdades, refletidas na nossa juventude negra que historicamente esteve excluída ou discriminada dos bancos escolares.

Bueno (2005) relata que pensar a diferença é mais do que explicar que homens e mulheres, negros e brancos se distinguem entre si, significando que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas para se justificar o processo de exclusão-

## 2.5 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Outra questão que marca a realidade da juventude negra no Brasil diz respeito à violência. No Brasil, o direito à vida não se dá de forma equânime entre negros e brancos. Essa realidade é muita mais alarmante, de acordo com Guimarães (2011), entre a juventude negra. Dessa forma, no intuito de contribuir para uma reflexão sobre essa temática, incluímos no decorrer deste trabalho uma análise sobre a relação ente juventude e violência<sup>7</sup> com ênfase no estado do Espírito Santo e Município de Vitória.

Historicamente o Brasil se autodefine como sendo um país sem preconceito. Porém, registros do Mapa da Violência demonstram que os índices de mortalidade de cidadãos negros são alarmantes correspondendo a 34.983 pessoas no ano de 2010, superior a de muitas regiões do mundo que atravessam conflitos armados internos ou externos (Gráfico 5).

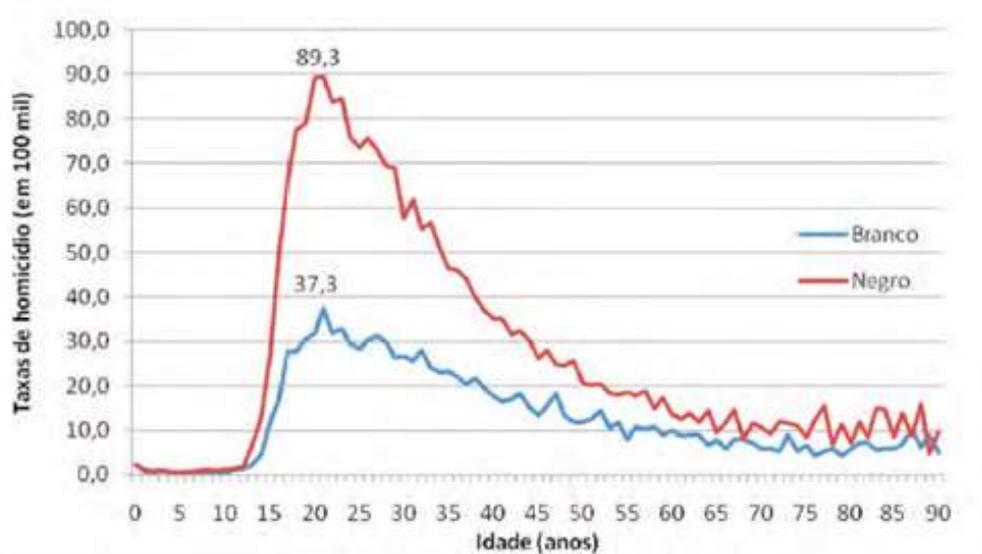
Esses índices nos mostram que a juventude negra tem sido exposta a toda forma de violação de direitos em virtude do racismo velado, mas que se revela de forma estrutural em nosso país

---

<sup>7</sup> Segundo o Mapa da Violência (2012), há violência quando se estabelece uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando dano a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral em suas posses ou em suas participações simbólicas ou culturais. Esse estudo está considerando a vitimização por homicídio.

determinando as oportunidades e condições de vida desse contingente populacional já explicitado no processo de escolarização. Quando se refere à violação do direito à vida, Guimarães (2011) refere-se a esses jovens como os principais protagonistas, ora como agentes, ora como vítimas da violência.

**GRÁFICO 5 - Taxa de homicídio total (em 100 mil) por idade simples e cor Brasil 2010**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Somente no ano de 1996, o Mapa da Violência começou a oferecer informações referentes à raça/cor das vítimas de violência, com grandes problemas de subregistros até o ano de 2012. Dessa forma, houve uma ressignificação do Mapa da Violência elaborando-se um novo mapa focado exclusivamente para temática da juventude negra.

Nesse período, o Governo Federal lançou, juntamente com a Semana da Consciência Negra, o Plano Nacional de Prevenção à Violência contra a juventude Negra, com o objetivo de diminuir o índice de homicídios que atingem a juventude negra do Brasil, na sua grande maioria com baixa escolaridade e vivendo nas periferias dos centros urbanos. Nesse cenário, o Estado do Espírito Santo ocupa a segunda posição nacional em homicídios juvenis com uma taxa de 140,2 em 100 mil habitantes, ultrapassando a marca de 100 homicídios para cada 100 mil jovens negros sendo superado apenas pelo estado de Alagoas, com a taxa de 173,1 homicídios negros para cada 100 mil jovens negros.

Dessa forma, o Mapa da Violência (WASELFIKS, 2012) revela que o crescimento de homicídios no que diz respeito à cor tem se apresentado extremamente desigual quando se compara as Unidades da Federação. Também os dados do Ministério da Saúde, que serviram de base para a elaboração do Mapa da Violência, revelam que 53% dos homicídios registrados no País vitimam jovens e que 75 % desses jovens são negros.

Se tratando do estado do Espírito a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) está na quarta posição do País em taxa de homicídios. Os índices registram 68,6 mortes violentas por grupo de 100 mil habitantes, sendo a capital Vitória a terceira mais violenta do Brasil registrando 67,1 homicídios por 100 mil habitantes (Tabela 8 e 9

**Tabela 8 - População Jovem de Vitória**

<i>FAIXA ETÁRIA</i>	<i>POPULAÇÃO</i>
15 a 19 anos	29.608
20 a 24 anos	28.613
25 a 29 anos	22.740
<b>TOTAL</b>	<b>80.961</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000)

**Tabela 9 - Homicídios entre Jovens de Vitória de acordo com sexo (2007-2009)**

<i>Faixa Etária x Sexo</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Total</i>
<b>&lt; 01 ano</b>	0	0	0
<b>1 a 4 anos</b>	0	0	0
<b>5 a 14 anos</b>	10	182	192
<b>15 a 24 anos</b>	15	129	144
<b>25 a 34 anos</b>	4	41	45
<b>45 a 54 anos</b>	3	35	38
<b>55 a 64 anos</b>	3	8	11
<b>Acima de 64 anos</b>	0	6	6
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>407</b>	<b>442</b>

Fonte: SEMUS/GVS/CVE/NUPREVI

Percebe-se que o segmento jovem é o mais atingido quando se refere à vitimização por homicídios. Essa diferença se apresenta extremamente desigual quando nos referimos ao

questo raça. O gráfico 5 demonstra que as taxas de homicídios de jovens negros na faixa etária entre 15 a 29 anos aumentam comparada com a população branca, segundo o Censo de 2010.

Diante desse cenário, no ano de 2007 foi criado no município de Colatina–ES o Fórum Estadual da juventude Negra (FEJUNES), no intuito de organizar a Juventude Negra do Estado do Espírito Santo numa perspectiva autônoma na luta anti-racista e pela igualdade étnico/racial de oportunidades. Dessa forma, esse fórum denuncia o extermínio da juventude negra no estado do Espírito Santo, e discute o Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, do governo federal. Esses movimentos mostram a capacidade de organização, denunciando o racismo, discriminação, violência e a falta de oportunidades imposta pela sociedade a estas juventudes. Esse encontro reuniu várias representatividades, como a cultura *hip hop*, os grupos culturais, a capoeira, as manifestações regionais, os coletivos de estudantes, entre outros grupos organizados, capazes de estabelecer diálogos e propostas políticas.

Na atualidade o Movimento Negro, com ênfase na juventude, propõe o reconhecimento pela sociedade e pelo Estado do extermínio programado da juventude negra. Este aponta, com base nos dados estatísticos sistematizados pelo Observatório de Favelas, a UNESCO, Instituto Sangari (autor do Mapa da Violência) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que a juventude é o grande alvo da violência urbana, sendo que os jovens negros são as maiores vítimas de violência letal, simbólica e institucional no país (MEIRA, 2010).

Mattos (2011) contribui para o entendimento dos altos índices de violência constatados no Brasil e em especial no estado do Espírito Santo e município de Vitória. A autora considera que esse fato se deve à miséria aliada à urbanização desordenada, com a quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado. Esses fatores contribuem de acordo com a autora, para o aumento da violência urbana em que as maiores vítimas são os jovens, pobres e segregados.

### 3 AS JUVENTUDES NAS POLÍTICAS SOCIAIS

No Brasil, no período pós-regime militar, não havia um diagnóstico específico para o segmento juvenil e a educação era a única *política pública* para a juventude, no entanto, ela se direcionava as classes médias, tendo em vista que os jovens das camadas populares que ingressavam precocemente no mercado de trabalho não eram considerados jovens do ponto de vista do Estado e da Sociedade (NOVAES, 2011).

Durante os anos 80 e 90, segundo Novaes (2011), intensificou-se o desemprego, a concentração fundiária, o crescimento desordenado das periferias urbanas, surgindo novas percepções sobre os jovens: *jovens que estão fora da escola e do mercado de trabalho e jovens como vítimas e promotores de violência*. Assim, as várias formas de expressão da questão social como o desemprego e a violência entre os jovens passou a ser incluída nas agendas das instituições sociais quanto a dos gestores públicos, inserindo-se, dessa forma, a juventude como sujeito importante no diagnóstico da questão social no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 ressignificou os princípios da justiça e da solidariedade colocando a ação social do Estado em novo patamar, inserindo dessa forma, a ideia de seguridade social, composta pelos direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Rompe-se o caráter estritamente contributivo das políticas sociais anteriores à Constituição de 1988. Porém, como afirma Raquel Gentilli (2006), as políticas sociais apenas discriminam positivamente os mais necessitados, mantendo desigualdades históricas.

Nesse contexto, surge o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, resultante das lutas e reivindicações dos movimentos de direitos humanos e daqueles organismos, inclusive religiosos, que realizavam trabalhos de apoio e proteção à criança e aos adolescentes. Não se pode desconsiderar que o ECA contou com apoio também de: parlamentares, dirigentes políticos e de gestores e profissionais vinculados às áreas da assistência, da educação e da saúde. O Estatuto avançou na compreensão sobre as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, compreendida na faixa etária dos 12 aos 18 anos, desdobrando-se em uma série de ações, programas e políticas para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em vulnerabilidade por ter direitos fundamentais negados.

Em função do ECRIADE, as políticas para juventude estavam restritas aos brasileiros com até 18 anos. A partir dessa faixa etária, esse segmento passou a integrar o grupo de adultos com acesso às políticas universais, sem qualquer reconhecimento de suas particularidades. O desafio foi mudar esse paradigma e mostrar que a juventude é um segmento social estratégico, com direitos às políticas específicas para o atendimento de suas necessidades (BRASIL, 2007).

Mas se os anos de 1990 foram importantes no que tange aos avanços no campo das políticas públicas para crianças e adolescente, eles também se constituíram palco de uma acirrada luta entre capital e trabalho em que estava em jogo o fundo público.

Para melhor compreensão acerca da questão passaremos aqui a fazer alguns apontamentos sobre o fundo público. Este, constituído em especial de tributação fiscal, teve um papel fundamental na Europa quando, no período do Welfare State, em função de maior taxação da riqueza produzida, avolumou-se, permitindo ao Estado um amplo investimento em políticas sociais, ou seja, o aumento dos investimentos do Estado com a reprodução da força de trabalho. No entanto, com a crise dos anos de 1970, em que se configura também a crise fiscal do Estado, denominada por O'Connor (1973), de a crise do Estado capitalista, o capital monopolista passou a exigir a elevação da produtividade e a redução dos custos com a reprodução da força de trabalho, inclusive no campo das políticas sociais.

Ressurgindo com força o ideário (neo) liberal que de que a presença excessiva do Estado comprometia a relação capital e trabalho, a burguesia apoiou-se novamente na crença de que a mão invisível do mercado é que deveria regular tal relação. No entanto, se o desejo era o Estado sair de cena quando se tratavam das políticas sociais, deveria fazer-se presente ao se tratar do financiamento das atividades industriais. Por isso, a estratégia capitalista foi brigar pelo fundo para que ele fosse investido na produção e em formas de acelerar a circulação de mercadorias e não mais em políticas sociais estruturantes, como saúde, habitação, educação, previdência etc. (SALVADOR, 2010).

Dentro dessa lógica, o Estado deveria ter uma estrutura menor, menos dispendiosa, com ações reduzidas na área social. Ao mesmo tempo, as políticas abandonadas ou secundarizadas pelo Estado seriam assumidas pelo setor privado, permitindo que estas também se tornassem fontes de lucro para capitalistas em crise. Ou seja, a educação, a saúde, a previdência, entre

outros, foram transformadas em novas fontes de lucro.

No Brasil e em outros países de economia periférica, que não chegaram a experimentar o Welfare State, vivenciaram as ações de austeridade do Estado. Muitas das conquistas obtidas na CF de 1988, e também posteriormente a ela, foram comprometidas em detrimento da ganância do capital industrial e financeiro sobre o fundo público. Dessa forma, todo o processo de desenvolvimento das políticas de atenção à juventude foi afetado pela chegada do neoliberalismo no Brasil. A ideia de uma educação pública para todos e que fosse do ensino básico ao ensino superior vai sendo minada com a ideologia neoliberal de que o Estado brasileiro precisava passar por mudanças com vistas a reduzir os gastos com o funcionamento da máquina pública. Dessa forma, o clima neoliberal apontou para a revisão de prioridades.

Este foi um momento, não apenas no plano das políticas de juventude, caracterizado por um modelo de administração pública em forte sintonia com os princípios de reorientação da ação do Estado preconizado pelas grandes agências de desenvolvimento social e econômico da globalização capitalista, notadamente o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Princípios orientadores, tais como a focalização em populações consideradas em condição de vulnerabilidade e risco social, a diminuição do aparato estatal e a realização de parcerias do setor público com os setores privados deram o tom da sinfonia do fazer política pública no Brasil dos anos 90 (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2005, p. 200).

No mais, havia também a preocupação com a dívida pública. Era necessário que o Estado criasse condições para quitar a sua dívida - a dívida externa - junto aos países e agências credoras.

Dessa forma, o Estado brasileiro vai deixando para outras aquelas funções fundamentais. Com o processo de privatização de empresas estatais e semiestatais, o Estado tem a sua estrutura cada vez mais reduzida, consolidando-se a ideia de Estado mínimo. No entanto, como nos diz Netto (2010): mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, porque se observa um aumento de investimentos públicos, neste período, em atividades privadas por meio de financiamento e subsídios. De acordo com Behring (2008, p. 118):

Se o controle da inflação e o fôlego inicial de legitimidade por meio de crescimento imediato do consumo interno promovidos pelo Plano Real em 1994 foram suficientes para conter temporariamente a crise social, tendência é de seu agravamento, por restrições políticas [...] e econômicas: o incentivo ao capital em detrimento de quaisquer iniciativas distributivas.

Cada vez mais se vê o esvaziamento das ações do Estado no campo da saúde, da educação e

em outras áreas estratégicas para a população brasileira. Para aqueles que podiam pagar, tornaram-se usuários da saúde suplementar e das escolas privadas. Para os que não podiam pagar, submeteram-se às políticas precárias: sistema de saúde precário e escolas com pouca estrutura e péssimas condições de funcionamento.

Se no processo de consolidação da lógica neoliberal no Brasil a maioria da população tem os seus interesses lesados, a juventude será uma das mais afetadas, porque vê os seus sonhos de uma educação de qualidade de um futuro mais promissor comprometidos. Mas, como escreve Frei Betto (2002), os danos do neoliberalismo à juventude vão para além da dimensão material, afeta a sua subjetividade. O autor, analisando de como a ideologia neoliberal afeta essa parcela populacional, escreve:

São três os recursos utilizados pelo neoliberalismo para neutralizar as motivações utópicas da juventude. Primeiro, a desistorização do tempo. Extirpar o caráter histórico do tempo, herdado dos hebreus e tão presente na mensagem de três judeus paradigmáticos à nossa cultura: Jesus, Marx e Freud. Sem o varal da história, o tempo transforma-se num movimento cíclico. A historicidade cede lugar à simultaneidade. O compromisso ao ficar. O projeto ao prazer imediato. Assim, perde-se a dimensão biográfica da vida, agora reduzida à esfera biológica (BETTO, 2002, p. 1).

Gentili (1998, p. 102) também nos alerta sob o projeto neoliberal imposto pelas instituições internacionais com consentimento das elites dirigentes do nosso país, colocando em cheque a nossa soberania. O autor afirma que o neoliberalismo constitui um projeto hegemônico. Isto é, uma alternativa dominante à crise do capitalismo contemporâneo através da qual se pretende levar a cabo um profundo processo de reestruturação material e simbólica das nossas sociedades. O neoliberalismo deve ser compreendido segundo o autor como um projeto de classe que oriente, ao mesmo tempo e de forma articuladas, um conjunto de reformas radicais num plano político, econômico, jurídico e cultural.

Bem, diante dos estragos produzidos pela lógica neoliberal, iniciativas importantes de valorização da juventude no Brasil foram vistas com certa esperança, porque apontou para a possibilidade do surgimento de uma nova postura do Estado diante da juventude brasileira. E mesmo que ainda não tenha sido da forma desejada por aqueles atores que debatiam a realidade da juventude brasileira, o Governo Lula reacendeu a esperança de retomadas de políticas e ações discutidas desde a década de 1980. E, a partir de 2004, inicia-se um amplo processo de diálogo entre governo e representantes dos movimentos sociais sobre a

necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentada para os (as) jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais (SPOSITO, 2003).

Diante das especificidades que demanda e necessita essa categoria populacional, o governo Lula em 2004 insere o segmento juventude em sua agenda política passando do tradicional enfoque clientelista e burocrático - que têm os jovens como simples destinatários de políticas assistencialistas - para um enfoque centrado no *empoderamento* e de sua participação efetiva acreditando ser estratégico para o desenvolvimento local, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI (BRASIL, 2010, p. 1).

O papel da juventude é cada vez mais reconhecido como de fundamental importância ao processo de desenvolvimento de qualquer país do mundo. Prova disso é que a ONU elegeu o ano de 2010 como ano Internacional da Juventude, com intuito de promover o diálogo e a compreensão entre gerações e de estimular os jovens a promoverem o progresso, com ênfase nas metas do Desenvolvimento do Milênio.

Este processo de diálogo concedeu projeção nacional à temática da juventude. Entre as iniciativas mais importantes nesse período, destacam-se as seguintes:

i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; ii) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; iv) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007); e v) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros (SILVA; ANDRADE apud CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 27).

Com esse objetivo, a Política Nacional de Juventude foi instituída em 2005, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, criada nesse mesmo ano, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Houve também a criação do Conselho Nacional

de Juventude (CONJUVE), pela lei 11.129/2005.

Dessa forma, a Secretaria Nacional de juventude junto com o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) passam a formar o tripé da política Nacional do governo Lula. Foi constituído um marco legal por permitir ao Brasil a consolidação da política juvenil como política de Estado, ou seja, uma política perene e independente da vontade daqueles que estejam governando o país.

Com esse objetivo, a Secretaria Nacional de Juventude estimulou debates que culminou na promulgação da PEC 042/2008, conhecida como PEC da juventude, transformada na Emenda Constitucional 65, inserindo o termo *jovem* no texto constitucional, exemplo de que já ocorria com a criança, o adolescente e o idoso. Foi aprovado o Estatuto da Juventude, estabelecendo responsabilidade para as três esferas governamentais na execução das políticas juvenis.

Uma outra dimensão, tão fundamental quanto às outras, é a constituição de um marco legal, que vai permitir ao Brasil consolidar sua política juvenil com, o uma política de Estado, ou seja, uma política perene e independente da vontade daqueles que estejam governando o país. Com esse objetivo, a Secretaria Nacional de Juventude participou, estimulou e apoiou os debates em torno das três matérias que integram o marco legal da juventude, uma já implementada e duas sob apreciação do Congresso Nacional. Aprovada e promulgada em julho de 2010, a PEC 042/2008, conhecida como a PEC da Juventude, foi transformada na Emenda Constitucional 65, inserindo o termo "jovem" no texto constitucional, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, a exemplo do que já ocorria com a criança, o adolescente e o idoso. O Estatuto da Juventude, que estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis, foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2011. O Plano Nacional de Juventude, por sua vez, estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos (BRASIL, 2011, p. 1).

O CONJUVE é composto por 1/3 de representante do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando ao todo com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os ministros que possuem projetos voltados para os jovens; a frente parlamentar de políticas para a juventude, além das associações de prefeitos. A sociedade civil reflete a diversidade dos atores sociais, que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. Participam membros do movimento estudantil; jovens trabalhadores rurais e urbanos, negros, indígenas, quilombolas, representante do hip-hop e integrantes de organizações religiosas, entre outros (BRASIL, 2010).

Fazendo parte da política estratégica para juventude foi implementado o PROJOVEM ADOLESCENTE – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Este programa é um redesenho/reformulação do Agente Jovem que tinha o objetivo de promover atividades continuadas que proporcionassem experiências práticas de trabalho e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares, comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo, com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho. O ProJovem Adolescente possui um traçado metodológico mais voltado ainda à capacitação profissional, a inserção e permanência na escola, além de prevenir o encaminhamento precoce no mercado de trabalho (BRASIL, 2011).

Em 2007, quando a Política Nacional de Juventude completava dois anos, o governo federal iniciou nova discussão para redesenhar tal política, que ainda padecia de alguns dos vícios de origem, pois neste período não se conseguiu avançar na coordenação e integração dos programas e ações federais voltados para os jovens. O Plano Nacional de Juventude considera jovem o segmento da população na faixa etária de 15 a 29 anos.

Nesse momento, o governo federal ainda executava, por meio de cinco ministérios diferentes, seis programas emergenciais voltados para a juventude excluída do mercado de trabalho e com poucos anos de estudos e reduzida capacitação profissional: ProJovem – Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010).

Esses programas tinham em comum a atenção para ampliação da escolaridade e formação profissional e o repasse de diferentes auxílios financeiros aos jovens, como contrapartida de sua participação nas atividades oferecidas. Entretanto, a execução e a gestão destes não se davam de forma integrada e coordenada, sendo que nenhum tinha capacidade de atender universalmente todos os jovens considerados excluídos e, portanto, público-alvo dos programas. Caracterizavam-se, de forma geral, por ações pontuais, fragmentadas e paralelas.

Assim, os quatro principais desafios que se colocavam para a Política Nacional de Juventude em 2007 eram:

[...] ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais e destes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas

de educação, saúde, esporte e cultura; ii) aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, considerando juventude a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos; iii) otimizar recursos; e iv) aumentar a eficácia (SILVA; ANDRADE apud CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 28).

Não obstante a relevância política desse aparato institucional no que concerne à inserção da temática juvenil na agenda pública é a atenção aos jovens socialmente mais vulneráveis. O desafio que está colocado para o país hoje é o de ampliar consideravelmente o escopo da Política Nacional de Juventude, de modo que esta possa beneficiar com efetividade *todas as juventudes* brasileiras (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009). Mas a maior parte dela, antes de poder contribuir para a mudança tem que ser ajudada. Os jovens brasileiros vão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência.

### 3.1 AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

A constituição de 1988 determina a descentralização buscando o fortalecimento dos Estados e Municípios, por meio de transferências constitucionais automáticas superando os esquemas clientelistas e partidários de transferências de recursos conveniadas, anteriormente vigentes (JUNQUEIRA, KOMATSU, INOJOSA, 1996). Os autores esclarecem que a estrutura dos três entes da federação são setorializadas e na esfera municipal a organização se dá por intermédio das Secretarias dos Municípios que possuem a incumbência de organizarem os serviços de setores específicos como da educação e assistência social.

Entretanto Junqueira (2005) afirma que apesar de existir uma ação setorializada executada pelas Secretarias é necessária uma ação integrada, pois as políticas de caráter universal, de forma isolada, terão dificuldades em promover a equidade e a integralidade do atendimento. Junqueira (2005) diz que “Apesar dos problemas sociais manifestarem-se setorialmente, sua solução está na dependência da ação de mais de uma política”. Esse entendimento ganha força ao considerar a cidade em sua totalidade, com seus munícipes se distribuindo em seu território, tornando-se sujeitos do processo, capazes de perceberem seus problemas e encaminharem soluções articuladas intersetorialmente. Ainda afirma que o grande desafio para administração pública municipal é a descentralização do poder decisório e a criação de estratégias para se efetivar a intersetorialidade de suas ações.

Taqueti (2010) lembra que o processo de implementação de políticas intersetoriais e o recente processo de construção de políticas para a juventude demandam a participação dos

segmentos juvenis na proposição, elaboração, definição e controle social dessas ações. A autora afirma que é necessário que a juventude se faça presente e acompanhe as políticas, assumindo o seu papel de fiscalizadora da ação pública. Dessa forma, salienta a autora, os jovens poderão compor a esfera pública, atendendo um pressuposto divulgado pela Unesco para a construção de políticas que sejam de/para/com a juventude.

Nesse sentido, a autora supracitada afirma ser necessária a integração das ações da gestão pública, porque os mesmos jovens que ocupam os diversos territórios da cidade são os mesmos que frequentam as escolas municipais, unidades de saúde ou a pracinha dos bairros e também são beneficiários de políticas de assistência social ou de programas específicos para a juventude. Taquetti (2010) nos diz que os governos estaduais e prefeituras têm se esforçado em maior ou menor grau para propor, articular e gerenciar políticas voltadas para as juventudes, de acordo com a autora essa realidade se faz presente também na Prefeitura Municipal de Vitória.

“No ano de 2005, a Prefeitura Municipal de Vitória iniciou uma forma de gestão intersetorial, na perspectiva de promover a interlocução entre as pastas governamentais e os vários segmentos da sociedade” (VITÓRIA, apud TAQUETTI, 2010, p. 123). Foi criada nesse mesmo ano a Gerência de Relações com a Juventude (GRJ) tendo como objetivo implementar as ações voltadas para os segmentos juvenis e intensificar o diálogo entre a atividade política e os segmentos juvenis (TAQUETTI, 2010). A criação da Gerência estava em consonância com as discussões sobre a juventude no âmbito nacional. Nesse contexto, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conjuve.

De acordo com os estudos de Taquetti (2010), a gestão do município de Vitória se inspirou na experiência de Coordenadoria de Juventude da Prefeitura de Porto Alegre no ano de 1996. A autora nos lembra de que, a princípio, a intenção da GRJ no início da gestão municipal petista era a criação de uma secretaria de juventude e não uma gerência, entretanto, essa não foi a opção do prefeito. A gerência de Juventude estava vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que é voltada para a execução dos programas tanto do governo federal quanto das iniciativas municipais e da gestão dos espaços juvenis da PMV.

A autora citada identificou vinte e seis ações/projetos/programas/espacos voltadas ao segmento juvenil executados no ano de 2010 pela Prefeitura de Vitória, que identificaremos

seguir. Ações citadas estabelecem como critério de inserção dos jovens a sua faixa etária<sup>8</sup> de atendimento, sendo essas específicas para a juventude e outras direcionadas a toda população de Vitória. No entanto, se o quantitativo de jovens nessas ações era expressivo, considerava-se essa ação também relacionada com a juventude. Dessa forma, os projetos específicos para a juventude no município de Vitória estabeleciam dois aspectos importantes “A definição etária e a grande inserção dos jovens na ação desenvolvida” (TAQUETTI, 2010, p. 161).

Em meados de 2011 houve uma reestruturação extinguindo-se a Gerência de Juventude. As políticas de juventude, então, passariam a se ligar a SEMAS, mais precisamente à Gerência de Fortalecimento de Vínculos. As ações cuja execução e elaboração são de responsabilidade da Prefeitura de Vitória para o segmento juvenil são: 1) Mobilização Estudantil; 2) Cidadania Fundamental; 3) Academia Popular; 4) Qualificação Profissional; 5) Ação Circuito Cultural; 6) Centro de Referência da Juventude; 7) Núcleo Afro Odomodê.

Os principais programas direcionados a juventude capixaba são:

*Projeto Mobilização Estudantil*, executado pela SEME. Este projeto teve início no ano de 2006, com o Projeto Protagonismo Estudantil no intuito de realizar um trabalho intersetorial e estimular a participação e a organização política dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Vitória.

Atualmente faz parte da Coordenação Mobilização Estudantil subordinada à Gerência de Gestão Democrática (GGD) e a Gerência do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação. Tem como principais objetivos incentivar/apoiar todas as formas de organização estudantil no interior das escolas, oferecer formação política aos jovens alunos representantes de turma, dos conselhos de escola e/ou integrantes do Grêmio Estudantil e conhecer e experimentar diferentes expressões culturais e artísticas (VITÓRIA, apud TAQUETTI, 2010, p. 161).

*Cidadania Fundamental*, sob a responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID). Esse projeto iniciado no ano de 2010 tem como objetivo proporcionar conhecimentos das temáticas de direitos humanos e estimular o exercício da cidadania. Promove o acesso à documentação civil básica de todos os estudantes matriculados na 8ª série (9º ano) nas escolas do Município de Vitória. As escolas seguem um cronograma de cada região levando seus estudantes até a Casa do Cidadão onde participam de oficinas de

<sup>8</sup> Taquetti (2010), esclarece que “muitas dessas ações possuem faixa etária definida, ora atendendo especificamente os jovens entre 18 e 29 anos, ora contemplando o adolescente a partir de 14 anos. Alguns projetos também contemplam o público infante-juvenil”. Nesse período a faixa etária para o segmento juvenil iniciava com 18 anos e não com 15 como acontece atualmente.

educação em direitos humanos, educação ambiental, educação para o trânsito, violência doméstica e contra a mulher, sexualidade e diversidade sexual (VITÓRIA, 2010).

*Academias Populares*, sob a responsabilidade da Secretaria de Esporte. As academias populares de Vitória possui objetivo de proporcionar aos moradores maiores de 15 anos mais qualidade de vida a partir da adoção de uma política preventiva de saúde. Todas as academias seguem os mesmos princípios técnico pedagógicos diferenciando-se apenas pela localização, dimensões, quantidades e funcionários (VITÓRIA, 2010).

*Qualificação Profissional*, sob a responsabilidade da Secretaria de Turismo Trabalho e Renda. A Prefeitura de Vitória promove cursos de qualificação, profissionalização, certificação e elevação da escolaridade dos moradores de Vitória em situação de desemprego, subemprego, trabalho pouco qualificado, com idade a partir de 16 anos (VITÓRIA, 2011).

*Ação Circuito Cultural* sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura. O Circuito Cultural criado em 2006, uma atividade permanente da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória (SEMC). Essa ação tem como objetivo oferecer aos moradores a oportunidade de conhecerem os fundamentos de manifestações artísticas. Para tanto, realiza oficinas para os moradores em áreas como música, teatro, dança, artes plásticas, vídeo, fotografia, desenho, literatura e capoeira. (VITÓRIA, 2013a).

*Cine Kbeça*, *Centro de Referência da Juventude* e *Núcleo Afro Odumodê* estão sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social. A Secretaria de Assistência Social possui a grande maioria das ações destinadas ao público juvenil de toda a prefeitura. A Gerência de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui ações para a juventude com Centro de Referência da Juventude. O NúcleoAfro Odumode também possui ações voltadas para crianças e Adolescentes com o projeto Caminhando Juntos (CAJUM).

O *Centro de Referência da Juventude* (CRJ) inaugurado em 2006 foi o resultado do Orçamento Participativo da Juventude, É um espaço de interação entre jovens da capital. As atividades oferecidas são fundamentadas em quatro pilares fundamentais – a convivência, formação, informação e expressão. Possui como pressuposto reconhecer o jovem protagonista das ações voltadas para eles. São oferecidas atividades de lazer, cultura, esporte, arte, música, atendimento psicossocial, discussão e formulação de políticas públicas (VITÓRIA, 2012).

Taquetti (2010, p. 178) afirma que o “CRJ se traduz em um espaço de várias manifestações culturais, se destacando uma forte presença da expressão e linguagem do movimento *hip hop*.” A autora diz que “As paredes desse espaço são repletas de grafitagens. Existem oficinas de Break e grafite que são expressões artísticas e culturais eminentemente do hip hop”. O *Núcleo Afro Odomodê* surgiu a partir de uma ação desenvolvida pela Gerência da Juventude no ano de 2005, com o objetivo de fortalecer a cultura afro. Na época, realizava oficinas de percussão e sexualidade. A partir dessa ação, foi criado um grupo de percussão de jovens, o Odumodê (HELMER; CALIARI, apud TAQUETTI, 2006). Possuía uma ação itinerante, circulando nas escolas, nos bairros e eventos da prefeitura apresentando-se.

No ano seguinte, foi inaugurado o *Núcleo Afro Odomodê*<sup>9</sup> enquanto espaço juvenil. Nesse espaço são desenvolvidas atividades culturais voltadas para jovens afrodescendentes entre 13 a 29 anos, residentes no município. Entre as atividades oferecidas gratuitamente no espaço, estão oficinas de percussão, penteado afro, forró, grafite, canto, moda e break, que contribuem com o resgate e a valorização da cultura afro. É um espaço de formação, convivência e participação que busca estimular, sensibilizar e mobilizar os jovens para a luta contra os preconceitos, violências. No ano de 2013 teve início em 2013 um grupo de estudo a série Diálogos Odomodê, voltados para temas ligados ao movimento negro no Espírito Santo. (VITÓRIA, 2013b).

De acordo Taquetti (2010, p. 217), “o município de Vitória tem se esforçado para elaboração de políticas públicas de juventude, não resumindo-se a meros executores de programas *pré-estabelecidos* elaborados pelo governo federal. Essa prática, segundo a autora foi inovadora e estimulante”.

Todavia, concordamos com Taquetti (2010, p. 227) “Ao considerar que o sistema capitalista se estabelece em um sentido contrário aos interesses populares”. Entretanto, a autora nos alerta dizendo que são nessa contradição que o poder executivo deverá provocar a inserção dos segmentos menos favorecidos, dentre eles os jovens das camadas populares e, dessa forma, inseri-los nas instâncias de decisão e deliberativas locais.

---

<sup>9</sup> O Núcleo Afro Odomodê localiza-se na rua Areobaldo Bandeira, 4, bairro Bonfim.

#### **4 TRAJETÓRIA DO PROJovem NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: CONTINUIDADE E RUPTURAS**

A Lei Federal nº 11.129, de 30 de junho de 2005, instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem Original). Tal programa foi direcionado aos jovens entre 18 e 24 anos que viviam nas capitais dos municípios com mais de 200 mil habitantes e que tivessem concluído a quarta série, mas não o ensino fundamental completo, e que não possuíssem vínculos formais de trabalho (BRASIL, 2011). De acordo com o diagnóstico da população juvenil, realizado em 2004, essa faixa etária apresentava os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídios, envolvimento com drogas e com a criminalidade (BRASIL, 2011).

Portanto, diante desse cenário, o Projovem Original caracterizou-se como uma medida emergencial buscando atender ao segmento juvenil defasado no seu processo de formação escolar. Também o Programa constituiu uma ação experimental, com intuito de inovar a proposta curricular sob novos paradigmas de ensino e aprendizagem que possibilitassem maior articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária (BRASIL, 2008).

Para viabilizar o Projovem foi criado o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) com elementos considerados inovadores identificados em sua proposta original. Nesse documento, estão expressos princípios como a integração indissociável entre o ensino fundamental, a qualificação profissional, a ação comunitária, o avanço na escolaridade e a inserção social e profissional, com intuito de romper com as clássicas dicotomias: formação geral x formação técnica e educação x ação cidadã (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, de acordo com o Relatório Mensal de Serviços de Consultoria (VITÓRIA, 2005), o município de Vitória realizou a adesão ao Projovem Original no mês de julho de 2005, preservando o seu formato até o ano de 2007. Esse fato pode ser observado no documento intitulado de Comunicação Interna e que foi elaborado pela então Secretária de Educação e coordenadora do Comitê Gestor do Projovem, em 31 de maio de 2006. Consta no documento que:

[...] desde o início de julho de 2005, quando tomamos conhecimento da possibilidade de implantação do Programa, fomos desafiados e sentimo-nos

seduzidos pela proposta do Programa na sua concepção, metodologia, conteúdo e relevância, sobretudo numa conjuntura como a de Vitória, em que os dados apontam com clareza a vulnerabilidade de nossos jovens e a necessidade premente de políticas de investimentos sociais ousadas e articuladas direcionadas para esse segmento (CARRARO, 2005, p. 1).

O processo de adesão ao programa pelo município foi relatado por um de nossos entrevistados:

Participei de reuniões com o governo federal pra poder implementar o projovem. Isso foi em meados de 2005. O município de Vitória estava em uma discussão muito interessante a respeito da implementação da Educação de Jovens e Adultos. A coordenação da EJA foi também convidada para participar das reuniões de implementação do projovem [...]. Eu tava à frente de um programa importante, relacionado à juventude como a [o Programa] Escola Aberta. Aí, quando nós participamos da reunião, nos deparamos com outros atores técnicos de outras secretarias. Depois, nós fomos entender que o projovem era um programa interministerial, em nível federal, ou seja, era um programa que tinha a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, quer dizer, era uma secretaria vinculada ao gabinete da Presidência, mas que fazia articulação com três ministérios: Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. [Este último corresponderia] a Secretaria de Assistência Social [nos municípios]. E o município de Vitória tentou repetir essa mesma formatação (ENTREVISTADO 1)

Ainda, de acordo com o Entrevistado 1, na primeira reunião em que se debateu a implantação do ProJovem Original, participaram: a SEME, ele, representando o Programa Escola Aberta (PEA), e o coordenador do EJA; da SEMAS, o gerente de políticas de juventude e o coordenador da juventude da mesma gerência. Esses atores iniciaram uma discussão junto com membros do Governo Federal, que vieram para o município de Vitória apresentar a proposta. E, segundo o Entrevistado 1, o Governo Federal reafirmou que o programa resultou de uma parceria interministerial e que o formato dele nos municípios deveria seguir o mesmo padrão, ou seja, constituir-se numa ação parceira entre as secretarias municipais, assumindo assim um caráter intersetorial.

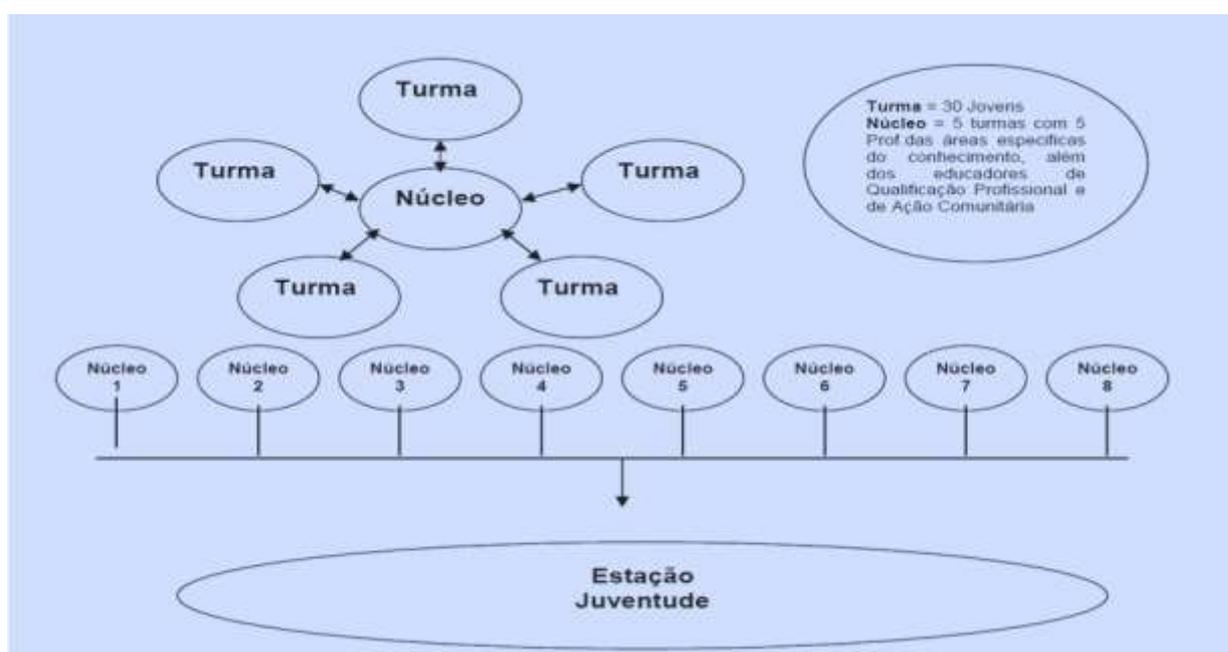
O entrevistado 1 nos lembra que o Projovem Original foi a primeira experiência do Programa Projovem no Brasil. Diz ele:

Nós fomos para Brasília participar da formação e foram apresentados todas as questões em termos da implementação: sobre repasse de recurso, como o município deveria aderir ao programa e quais as condições que o município deveria apresentar de contrapartida também pra receber o programa. Essa parte foi muito complexa, porque a intersetorialidade estava no início tanto em Brasília quanto em Vitória. Então, na hora de escrever o Plano de Trabalho Nacional do Programa.... Ele era da Secretaria Nacional de Juventude e o Projovem marcou o início da Política Nacional de Juventude e uma nova política nacional pra Juventude a partir de 2005. Com a implantação da Secretaria Nacional da Juventude, a coordenação do Projovem e a

implantação do Conselho Nacional de juventude foram criados juntos. E no município, teoricamente, quem deveria fazer a gestão era a Gerência da Juventude com esse formato. Se fosse ao mesmo formato do Governo Federal, seria [de responsabilidade] da Gerência da Juventude. A Secretaria de Educação, a de Assistência Social e a Secretaria de Trabalho seriam o apoio pra fazer o programa funcionar. No município de Vitória, o Projovem ficou nas três secretarias: Educação, Assistência e Trabalho. Só que aí tinha que escolher uma coordenação geral. Aí, a coordenação geral do programa ficou com a SEME, educação, no caso. Assim, eu assumi em 2006 (ENTREVISTADO 1).

Para implementação nos municípios, o programa federal adotou a seguinte organização: as aulas seriam ministradas em locais denominados de núcleos, que seriam espaços com infraestrutura adequada e próximos aos locais de moradia dos seus frequentadores.

**FIGURA 4 - Organização dos espaços no ProJovem**



Fonte: Brasil (2006, p. 29)

As normas determinavam que um núcleo tivesse no máximo cinco turmas com 30 alunos cada. Os núcleos contariam com uma estrutura municipal denominada de Estação Juventude, local de realização de atividades comuns aos diversos núcleos e ponto de encontro de seus integrantes.

A Estação Juventude também teria como tarefas esclarecer as dúvidas dos jovens iniciantes, realizar orientações para o desenvolvimento de atividades coletivas, realizar eventos culturais e ser sede para a organização de acervo multimídia e equipamentos que complementassem os

trabalhos realizados pelos núcleos.

Cada Estação juventude deveria ser composta por oito núcleos. Entretanto, essa organização sofreu adaptações em todo território nacional, inclusive no município de Vitória. De acordo com o documento denominado Síntese das Deliberações do Projovem Vitória (VITÓRIA, 2005) o Programa no município funcionou com duas Estações de juventude: uma localizada no Sambão do Povo (centro da capital) e outra, na Escola Octacílio Lomba, no bairro de Maruípe. A Coordenadora do Comitê Gestor do Projovem, relatou em documento:

É necessário registrar o desafio que ainda enfrentamos em relação às Estações de Juventude, pois temos uma dificuldade peculiar em Vitória de falta de espaços e possibilidades de prédio adequados aos objetivos e métodos do Projovem. A 1ª Estação, localizada em Maruípe, apresenta boa estrutura, localização e condições bastante satisfatórias de funcionamento, agora em maio, estando em fase inicial de reparos e adaptações. A 2ª Estação, funcionando inicialmente no Sambão do Povo, precisou de ser desocupada no Carnaval e funciona provisoriamente numa escola estadual de ensino médio. Está em fase de final o processo de aluguel de um prédio em boas condições, com três pavimentos, localizado na Vila Rubim, que atenderá a essa Estação (MC, 2006).

O Relatório Mensal de Serviços de Consultoria, publicado em 2005, avaliou que: “Apesar dos desafios em infraestrutura, o excesso de vontade de dar certo fez com que os alunos se sentissem mais acolhidos e à vontade nos espaços” (VIEIRA, 2005, p. 1). Dessa forma, a coordenação do Programa no município organizou os seus núcleos nos turnos vespertino e noturno.

Os núcleos do noturno funcionavam em escolas que não ofertavam a Educação de Jovens e Adultos. O entrevistado 1 aborda os desafios em relação à viabilização de espaços adequados para o funcionamento do Programa no município:

Como nós vamos ter um programa que vai funcionar à noite numa escola da noite, sendo que as escolas da noite já estão funcionando? Fizemos o quê? Só abrimos, então, turmas que não tinham noturno. [Este foi o] primeiro cuidado pra não ter conflito. Outro cuidado: ao abrimos uma turma no diurno, [Vitória] foi o único município do Brasil a abrir turma no diurno – que, na minha opinião, foi uma atitude muito ousada da nossa parte – mesmo sabendo que a gente não tinha espaço físico pra oferecer. E a gente não tinha mesmo. Tanto que o espaço utilizado para as aulas no diurno foram os camarotes utilizados no Sambão do Povo, porque os alunos tinham que estar vinculados a uma escola senão não ia ter a certificação, entendeu? O Adão [refere-se à Escola Adão Benezarth – localizado no Bairro Andorinhas] não tinha noturno, o TAN [Escola Tancredo de Almeida Neves – localizada no Bairro São José] não tinha noturno e o Otacílio [Escola Octacílio Lomba – localizado no Bairro Maruípe] não tinha noturno e tinha espaço vago pra ter turma no diurno. Então, nós abrimos turmas no diurno no Otacílio Lomba e no Sambão do Povo. (ENTREVISTADO 1).

Dessa forma o município de Vitória apresentou a seguinte organização dos seus espaços:

**Tabela 10 - Organização dos Espaços do Projovem no Município de Vitória**

Local	Quantidade de núcleos	Quantidade de Estações Juventude	Turno	Local
Sambão do Povo	01	01	Vespertino:	Centro
Escola Octacílio Lomba	01	01	Vespertino:	Maruípe
Escola Irmã Jacinta	01	-----	Noturno	Bairro Romão
Escola João Bandeira	01	-----	Noturno	Bairro Consolação
Escola Marieta Escobar	01	-----	Noturno	Bairro Santa Martha
Escola Anacleto S. Lucas	01	-----	Noturno	Bairro Fonte Grande
Escola Tancredo de Almeida Ne	01	-----	Noturno	Fonte Grande
Escola Regina Maria e Silva	01	-----	Noturno	Bairro Inhangüeta

Fonte: VITÓRIA (2005)

Nessa perspectiva, Castro (2005) relata que a implementação do Projovem Original, no ano de 2005, foi marcada por contradições que se evidenciavam no processo de estruturação da Política de Educação de Jovens e Adultos. Segundo a autora, a proposta do Projovem era interpretada pelos militantes como uma ameaça para as ações no campo da EJA, tendo em vista as propostas convidativas do Programa para o público jovem que estabelecia a garantia de certificação de Ensino Fundamental em um único ano e, ao mesmo tempo, garantia a concessão de bolsas.

Tais atrativos geraram algumas preocupações nos gestores, que recearam por possíveis perdas de alunas da EJA para o Projovem. Todavia, tal questão não se concretizou, registrando-se um pequeno número de transferências de alunos. Castro (2005) é uma das autoras que chama a atenção para a importância desse momento de tensão inicial que contribuiu para estabelecer o debate e para promover a aproximação necessária entre as equipes no interior da SEME por intermédio de um diálogo constante.

Para que os jovens ingressassem no Programa e frequentassem os núcleos, o Governo Federal criou uma estratégia de Call Center (0800), que poderia ser acessado por intermédio de telefones residenciais e públicos em todas as cidades em que se iniciava o Programa. Após a

inscrição os jovens receberiam uma correspondência em seu endereço informando o local de matrícula. Se o número de inscritos ultrapassasse a meta estabelecida, os jovens seriam submetidos a um sorteio.

De acordo com o documento Síntese das Deliberações do Projovem Vitória (VITÓRIA, 2005), o Programa no município deveria atingir uma meta de 1.350 jovens. Para tanto, criou o Dia D do Projovem como estratégia de divulgação, dia em que ocorreu a distribuição de panfletos em diversas regiões de Vitória e lançou mão do uso de carros de som. Segundo o documento, o Poder Público enfrentou dificuldades para fazer uso de rádios populares e de programas de TV, por isso, a necessidade de pensar formas alternativas de publicização do programa junto à população.

De acordo com o Comunicado Interno elaborado pela Coordenadora do Comitê Gestor (CARRARO, 2006), o Projovem contou, inicialmente, com 1.126 jovens inscritos. Desses, 700 efetivaram as suas matrículas. Neste documento, a Coordenadora do Comitê MC menciona a dificuldade enfrentada no início da implementação:

[...] fomos surpreendidos por uma greve dos professores da Rede Municipal que se prolongou por um mês e exigiu desta Secretaria e da PMV um enorme esforço de acompanhamento diário dos debates/negociações com a categoria do magistério e com pais e comunidade (CARRARO, 2006, p. 1).

As dificuldades para a efetivação das matrículas foram também relatadas por um dos nossos sujeitos de pesquisados:

[...] aí, o CAED [Centro de Apoio a Educação a Distância] da Universidade de Minas Gerais definiu o seguinte: que, primeiro, o jovem fazia uma ligação pro *call Center*, que era disponibilizado pro Brasil inteiro o mesmo número. Depois, no *Call Center*, ele dizia que queria se matricular no projovem, queria informações de onde se inscrever. Aí, ele era orientado a procurar a Secretaria de Educação que estava responsável por isso e lá ele fazia a inscrição. Depois da inscrição feita, o jovem tinha que esperar o início [o período] da matrícula e isso era um intervalo de mais ou menos de 2 a 3 meses. Ou seja, o programa trabalhou com a esperança do sujeito. “Ah, você vai concluir o ensino fundamental em um ano, vai ter um curso de qualificação profissional e ainda vai receber 100 reais por mês pra estudar e concluir seu ensino fundamental vem!” Aí, o jovem veio. Quando ele veio, ele fez a inscrição e, depois, recebeu a notícia que teria que esperar a chamada do seu nome pra matrícula. Aí, passaram 10 dias, 30 dias, 40 dias, 50 dias, 60 dias, 70 dias e nada desse jovem fazer a matrícula. Então, aí, quando a matrícula veio, se você tinha, por exemplo, dois mil e quinhentos inscritos na inscrição, quando era pra fazer a matrícula, esse número caía pra mil e quinhentos, por exemplo. [...] O Projovem no município teria que ter 1250 jovens inscritos. Nós atingimos as 1126 matrículas e todas foram aceitas. Todas as matrículas eram realizadas na Secretaria de Educação. (ENTREVISTADO 1).

A coordenadora do Comitê Gestor do Projovem MC em documento relata que, para viabilizar a proposta pedagógica do Projovem o município de Vitória, realizou convênio com a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo, para o processo de formação de professores. Segundo o documento denominado Ata da Reunião do Comitê Gestor do Projovem (VITÓRIA, 2005), todos os profissionais que estivessem envolvidos com o Programa, realizariam reuniões semanais na Estação de Juventude, para estudo, socialização de informações, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento do processo de implantação do Projovem. O entrevistado 2 aborda o assunto em seu relato:

Então veio o pessoal de fora pra fazer esse treinamento. Essa capacitação das aulas era pra iniciar o mais rápido possível. Então, foi um curso muito interessante com um modelo diferente do que a EJA convencional propõem. Sabendo das limitações de evasão principalmente que acontece na EJA e atendendo a um público que, na verdade, não tem uma política pra esse grupo específico. A Eja é de uma forma ampla, quer dizer, para aqueles que estão fora do padrão série/idade. E aquele grupo específico que, na época, era de 18 a 29 anos, não existia uma política pública específica pra esse grupo. Principalmente de 2005 pra 2006, o acesso à informatização. Porque os mais jovens já tinham a informatização, mas esse grupo não tinha ainda esse diferencial. (ENTREVISTADO 2)

De acordo com o depoimento de outro entrevistado:

A contratação dos professores, coordenadores... tudo era pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida. A Prefeitura resolveu entregar tudo na mão da Fundação. Aí, o Projovem preparou as escolas pra receber os alunos. Fez a terceirização com a Fundação e a Fundação ficou responsável por contratar os profissionais da área administrativas e os professores. (ENTREVISTADO 1)

A FCAA citada pelo entrevistado 1, é uma instituição de apoio ao ensino e à pesquisa vinculada à UFES, ela possui uma personalidade jurídica de direito privado, sendo protegida do cumprimento de certas regras de controle fiscal instituídas para os serviços públicos. Por isso, a estratégia de prefeituras e órgãos estaduais e federais buscarem, através da FCAA, facilitar a contratação de profissionais e o desenvolvimento de ações de caráter público.

O terceiro setor é analisado por Gentili (2010), que nos chama atenção para a redução do Estado de sua capacidade executora das instâncias centrais, repassando parte crescente de suas atribuições para a própria sociedade ou Terceiro Setor. Seguindo esse raciocínio Montano (2002), faz referencia a função ideológica que o terceiro setor cumpre na efetivação das políticas neoliberais, isto é, a diminuição das responsabilidades sociais pelo Estado, a flexibilização do trabalho.

A terceirização do Projovem relatada em entrevista é seguindo esse raciocínio, Kuenzer (2006, p. 889) considera:

[...] programas e projetos, tanto no governo Fernando Henrique Cardoso quanto no governo Lula, não se diferenciam no que diz respeito à concepção das relações entre Estado e sociedade civil, que passam a se dar através das parcerias entre o setor público e o setor privado. Estas relações supõem repasse de parte das funções do Estado para a sociedade civil, acompanhado do repasse de recursos, que realizados sobre o ordenamento jurídico privado, fogem aos controles públicos da União.

De acordo com autora supracitada, o Governo Lula apresentou avanços nas políticas de juventude, entretanto, considera que houve sinais de continuidade em relação ao Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista as relações estabelecidas entre o setor público e privado para a efetivação dos programas e projetos, direcionando-os para o Terceiro Setor parte das funções que, segundo Kuenser (2006), deveriam ser realizadas diretamente por órgãos e agentes do Estado.

Dessa forma, a FCAA, mencionada ficou responsável no município de Vitória para a contratação dos profissionais que atuariam na área administrativa e também pela contratação dos professores. Na ocasião, o Projovem apresentou o seguinte quadro de profissionais:

Uma Coordenação Municipal composta por:

- 1 coordenador administrativo
- 1 coordenador pedagógico
- 1 coordenador de área da qualificação profissional
- 2 pessoas para apoio administrativo

A Estação juventude do Município possuía:

- 04 Educadores de qualificação profissional
- 04 educadores de qualificação profissional
- 02 educadores de assistência social

- 20 educadores de ensino fundamental

De acordo com o documento intitulado Plano de Trabalho/Detalhamento da ação MEC/FNDE (BRASIL, 2005), o município de Vitória optou pelo recrutamento de servidores públicos da ativa para atuar no programa, comprometendo-se a apresentar declaração de que a participação do servidor ou empregado público em atividades específicas do Projovem não eram incompatíveis com as funções por ele desempenhadas em seu órgão de origem.

A proposta de formação do Projovem para os seus profissionais compreendia atividades de Formação Básica com uma carga horária de 800 horas, Qualificação Profissional de 350 horas e Ação Comunitária de 50 horas, perfazendo um total de 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não presenciais, totalizando uma carga horária de 1600 horas.

A diretriz curricular apresentava três dimensões garantidas no PPI. Foram elas: o Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária. Os profissionais do município, que foram contratados pela FCAA para atuarem no Programa, participaram de formação continuada previsto no documento básico do Governo Federal, sendo realizada pela Fundação Darcy Ribeiro. O entrevistado relata esse fato:

Os professores participaram de dois processos seletivos: um foi análise de currículo e um participar da formação. Eles tinham que ter disponibilidade, por que foram 15 dias de formação ininterruptos. Quem ficou responsável pela formação foi a Fundação Darcy Ribeiro do Rio de Janeiro, que era inclusive uma indicação da Coordenação Nacional. (ENTREVISTADO 1),

Os profissionais envolvidos no Programa perceberam a importância da formação continuada sintonizada com a realidade local, para atender a Proposta Pedagógica Integrada do Projovem:

A formação foi importante no entendimento da concepção do programa, de como seria feita a escolarização. Também foi muito debatido sobre políticas públicas de juventude, porque as pessoas não sabiam ainda muito sobre isso, como lidar com esse jovem, que público era esse. Então, a formação foi interessante. Mas ela, em minha opinião, como todo programa, tinha um engessamento. Você não podia adaptar, por exemplo, a proposta curricular da formação com questões do município [...]. A gente queria debater questões da educação do município também na formação. A gente percebeu uma distância – até porque, a entidade não era daqui do Espírito Santo –, entre o que se trazia e a realidade dos professores que ali estavam. (ENTREVISTADO1),

Foi no Suzete Cuendet [refere-se à escola localizada em Maruípe]. Era ali que eram os nossos encontros de formação todas as noites. (ENTREVISTADA 2).

A dimensão Qualificação Profissional proposta pelo Programa tinha como concepção a organização em arcos compostos por quatro ocupações que abrangiam o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se preparava para ser empregado. A Qualificação Profissional também incluía a formação técnica geral (FTG), que abordava os aspectos teórico-práticos importantes na atuação nos cursos profissionalizantes<sup>10</sup> (BRASIL, 2008).

O município de Vitória, de acordo com o documento denominado Síntese das Deliberações do Projovem Vitória (VITÓRIA, 2006), possuía como Arcos de Qualificação Profissional:

**Tabela 11 - Qualificação Profissional**

<b>Arco</b>	<b>Profissões</b>
Hotelaria	Garçon, recepcionista, guia e agente de viagem
Administrativo	Auxiliar de escritório, arquivista, almoxarife, <i>office boy/girl</i>
Mecânica	Serralheiro, funileiro industrial, assistente de vendas e auxiliar de verbas
Arte e Cultura	DJ/MC, <i>câmera man</i> , fotógrafo social e grafiteiro

Fonte: Vitória (2005)

De acordo com o entrevistado 1, a Qualificação Profissional no município ficou a cargo da Secretaria de Trabalho e Geração de Renda (SETGER): “A SETGER foi responsável pela Qualificação Profissional. Essa secretaria ficou responsável pela contratação de tudo” (Entrevistado 1).

A concepção de qualificação profissional do Projovem indicado em seu documento básico considera a subjetividade do trabalho, remetendo ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda dos jovens participantes e levá-los à

<sup>10</sup> Cursos profissionalizantes: refere-se aos cursos ofertados pelo Programa no seu arco Qualificação profissional.

autonomia.

O documento Projeto Pedagógico Integrado (BRASIL, 2008) registra que os jovens se preocupavam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão. Acreditavam que teriam dessa forma condições básicas para a sua emancipação e de sua família.

Afirma que o jovem possuía perfeita noção e pertencimento comunitário e disponibilidade de ações coletivas e participativas. Esse fato foi relatado por um dos entrevistados: “A maioria dos jovens entraram [no Programa] pela questão do trabalho e para terminar os estudos” (ENTREVISTADO 1).

Porém, o documento também observa a difícil relação desses jovens com o mercado de trabalho, em que a própria colocação no mercado formal era, na maioria das vezes, precária e de curta duração.

Kuenser (2006) afirma que no contexto da sociedade capitalista, ou seja, num sistema que se alimenta da exploração da força de trabalho para garantir a sua riqueza, não existe a possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas, mas no mínimo contraditórias. Nesse sentido, tais práticas pedagógicas são orientadas por concepções político educacionais das que as concebem, gerenciam e as desenvolvem.

No caso de Vitória, de acordo com os objetivos do Projeto Pedagógico Integrado, o município enfrentou desafios no que se refere às práticas pedagógicas realizadas. Podemos observar esse fato em depoimento realizado por um dos entrevistados:

Nós tivemos muitas dificuldades em todos os aspectos. Em relação aos professores... Então as dificuldades foram muitas. Muitos professores... Muitos, não entenderam a proposta. Acho que a formação orienta, mas também não transforma. O sujeito não vai se transformar em 15 dias. Porque na cabeça de muitos professores era dar aula. E a proposta pedagógica era ir de encontro a esses estudantes de maneira profunda, até porque o tempo era curto. O que era ir de encontro de uma maneira profunda? Era oferecer a ele uma formação integral. Mas integral era o quê? É a ciência, é a vida, é a sociedade. Tudo junto, esse era o contexto que eu compreendo. E muitos não tinham essa condição, às vezes, nem capacidade pelo seu histórico de vida pessoal, pelo seu engajamento, por mais que no currículo tinha colocado no processo seletivo que o professor deveria que ter algum engajamento com algum movimento social ou entidade social, muitos ainda olhavam aqueles estudantes... (que é interessante que a gente conseguiu trazer a galera que precisava muitos em situação de miséria que chegaram a frequentar o Programa) E ainda se via práticas autoritárias, etc. e tal... e isso entrava em choque. (ENTREVISTADO 1)

Porém, na hora que nós fomos para prática tivemos que ajeitar muito, entendeu? Porque, quando a gente foi ver estávamos levando na prática exatamente o ensino regular e não uma atividade tão específica (ENTREVISTADA 2).

Apesar de vir com a proposta de cargas horárias que pudessem ser de forma diferenciada, envolvendo o muno do trabalho. Mesmo com a capacitação, ainda, quando a gente ia ver, era cada um no seu espaço, entendeu? Mesmo tendo tempo de planejamento, que era [realizado em] conjunto. Foi muito experimental aquele momento que a gente viveu. Nós tivemos a capacitação inicial, depois, tivemos alguns encontros aos sábados. Não sei se precisar quantos encontros nós tivemos, não sei se três ou quatro. Teve um que foi um filme que a gente assistiu, acabou não sendo muito válido. Eu acho que a troca de experiência, se tivesse acontecido como um ponto mais chave, teria sido mais interessante do que vir alguém com proposta de capacitação pronta, entendeu? (ENTREVISTADA 2).

Nós não tínhamos um espaço pra se opinar sobre as próximas formações. Também eu acho que naquele tempo não era muito essa prática, não era muito essa leitura que a gente tinha de formações. A gente tava realmente rompendo naquele momento com o tradicional Nós estávamos começando essa modelagem, esse diálogo mais horizontalizado e, naquele período, a ideia de formação era alguém que sabe um pouco mais que vai falar para os outros e não uma forma mais linear entendeu? (ENTREVISTADA 2).

Por isso, Kuenser (2006) acredita que a formação profissional qualificada pode vir a contribuir para o surgimento de novas interpretações, propostas e práticas no campo pedagógico, estimulando o desenvolvimento de uma consciência de classe.

Porém, a autora nos chama atenção para o fato de que juntamente com o aparecimento de novas práticas no campo educacional numa sociedade, também é fundamental que haja a criação de oportunidades dignas de trabalho, o que se revela muito difícil no mundo capitalista, que realiza uma inclusão consentida, buscando atender, em última instância, as suas necessidades. Para tanto, flexibiliza e precariza cada vez mais o trabalho.

O aumento da exploração sobre o trabalho busca tornar o trabalhador não um sujeito que pensa, que questiona, que se veja como parte de uma totalidade, que transforma a si mesmo e a sociedade onde vive, mas num ser obediente à sua condição de explorado, com uma visão fragmentada do mundo e cada vez mais dependente do seu explorador.

Apostando na importância da formação continuada de professores para estimular práticas pedagógicas comprometidas, assevera Nóvoa (2002, p. 39):

[...] mas não se trata de mobilizar a experiência apenas numa perspectiva pedagógica, mas também num quadro conceitual de produção de saberes. Por isso, falar de formação contínua de professores é falar de criação de redes de (auto) formação participada que permitam compreender a globalidade do sujeito,

assumindo a formação como processo interativo e dinâmico.

Dessa forma, concordamos com Freire (1996) ao afirmar que os saberes não estão dissociados da prática, tendo sentido somente quando exercitados na prática do docente. Para o autor, não faz sentido organizar uma formação para trabalhar todos os saberes e competências como se os mesmos pudessem estar desconectados da prática.

Entretanto, é de se considerar que a mudança de um profissional de caráter tradicional para um docente de característica mediadora no processo de ensino aprendizagem, como preconizava o Programa, impõem assumir por parte dos docentes novos papéis e responsabilidades. Para Santos (2008), a motivação do docente é de extrema importância no exercício de sua prática pedagógica. Argumenta que o (a) professor (a) “Requer uma gama de qualidades pessoais e interpessoais que possam contribuir para uma prática de ensino personalizada, motivadora e sucessora, que só a formação continuada pode compor e, contudo, ainda não é efetiva, em grande parte das instituições educativas” (SANTOS, 2008, p. 52).

No que se refere à implementação da proposta do currículo do Ensino Fundamental, um dos entrevistados comentou sobre a organização no município.

Em janeiro de 2006 iniciamos o trabalho. A minha escola em que trabalhei foi o Adão Benezarth no noturno. Então, a gente teve uma equipe constituída: uma de língua portuguesa, uma de matemática, de ciências humanas, que a gente tinha uma professora de história e que trabalhava tanto com geografia quanto com história. E, aí, a gente tinha uma professora de história, um assistente social, um professor que era de Qualificação Profissional. Nós funcionávamos em cinco turmas. Em cima daquela capacitação que nós fizemos, iniciamos os nossos trabalhos. O que era um grande diferencial é que cada turma tinha um professor especialista que era assim meio madrinha, padrinho e que ficava mais tempo com a turma. Dessa forma, criava-se um vínculo maior. Além das separações das áreas específicas, o jovem tinha esse atendimento nas turmas. O trabalho da Assistente Social era um diferencial que ajudava bastante. O profissional [refere-se à Qualificação Profissional] também dava uma abertura de olhar de mercado. Mas os problemas sociais [se refere aos jovens] eram dos mais diversos. (ENTREVISTADO 2)

Tinha uma proposta que era uma construção de agenda... Porque, geralmente, são alunos que não tinham uma visão para mais adiante. Aí, era uma proposta também a construção dessa agenda e desse planejamento futuro que a gente fazia com aquele professor que apadrinhava a turma. Então, a gente construía com ele [refere-se ao estudante] esse planejamento para o futuro. Nós tínhamos muita dificuldade de fazer isso, entendeu? Eles não tinham muito traçado que etapas que eles precisariam, onde eles poderiam chegar. Mesmo com 18 ou 24 anos não tinham um plano de vida, entendeu? Era deixado como tá (ENTREVISTADA 2).

O documento Acompanhamento à Formação Continuada de Educadores (MOTTA, 2006, p.

2), cita as dificuldades encontradas no que se refere à formação continuada:

Em relação à formação continuada local, é preciso retomar a construção coletiva de sua agenda e prioridades as demandas de planejamento coletivo e integrado dos núcleos e estações no sentido de garantir melhores condições para realização da interdisciplinaridade e interdimensionalidade do Programa.

Os docentes trabalhavam a proposta curricular organizado em quatro guias multidisciplinares, no intuito de traduzir situações de ensino e aprendizagem. Esses guias tinham a finalidade de nortear o percurso dos alunos, orientar trabalhos individuais ou em grupos dando apoio às atividades a distância. O entrevistado comentou o material utilizado no Programa.

Era uma apostila selecionada com uma temática central, que já vinha pronta. E depois a avaliação....Avaliação formal que eu digo já vinha pronta. A atitudinal que nós iríamos observar no decorrer de todo o processo. Então, pra aquele tempo, esse material didático, apesar de que não era perfeito, mas era já um avanço já que a gente não tinha mesmo nada muito formulado. Houve uma distribuição muito grande desses materiais. Eles recebiam o quite completo, mas, aí, depois o aluno ia embora... entendeu? Perdia-se... E, realmente, a evasão acabou continuando. (ENTREVISTADA 2).

O município de Vitória enfrentou contar com uma infraestrutura inadequada no processo de implantação do Programa, como relatado em entrevista:

E outra coisa, devido às instalações, a infraestrutura que a gente ofereceu, houve muita invasão e reclamação. Chegou ao ponto do pessoal do Sambão do Povo fazer uma manifestação, queimando pneu na rua, chamando a imprensa, dizendo que a Prefeitura e o Governo Federal ofereceram um monte de coisa e até agora não tinha nada. (ENTREVISTADO 1).

Para o Entrevistado 1 o tempo de duração do Programa foi um item questionado:

E outro questionamento que a coordenação de EJA fazia sempre e o fórum de EJA era o tempo de formação. Quer dizer, como que a gente poderia afirmar que o jovem, que o estudante em um ano sairia com o diploma de ensino fundamental? Como que era isso? Então, essas séries de questões, de certa forma, dificultaram para o programa avançar mais no município de Vitória (ENTREVISTADO 1).

No que se refere à evasão os entrevistados relataram:

[...] Nós conseguimos, nesse primeiro momento, digamos assim, a primeira experiência do Projovem Original. que começou em 2006 e terminou em 2007. Na primeira turma conseguimos formar 500 jovens a metade dos jovens.. Foi bem legal. Mesmo tendo duas, três chamadas. Porque saia aluno e, aí, o Governo Federal chamava a gente em Brasília, para discutir evasão e já se abria novas chamadas de matrículas. E Vitória sempre ficava naquela 700, 600 e terminamos com 500, em 2007. (ENTREVISTADO 1).

Eram alunos do Projovem, mas continuavam com o perfil de alunos da EJA, havia o rodízio. Às vezes, a gente tinha um grupo e, no outro, a gente tinha outro. Isso continua da mesma forma, continuou existindo as evasões. A gente não conseguiu acabar com os problemas das evasões. Mesmo que a gente ligasse, procurasse, os que a gente conseguia encontrar. Alguns, às vezes, nem o contato [endereço] era correto. Mas eram assim problemas bem difíceis às vezes de lidar. (ENTREVISTADA 2).

Algumas pessoas que acabaram ficando conosco até o final do processo [refere-se aos estudantes], a gente viu um comprometimento um pouco maior, mais nós ainda continuávamos perdendo nossos alunos... E isso não consigo deixar de me lamentar, não consigo. (ENTREVISTADO 2).

A evasão é analisada por Dayrell (2010) e Nogueira e Miranda (2011). Para os autores, é necessário perceber o espaço de escolarização nesse processo ou, em seu reverso, o não lugar desse espaço que muitas vezes contribui muito pouco por afirmar o estigma e não as possibilidades de formação desses jovens.

Em relação à ajuda de custo, o Programa oferecia aos alunos devidamente matriculados um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00. O recebimento desse auxílio condicionava-se à frequência e à entrega dos trabalhos escolares. Assim, o estudante deveria comparecer todo mês pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa, incluindo a ação comunitária programada; deveria entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês. Entretanto, houve fragilidades no acompanhamento dos que estavam sem a frequência no Programa, como foi relatado em entrevista:

E alguns que evadiram [refere-se aos estudantes] eles tinham contato... As pessoas continuavam recebendo a bolsa entendeu? Eles falavam: “Então, eu vou parar, porque eu vou continuar recebendo a bolsa sem ter que estudar aqui”. Não havia uma suspensão da bolsa pelo fato dele não estar com a frequência em dia. Houve um descontrole por quem tinha que fazer isso daí; ele continuou recebendo, mesmo não estando frequentando (ENTREVISTADO 2).

Em relação à bolsa ofertada pelo Governo Federal, houve atrasos no seu pagamento em alguns municípios, como verificado no município de Vitória. Os estudantes se organizaram e reivindicaram melhorias no Programa e recebimento de vale transporte, de acordo com entrevista:

[...] a primeira bolsa mesmo depois de três meses de aula, ainda não tinha sido paga. Olha bem, vou dar um exemplo aqui. Em março a inscrição. A matrícula aconteceu em junho, o aluno começou a estudar em agosto, a primeira bolsa veio em outubro. E ele estudando no calor, nessas condições e professores ainda com características de escola comum. Então, quer dizer, esse início foi altamente complexo. (ENTREVISTADO 1)

[...] de certa forma, tentamos também inserir esses jovens em vários momentos da vida política do município, que foi iniciativa nossa da coordenação geral do Programa. Na minha visão, foi interessante para eles tomarem consciência mesmo das coisas, lutarem por um Programa mais eficaz lá na frente....Tanto que, por exemplo, eles conseguiram a maior bandeira de luta pra eles que era a questão do vale transporte. O município de Serra, ao implantar o programa, concedeu o vale transporte. Que dizer, na época, a gente nem atentou pra isso. Na nossa cabeça, só a bolsa.... E o jovem não queria bolsa pra pagar passagem, queria bolsa pra curtir, comprar bicicleta, comprar comida, comprar roupa, comprar tênis de marca, comprar maquiagem, comprar aquilo que ele quisesse comprar. A bolsa era dele. Era livre na cabeça dele. E era mesmo, afinal, o próprio *slogan* do Governo Federal foi: *a bolsa é um incentivo para jovem voltar estudar*. Mas não diz que incentivo era esse. Incentivo você lê de várias formas. (ENTREVISTADO 1).

Nesse contexto, pode-se perceber a importância da participação dos jovens, que se posiciona criticamente frente às suas demandas não atendidas. Para Novaes (2011), os espaços de mobilização juvenil no Brasil atualizam as demandas por direitos: direito à educação de qualidade e direito ao trabalho decente.

No término do curso, realizava-se o exame nacional externo para fins de certificação no ensino fundamental (BRASIL, 2008), como foi relatado em entrevista:

A prova tinha numeração para aquela quantidade de acertos, era gabaritada. Eram questões com alternativas diferentes. Então, tinha prova do tipo A, do tipo C, mas as provas eram diferentes para que eles fizessem. A gente trabalhava bem dentro da ideia de manual, o manual já vinha pronto. Então, a gente preparava o aluno pra fazer aquela prova. Existiam possibilidades de questionamentos a partir daquilo dali. Esse é o problema do manual que você quase adentra uma pessoa e não sabe efetivamente qual é o nível de dificuldade dela. Ainda sendo uma prova de múltipla escolha, quer dizer, o aluno poderia acertar, porque simplesmente marcou A gente sempre tinha uma prática depois de discutir aquelas questões, entendeu? De uma forma mais subjetiva, que tipo de pensamento que o aluno tinha tido além do que foi pretendido como questão. (ENTREVISTADA 2).

De acordo com Connel (2010), quando os Programas são acompanhados por um programa ativo de testes, estabelece-se uma pressão já conhecida para se ensinar objetivando a aprovação nos testes, estreitando assim o currículo. Aulas destinadas a esse tipo de treinamento tende a romper a dinâmica de apoio afetivo que professores tentam estabelecer na sala. O modelo de intervenção baseado no conhecimento de especialistas externos tende a retirar o poder do professor.

O Programa possuía um sistema de avaliação denominado Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem (SMA), coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e executado mediante convênio realizado da Secretaria Geral da Presidência da República com sete Universidades Federais que atuavam de forma regionalizada, nas capitais e cidades de

suas regiões metropolitanas, da seguinte forma:

Foram convidadas sete universidades federais para poder fazer esse monitoramento em todas capitais brasileiras. Então, por exemplo, a UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] ficou responsável por Minas e Espírito Santo, por exemplo, e a UFES, ela ficou como apoio a UFMG. Neste caso, as duas trabalharam juntas, mas a entidade que era responsável por avaliar o Programa no estado do Espírito Santo era a UFMG, mas aí a UFMG tinha uma parceria com a UFES e a UFES indicava as pessoas, os técnicos que iriam fazer esse monitoramento. (ENTREVISTADO 1)

A experiência do Projovem Original no município de Vitória foi avaliada pelos seus profissionais em entrevista.

Quem permaneceu no programa quanto estudante quanto professor não esquece... não esquece... não esquece Porquê? Porque acaba entendendo como sendo uma vitória. e nós também decidimos fazer uma formatura... um evento. Com cerimonial, com banda.... Foi realmente, assim, digno. E muitos sendo aprovados no IFES, naquele programa do PROEJA. (ENTREVISTADO 1)

Nesse contexto, de acordo com o documento ofício N° 002/9 SEME//Projovem (2009), disponibilizado na SEME, o Programa em sua versão original foi submetido ao longo dos 30 meses de funcionamento ao Sistema de Avaliação e Monitoramento (SAM), desenvolvido pelas Universidades credenciadas.

De acordo com o documento, as conclusões do trabalho se uniram às discussões do Conselho Nacional de Juventude, que apontaram a necessidade de alterações no formato do Projovem e da ampliação de Políticas Públicas de Juventude. Dessa forma, o Congresso Nacional revogou a legislação anterior e instituiu a Lei N° 11.692 de 10 de junho de 2008, dando origem a um novo formato para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

#### 4.1 O PROJOVEM URBANO: A FASE INTERMEDIÁRIA DO PROGRAMA

Surge, então, em 2008, o Projovem Integrado, resultado da união de outros seis programas de juventude (Agente jovem, o Projovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica).

No novo formato, segundo o documento básico do PPI (BRASIL, 2008), o Projovem continuava sendo executado pela Secretaria Nacional de Juventude, mantendo as parcerias estabelecidas desde o seu formato original. Esse fato foi relatado em entrevista:

Nós participamos do lançamento! O presidente Lula esteve presente, foi uma grade festa. Por quê? Porque era festa do Projovem, quer dizer, o Projovem que começou lá em 2005 só com escolarização, de repente se tornou um grande Programa, abarcando todos os outros programas. O Projovem Urbano continuou praticamente com as mesmas características do Projovem Original, porém, ele perdeu um pouco a característica intersetorial, a educação acabou assumindo tudo. Tanto que o FNDE passou a intervir muito mais, todos os recursos eram do FNDE O repasse era direto do recurso. Embora tenha tido a ampliação do tempo de estudo para um ano e meio, não era mais exigida a 5ª série para a realização da inscrição. Era exigido apenas que o estudante soubesse ler e escrever. (ENTREVISTADO 1).

Com a integração, algumas mudanças ocorreram demonstradas na tabela abaixo.

**Tabela 12 - Mudanças que ocorreram no Projovem Integrado**

<b>Forma Original</b>	<b>Modalidade Projovem Integrado</b>	<b>Ministério Responsável</b>	<b>Tempo de Duração</b>	<b>Ação</b>	<b>Idade</b>
Agente Jovem	Projovem Adolescente	Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS)	24 meses	Proteção Social Básica, visando elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, gravidez precoce.	15 a 17
Projovem Original	Projovem Urbano	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e Secretaria Geral da Presidência da República (SNPR)	18 meses	Elevar a escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e ações de cidadania.	18 a 29
Saberes da Terra	Projovem Campo	Ministério da educação	24 meses	Elevação da escolaridade com conclusão do ensino fundamental e capacitação profissional para jovens que atuam na agricultura familiar	18 a 29
Escola de fábrica	Projovem Trabalhador	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	6 meses	Preparação dos jovens desempregados para o mercado de trabalho	18 a 29 anos

Fonte: Brasil (2008)

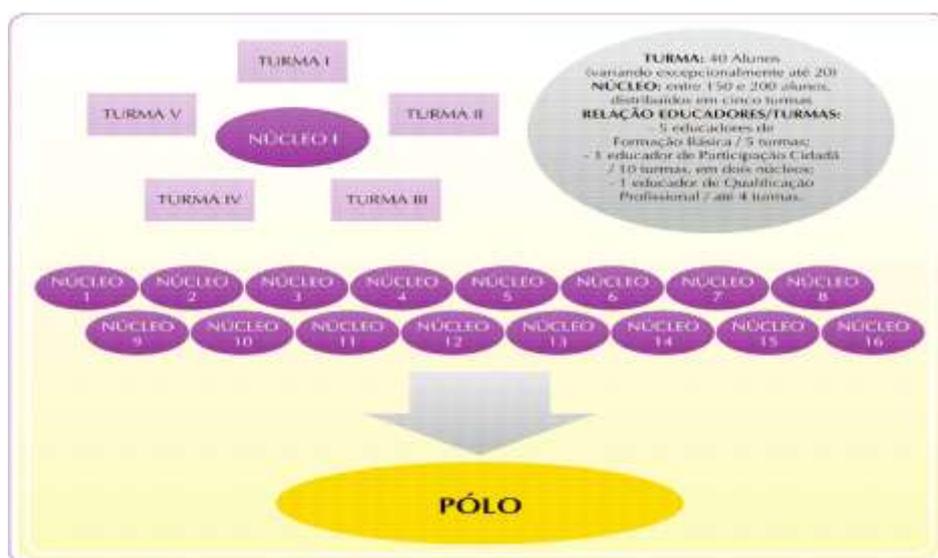
Nesse contexto, o município de Vitória assumiu as modalidades Projovem Urbano e Projovem Adolescente. O documento ofício N° 002/9 SEME//Projovem (2009) indica que o termo de adesão ao Projovem Urbano foi assinado no dia 05 de junho de 2008, de acordo com o estabelecido na Resolução CD/FNDE N° 22, de 26 de maio de 2008, para atender a meta estabelecida pela Coordenação Nacional do Projovem era de assistir 800 jovens na faixa etária de 18 a 29 anos. Um dos profissionais que trabalhavam no Programa relatou:

Possuía meta de 800 jovens, mas novamente não conseguimos. Como o Município teve uma experiência de Projovem um pouco complexa. Acho que isso também ajudou. Alguns erros do Projovem Original foram repetidos na implantação do Projovem Urbano nos dois níveis: nacional e municipal. Em nível nacional, eles não

conseguiram, por exemplo, se livrar da separação inscrição e matrícula. Ficou na Secretaria Geral até final de 2012. A partir de 2013 é que o programa passou a ser de responsabilidade do MEC, na verdade, isso era uma tendência: o Projovem Urbano como o Ministério de Educação. O FNDE começou a ficar mais à frente desse Programa, por isso, era questão de tempo que esse programa fosse pro MEC. (ENTREVISTADO 2).

O governo Federal realizou algumas mudanças para atender a sua proposta de ampliação no formato do Projovem Urbano. Em sua versão original, a meta era atender 200.000 jovens (2005 a 2008). Com a reorganização do programa, esta passa para 4 milhões de jovens para os o período de 2008 e 2010. As matrículas, referenciadas anteriormente por Call Center, passam a ser realizadas, pela internet, no local de origem do jovem. No lugar das Estações de Juventude foram implantados pólos com a capacidade de atender até 2.400 jovens.

**FIGURA 5 - Organização dos espaços do Projovem Urbano**



Fonte: Brasil (2008, p. 51).

Dessa forma, os núcleos passam a ficar vinculados aos pólos ou diretamente às coordenações locais, como optou o município de Vitória. As atividades de ensino e aprendizagem eram realizadas no núcleo, constituindo-se, dessa forma, a unidade pedagógica no curso. Portanto, o pólo possuía a função de coordenar as ações de diferentes núcleos. Nele, também se realizavam reuniões de planejamento e algumas atividades de formação continuada. Porém, as reuniões e atividades não se restringiam ao espaço físico do pólo, podendo ser realizadas em outros locais definidos pela coordenação local.

Dessa forma, de acordo com o documento ofício 09/2009 Projovem Urbano, o município de Vitória iniciou a abertura de matrículas em 30 de julho de 2009. Foram formados quatro núcleos distribuídos em três escolas da Rede Municipal de Vitória que estavam equipadas com laboratórios de informática. Os núcleos estavam vinculados à coordenação local. O documento citado relata esse fato:

Estamos com matrículas abertas no Projovem Urbano. Contamos com uma equipe de agentes de matrículas que estão indo ao encontro dos jovens para efetivá-los no Programa. Sabemos também que vários jovens procuram por matrícula diretamente nos núcleos. Nesses casos, solicitamos que eles sejam encaminhados para a Coordenação do Projovem Urbano no Prédio da Fox, na Vila Rubim, Av. Duarte Lemos, 476 (ao lado do Cartório Zilma Figueira). (VITÓRIA, 2009, p. 1).

A Tabela abaixo registra o quantitativo de alunos matriculados entre 2009 e 2010 no Projovem Urbano, no município de Vitória.

**Tabela 13 - Estudantes matriculados no Projovem Urbano de 2009 a 2010 em Vitória, ES**

PERÍODO	*AA	*MJ	*OLM	*OLN
01/07/2009 a 15/07/2009	212	198	231	245
16/07/2009 a 15 /08/2009	235	232	231	245
16/08/2009 a 15/10/2009	213	194	211	222
16/09/2009 a 15/10/2009	195	182	197	197
16/10/2009 a 15/11/2009	195	192	199	198
16/11/2009 a 15/12/2009	197	190	199	196
16/12/2009 a 15/01/2010	187	Junção AA	196	191
16/01/2010 a 15/02/2010	171	-	196	191
16/02/2010 a 15/03/2010	115	-	62	74
16/04/2010 a 15/05/2010	97	-	-	114
16/05/2010 a 15/06/2010	83	-	-	96
16/06/2010 a 15/07/2010	75	junção	-	95
16/07/2010 a 15/08/2010	77	-	-	95
16/08/2010 a 15/07/2010	78	-	-	93
16/09//2010 a 15/10/2010	77	-	-	92
16/10/2010 a 15/11/2010	-	junção	-	146
16/11/2010 a 15/12/2010	-	-	-	146
16/11/2010 a 15/01/2010	-	-	-	146

Fonte: Vitória (2011, p. 1).

\*AA – EMEF Alberto de Almeida

\*MJ – EMEF José Costa Moraes

\*OLM - EMEF Octacílio Lomba (Matutino)

\*OLMN- EMEF Octacílio Lomba (Noturno)

Efetivada a matrícula, o jovem permaneceria por 20 meses, sendo 18 meses voltados para as atividades de formação e dois meses distribuídos em períodos locais de recesso escolar. Outra diferença marcante apresentada foi a obrigatoriedade instituída pelo Ofício 99/2011 - Projovem Urbano, de 24 de maio de 2011, de realização das atividades em escolas públicas. O município de Vitória definiu as escolas onde o Programa funcionaria:

**Tabela 14 -Escola onde funcionou o Projovem Urbano em Vitória/ES**

Núcleo/Escolas	Endereço	Nº de turmas	Turno
1 e 2 – EMEF Octacílio Lomba	Av. Adolpho Cassoli, 196. Maruípe, Vitória/ ES	5 5	Matutino Noturno
3 – EMEF Alberto de Almeida	Rod. Serafim Derenzi, 60, Santo Antônio= Vitória-Es	5	Noturno
4- EMEF Maria José Costa Moraes	Rod. Serafim Derenzi, 4449, São Pedro III, - Vitória/ES	5	Noturno
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental (FOX)	Av. Duarte Lemos 476, Vila Rubim, Vitória/ ES	Sede da Coordenação	

Fonte: Vitória (2009)

A sua execução financeira também sofreu mudança, deixando de ter o repasse de recursos através de convênio entre as partes, para adotar o modelo de transferência de recursos *Per Capita*. Houve uma ampliação de 07 para 10 Universidades Federais que, juntamente com a Universidade de Juiz de Fora, através do CAED (Centro de Avaliação da Educação), realizam o Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA). Ocorreu também uma ampliação na matriz curricular a partir dos Eixos estruturantes: Juventude e Cultura e Juventude e Tecnologia. (BRASIL, 2008).

Sobre a Qualificação profissional, o documento Ofício 09/2009 Projovem Urbano, menciona como o município de Vitória organizou as atividades práticas da Qualificação Profissional:

O recurso previsto não foi utilizado no início do Programa. Houve atraso nas ações referentes à qualificação. Foram excluídos dois arcos, Serviços Pessoais e Reparos, por falta de demanda e pela dificuldade de gestão para implementação dos mesmos. Dessa forma, os arcos oferecidos foram: Administração e Telemática. As oficinas se deram nas próprias escolas em razão de ter na qualificação profissional quatro aulas semanais: três teóricas e uma prática, favorecendo a frequência dos alunos. Com o decorrer do Programa, foram montados dois escritórios em dois espaços: Octacílio Lomba e Fox destinados aos alunos da Escola Alberto de Almeida e da Escola Maria José Costa Moraes. Um micro ônibus era fornecido pela PMV para o transporte dos alunos. (VITÓRIA, 2009).

A faixa etária atendida estendeu-se para os 29 anos (18 a 29 anos). O jovem poderia também estar inserido no mercado formal de trabalho. Como já foi abordado anteriormente, não era mais necessário o jovem ter concluído a 4ª série do ensino fundamental, podendo ter tido acesso apenas à alfabetização ou séries iniciais. A Qualificação Profissional inicia-se junto com a Formação Técnica Geral (FTG) desde a primeira Unidade Formativa (UF). A Qualificação Profissional possuía quatro eixos estruturantes (Tabela 9):

**QUADRO 5 - Matriz curricular do Projovem Urbano**

<b>Conteúdos→ Eixos Estruturantes ↓</b>	<b>Ciências Humanas</b>	<b>Língua Portuguesa</b>	<b>Inglês</b>	<b>Matemática</b>	<b>Ciências da Natureza</b>	<b>Qualificação Profissional</b>	<b>Participação Cidadã</b>
I. Juventude e Cultura	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
II Juventude e Cidade	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
III Juventude e Trabalho	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
IV. Juventude e Comunicação	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
V. Juventude e Tecnologia	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
VI Juventude e Cidadania	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos

Fonte: Brasil (2008, p. 36)

Dessa forma, a carga horária no Projovem Urbano passou a ser de 2.000 horas, sendo 1560 presenciais e 440 não presenciais. Nessa versão, o jovem também recebia um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) pago durante 20 meses.

Para a viabilização do Programa, o município apresentou a seguinte equipe técnica:

**Tabela 15 - Equipe técnica Projovem Urbano município de Vitória**

<b>Qtde</b>	<b>Função</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Período</b>
1	Coordenador executivo	40 horas semanais	24 meses
1	Coordenador pedagógico	40 horas semanais	24 meses
2	Apoio Técnico- Adm. Nível Superior	40 horas semanais	24 meses
2	Apoio Técnico Adm. Nível Médio	40 horas semanais	24 meses
20	Educador de Formação Básica	30 horas semanais	20 meses

2	Educador de Participação Cidadã	30 horas semanais	20 meses
5	Educador de Qualificação Profissional	30 horas semanais	20 meses
20	Agente de Matrícula	20 horas semanais	01 mês
<b>53</b>	<b>Total de profissionais</b>	-	-

Fonte: Fundação Ceciliano Abel de Almeida (2008)

Para efetivação do Projeto Pedagógico Integrado houve novamente a contratação da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), sendo ela responsável pela formação continuada dos gestores escolares. O município teve sua Formação Inicial de acordo com o Ofício N° 19/20011, de 24 de maio de 2011, no período de 12 a 27/06/2009. Enquanto a Formação Continuada aconteceria ao longo dos dezoito meses do Programa, perfazendo um total de 216 horas.

O documento ofício N° 002/09 SEME / Projovem de 17 de fevereiro de 2009 registra que:

Para qualificar o desenvolvimento do Programa, o Governo Federal vai realizar a formação para Gestores e Educadores, dividida em dois momentos: a inicial, que vai acontecer antes do início das aulas, prevista para o dia 06 de abril de 2009, e a continuada no decorrer do atendimento aos jovens que se matricularem. A execução da formação inicial e continuada para os gestores será de responsabilidade da Coordenação Nacional e a dos gestores, será de responsabilidade da Coordenação Nacional, a dos educadores será assumida pelo Município parceiro que utilizará recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para custear as seguintes despesas: aquisição de material de consumo específico, impressão de material didático, custos referentes a alimentação transporte e hospedagem do formador, e o auxílio financeiro para os participantes. A formação inicial servirá como pré-requisito no processo seletivo dos educadores e tem como objetivo aprofundar os princípios, fundamentos, conceitos, metodologia e os componentes curriculares do Programa (VITÓRIA, 2009, p. 1).

De acordo com o documento citado, o Programa no município se organizou com uma carga horária de 1600 horas, sendo 96 horas presenciais e 64 horas a distância com a participação de 31 educadores. Destes, participavam 20 de Educação Básica, 06 de Qualificação Profissional, incluindo a reserva técnica de 10%, com 03 profissionais a mais. De acordo com o documento, os educadores participantes teriam direito a uma complementação salarial:

Todos terão direito a um auxílio financeiro no valor de 80% do Piso Salarial aprovado no Plano de Implementação do Projovem Urbano. Ainda de acordo com o referido plano, o pagamento do benefício será proporcional ao número de horas efetivamente cursadas pelos participantes. As tarifas bancárias serão custeadas pelo Município. (VITÓRIA, 2009, p. 1).

Em relação à Formação Continuada no município de Vitória, o documento citado ainda considerou:

Já a formação continuada dá a sustentabilidade a esse processo, com 216 horas desenvolvidas em 18 meses de curso, com o objetivo de permitir que o educador se aproprie dos conhecimentos gerados por ele mesmo através da sua prática e seus conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua história profissional. (VITÓRIA, 2009, p. 2).

O Relatório da Coordenação do Projovem Urbano, elaborado em resposta aos relatórios emitidos pela Fundar referentes ao período compreendido entre novembro de 2009 a maio de 2010, relata a proposta de formação continuada no município:

A proposta inicial da Fundar era de trabalhar a formação com os professores da seguinte forma: nas sextas-feiras durante 4 horas e aos sábados por 8 horas. A coordenação local do Projovem considerou ser prejudicial aos alunos a perda das aulas destas sextas-feiras, mesmo sendo uma por mês. Assim sendo, até janeiro de 2010 foram ministradas apenas 8 horas de Formação Continuada. A partir de então, considerando o Contrato firmado com o Município de Vitória, a Fundar propôs como alternativa que as 4 horas fossem computadas com visitas aos núcleos. Visitas essas que seriam denominadas como assessoramento aos professores nos núcleos, para que não se configurasse como apoio pedagógico, pois não era a intenção da Fundar. (VITÓRIA, 2009, p. 2).

De acordo com o documento citado, os professores não entenderam a proposta feita pela Fundar. Nesse documento, a Coordenação local expressa seu descontentamento:

No entanto, o que observamos pelas descrições apresentadas e por conversas com os formadores, é que são realizadas, em verdade, fiscalizações dos trabalhos dos professores, pois apenas descrevem o que não está sendo feito e/ou o que está sendo praticado de forma equivocada. Se houvesse clareza do objetivo de tais visitas por parte dos formadores, entendemos que, ao detectar o problema nos trabalhos desenvolvidos e por ser a Fundar a responsável pela formação dos docentes concernentes aos assuntos específicos do Programa, esta deveria auxiliá-los na busca de soluções, já que a proposta foi de assessoramento. (VITÓRIA, 2009, p. 2).

No entanto, não percebemos esse auxílio nem mesmo durante a formação continuada, pois essas já vêm numa espécie de “pacote fechado”. Lamentamos esse engessamento porque imaginamos o quão enriquecidas poderiam ser as formações se o formadores compartilhassem as experiências vivenciadas pelos outros municípios/Estados das quais tem acesso. Os territórios são vários, mas os problemas enfrentados pelas equipes do Projovem são essencialmente os mesmos, ou muitos próximos. A nosso ver, falta essa sensibilidade da Fundar em se trabalhar para além dos conteúdos pré-fixados. Aplacar as angústias com notícias de bons resultados adquiridos por outras equipes, fazer *links*, ser promotora da Rede, visto trabalharem a formação em quase todo o país. (VITÓRIA, 2009, p. 2).

O documento citado também relata a baixa frequência dos docentes nas Formações Continuidas indicada pela Fundar. Nesse documento, a Coordenação do Programa fez a seguinte ponderação:

Quanto à diminuição de frequência dos docentes às formações, a Coordenação local a considera como efeito causado pelas metodologias (por vezes, maçantes) adotadas

nas formações. Com base nos depoimentos dos professores sobre as formações, a Coordenação local enviou sugestões (dos próprios docentes) para os próximos encontros. Qual não foi nossa surpresa ao perceber que nada mudou. Se o equipamento é apropriado, se os formadores trazem textos, vídeos e etc. que julgam necessários e, mesmo assim, há uma diminuição e desinteresse do professor nas formações, reforçamos que há de se rever a metodologia adotada (VITÓRIA, 2009, p. 2).

O documento Relatório da Coordenação do Projovem Urbano em resposta aos relatórios emitidos pela Fundar referentes ao período compreendido entre novembro de 2009 a maio de 2010 confirma o relato do entrevistado, que menciona uma preocupação na desistência por parte dos jovens, mantendo todos os núcleos funcionando com apenas uma turma. A EMEF Octacílio Lomba ficou oficializada como núcleo de encerramento.

O documento também dá um panorama do quantitativo de permanência e evasão de estudantes matriculados no Projovem Urbano de 2009 a 2011, como demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 16 - Quantitativo de estudantes certificados /evadidos**

Alunos Matriculados	800
<b>Alunos Evadidos</b>	<b>654</b>
<b>Percentual de Evasão</b>	<b>81.75%</b>
Estudantes Concluintes	146
Estudantes Certificados	104

Fonte: Vitória (2011, p. 1)

A tabela acima revela um quantitativo de 146 jovens que concluíram o Projovem Urbano no município de Vitória, dos quais 104 obtiveram a certificação. A evasão leva ao fechamento de algumas turmas:

Foram três só... A gente resolveu reduzir tive que ter o pé no chão. A formação, contratação continuou do mesmo formato terceirizado. O diurno a gente só abriu uma turma, no Original tínhamos aberto duas turmas e no Urbano só abrimos uma turma porque teve evasão também no diurno e muita dificuldade de implementar. Não tinha espaço. (ENTREVISTADO 1).

Percebe-se também que houve o fechamento de alguns núcleos ou junção devido à redução do número de estudantes no núcleo. Em decorrência desse fato, também foram realizadas demissões de profissionais. O documento ofício Nº 19 /2011, de 24 de maio de 2011,

confirma esse fato. De acordo com esse documento:

Durante o período de 18 meses houve desistência por parte dos alunos sendo necessário reduzirem o quadro de profissionais.  
Desligamento de cinco profissionais no mês de 07/12/2009  
Desligamento de oito profissionais no mês 01/07/2010  
Desligamento de oito profissionais no dia 29/10/2010 e contratação de três profissionais.

A dificuldade apresentada na efetivação da Formação Continuada pode nos dar pistas referentes à evasão dos estudantes, considerando que as práticas pedagógicas não estão desvinculadas do contexto político educacional. De acordo com Alves (2001), é necessário compreender os saberes fazeres dos docentes, seus conhecimentos, valores, poderes e afetos em uma verdadeira rede de saberes. Nesse raciocínio, Linhares (1999) nos chama atenção para o fato de que essas redes são interdependentes que vai ligando tudo e a todos e a cada um “Entrelaçando diversos interesses, expectativas, desejos e necessidades nos complexos enfrentamentos do cotidiano”. (FERRAÇO, 2006, p. 1). O autor considera que:

Queiramos ou não, as redes cotidianas estão atravessadas por diferentes contextos de vida e valores, o que, a nosso ver, proporciona a dimensão de complexidade para a educação que defendemos, ou seja, complexo por ser tecido junto no cotidiano vivido. (FERRAÇO, 2005, p. 31).

O autor considera em suas análises que a formação continuada é construída na produção do conhecimento com envolvimento de outras dimensões como da gestão, avaliação e o da didática.

Como resultado de todo esse processo, ocorreu o término de execução do Programa no município de Vitória, conforme registro no documento ofício N° 19 Projovem Urbano, de fevereiro de 2011. De acordo com o documento: “Foram encaminhados todos os alunos para o ensino médio. Com um número representativo dando continuidades aos estudos”.

Uns dos profissionais avaliou o período de execução do Programa no Município de Vitória:

Eu acho que no Urbano teve outra questão que foi a mudança de gestão. O governo assumiu outro mandato, a Secretaria de Educação teve mudança de cargo e também mudança de concepção, no meu entendimento. Essa mudança de concepção também foi fundamental para que o Programa não fosse à frente como não foi. O Programa acabou. Vitória e, depois, a gestão que estava na época disse que não ia implantar, porque achava que era muito recurso para poucos jovens sendo atendidos. Diferente da gestão anterior que tinha o discurso de que todo o recurso é bem vindo para atender quem está precisando. Se foram 10, 100, 1000, ou se são 500, não importa. São pessoas que estão ali querendo alguma coisa querendo seu objetivo. Então, esta

concepção acabou pesando. E pesa mesmo, na hora que se tem um administrador que pensa economicamente e tecnicamente não pensa socialmente. Você vai concluir o quê? Que é melhor fechar turma, que tá gastando energia à toa, que tá gastando energia com 10 alunos como se tivesse gastando dinheiro com 30. Então, para que isso, né? Nós tivemos que demitir professor. A própria qualificação profissional nós tivemos dificuldade de implementar porque a secretaria de trabalho pulou fora. Como não iam implementar o Projovem trabalhador, não quiseram saber, não quiseram ajudar. Assim, a dificuldade do Urbano foram maiores no que diz respeito à gestão. O original todo mundo tava a fim, mas no Urbano não, já teve resistência devido à experiência do original. (ENTREVISTADO 1)

O entrevistado1 enfatizou a mudança da concepção na forma de gestão por parte da secretaria de educação de Vitória como fator determinante para que o Projovem Urbano não tivesse continuidade no município de Vitória.

O entrevistado avaliou a proposta intersetorial e o tempo de escolarização do Projovem Urbano:

Em minha opinião, o aumento de tempo de 12 meses para 18 meses não teve mudança nenhuma. A bolsa que receberam foi legal para eles. Receberam 20 bolsas era como se fosse uma poupança de 2 anos. (ENTREVISTADO 1).

A Assistência Social acabou focando no Projovem Adolescente cada um no seu quadrado. E a Secretaria de Trabalho ignorou o Projovem Trabalhador e não implementou em Vitória que, para nós, foi uma tristeza muito grande. Porque se a Secretaria de Trabalho tivesse implantado o Projovem Trabalhador... Eu participava do Conselho Municipal de Trabalho e da Câmara Técnica de Juventude. Então seria mais uma secretaria que trabalharia com o Projovem Urbano, ganharia mais força o Programa. Ganhava força para você cobrar uma da outra. Na hora que a Assistência assumiu o Projovem Adolescente e a Educação assumiu o Projovem Urbano, cada um foi para o seu lado cuidar da sua vida e trabalhar. (ENTREVISTADO 1).

Dessa forma, com o término do Projovem Urbano, o Município de Vitória continua com o Programa Projovem Adolescente agora vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Dessa forma, o Projovem Adolescente/Serviço Sócio Educativo integra a Política Nacional de Assistência Social. É considerada uma política pública de proteção social de caráter universalizante que se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), composto por uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Para sua efetividade, articula-se com um conjunto de ações dos dois âmbitos da proteção social: a proteção básica e proteção especial. Dessa forma, “Procura desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário”. (BRASIL, 2009, p. 1).

## 4.2 O PROJovem ADOLESCENTE: A FASE ATUAL DO PROGRAMA

De acordo com o documento Caderno do Orientador Social (VITÓRIA, 2009, p. 6), o Projovem Adolescente, por ser um serviço socioeducativo, apoia-se em dois importantes pilares do SUAS:

- 1) **Matricialidade sociofamiliar:** que considera a capacidade protetiva e socializadora da família (seja ela biológica ou construída) em relação aos jovens em seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado, bem como assegurem o seu papel de responsável pelo desenvolvimento dos jovens e garantam o exercício pleno de suas funções sociais;
- 2) **Territorialização:** o serviço deve ser ofertado próximo à moradia dos jovens e suas famílias no território de abrangência do CRAS. Define-se aí um universo cultural e histórico e um conjunto de relações e interrelações a serem considerados, bem como situações a serem objeto da ação articulada das diversas políticas públicas.

As categorias alvo do Projovem são estabelecidas pelo Art. 2º da Lei 11.692/2008, que dispõe sobre objetivos gerais que são complementares à proteção social básica da família, estimulando a criação de mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e as condições necessárias para a inserção e a permanência do jovem no sistema educacional.

Dessa forma, o Projovem é constituído de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos de famílias em condições de extrema pobreza, marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais, tais como: retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus-tratos, em situação de conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto ou egresso de medida de internação.<sup>11</sup>

Os municípios selecionados pelo Governo Federal tiveram que atender a alguns critérios, como possuir pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e reunir no mínimo 40 adolescentes cujas famílias estivessem inseridas no Programa Bolsa Família ou participassem de outros programas sociais. Para o processo de admissão dos jovens, seus responsáveis legais deveriam solicitar autorização por escrito e realizar cadastramento do jovem no Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente (SISJOVEM).

---

<sup>11</sup> Tanto a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECEAD) garantem o direito do jovem em situação vulnerável a programas que visam estimular o fortalecimento de vínculos sócio-familiares.

(BRASIL, 2009). Dessa forma, o município de Vitória realizou a adesão ao Programa no ano de 2009, como relatado por uns dos profissionais do Projovem:

Eu fui estagiária, quando universitária, do antigo Agente Jovem, que era também um programa do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal. Eu fiquei dois anos como estagiária, como educadora social. O Agente jovem começou em 2005. Eu vim para o programa em 2007 e, aí, eu fiquei até 2009, quando eu estava encerrando uma pós-graduação. Eu concluí o meu estágio aqui. O Agente Jovem oficialmente terminou em 2008, no final de 2008. Eles me convidaram para ser a pedagoga, para vir atuar no Projovem Adolescente, que estava iniciando ainda. Eu peguei o iníciozinho, a contratação dos novos educadores sociais, aquele campo que eu estava deixando. Tinha jovens chegando, jovens educadores. Então, foi a partir oficialmente do final de 2009, que eu vim para Gerência de Convivência, atuar no Projovem Adolescente com convênio na Fundação Monte Belo. (ENTREVISTADO3).

Desde então, como afirma a entrevistada, o Projovem Adolescente realiza suas atividades nos doze Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Vitória, localizados em áreas consideradas de maior vulnerabilidade social.

O Projovem Adolescente faz parte da Gerência de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Assistência Social (SEMAS), que realiza o serviço para jovens com a coordenação do Projovem Adolescente e o núcleo Afro ODUMODE - Atividades Culturais para jovens afrodescendentes) e Centro de Referência para Juventude (CRJ), Serviço para Criança e Adolescente (Caminhando Junto - CAJUM), Serviço para Idosos e o Centro de Referência para Pessoas com Deficiência.

Para se formar novos coletivos do Projovem Adolescente nos CRAS, estes deverão obedecer alguns critérios estabelecidos na Resolução CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 4, de 10 de junho de 2009, tais como: o CRAS deverá funcionar pelo menos cinco dias por semana, deverá executar o PAIF (Programa de Atendimento Intensivo a Família) ou realizar, simultaneamente, atividades de acompanhamento domiciliar de famílias e possuir pelo menos um profissional de nível superior excluindo-se o coordenador do CRAS (BRASIL, 2009). Dessa forma, o município de Vitória, atendendo aos critérios acima, apresenta doze CRAS, localizados em áreas consideradas de maior vulnerabilidade social, como demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 17 - Localização dos CRAS no Município de Vitória**

<b>Nome da unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Bairro</b>
Centro de Referência de Assistência Social - Santa Martha	Avenida Leitão Da Silva, 3375	Andorinhas
Centro de Referência de Assistência Social - Região Continental	Rua Bertino Borges, 104	Antônio Honório
Centro de Referência de Assistência Social - Região Praia Do Canto	Rua Francisco Rubim, 269	Bento Ferreira
Centro de Referência de Assistência Social - Região Consolação	Rua Pedro Lima Do Rosário, 186	Gurigica
Centro de Referência de Assistência Social - Região Inhanguetá	Rua Bela Vista, 51	Inhanguetá
Centro de Referência de Assistência Social - Região Itararé	Rua Das Palmeiras, 305	Itararé
Centro de Referência de Assistência Social - Região Jucutuquara	Avenida Paulino Muller, 888	Jucutuquara
Centro de Referência de Assistência Social - Região Maruípe	Rua Dom Pedro I, 72	Maruípe
Centro de Referência de Assistência Social - Região Centro	Rua Loren Reno, 115	Parque Moscoso
<b>Centro de Referência de Assistência Social - Região São Pedro Território I I</b>	<b>Rua Tancredo Neves, 79</b>	<b>Resistência</b>
<b>Centro de Referência de Assistência Social - Região São Pedro Território I</b>	<b>Rua José Francisco De Oliveira, 170</b>	<b>Santo André</b>
Centro de Referência de Assistência Social - Região Santo Antônio	Rua Albuquerque Tovar, 215	Santo Antônio

Fonte: Vitória (2011, grifo nosso).

A tabela acima, demonstra que o Bairro Andorinhas, Itararé, Maruípe integram a Grande Região IV (Maruípe); Parque Moscoso compõe a Região I do Centro de Vitória; Santo Antônio e Inhanguetá fazem parte da Região II; Jucutuquara, Bento Ferreira e Gurigica, compõem a região III; Antônio Honório compõem a região VI; e São Pedro e Santo André, a Região VII

A Entrevistada 4 identifica os desafios iniciais do processo de adoção do Projovem Adolescente pelos CRAS, em especial no que se referem as suas condições físicas de funcionamento:

A gente venceu um desafio esse ano. Um avanço que a gente teve é o trabalho em parceria com o CRAS. Hoje em dia, o CRAS abraça o Projovem e o CRAS diz que o Projovem é do CRAS, um serviço do CRAS. Então, nós conseguimos agregar mais técnicos para nos ajudar. Hoje, o jovem, quando chega no CRAS, é acolhido pelo CRAS, porque o CRAS sabe que a gente tá lá e o jovem é nosso. Porque, até pouco tempo atrás, a gente ficava dentro do CRAS, mas não era do CRAS. Era um espaço cedido. Os meninos tão ali, [antes] ficavam lá no fundo, lá no sótão, lá no subsolo e hoje em dia, não. A gente tem uma sala, a gente tem uma sala com ar condicionado, a gente tem uma estrutura. Nós temos todo apoio do CRAS. Esse é um grande avanço. Porque, até então, era uma dificuldade: espaço físico inadequado. Então, nós conseguimos avançar bastante. (ENTREVISTADO 4).

Observa-se que, por durante algum tempo, o funcionamento do Projovem em espaços inadequados constituiu um adversário ao seu desenvolvimento. Mas que, no entanto, tal questão foi sendo solucionada na medida em que se tornou um dos programas importantes desenvolvidos pelos CRAS. Todavia, outros desafios no campo pedagógico foram identificados, como apresentado pelo documento Caderno do Orientador (BRASIL, 2009). Ele estabelece que o serviço do Projovem Adolescente deve ser organizado em dois ciclos (Ciclo I e Ciclo II).

Após o seu responsável legal realizar a inscrição no CRAS, o jovem deve completar o ciclo I em um espaço de tempo de um ano. Desse período, três meses são destinados ao desenvolvimento das atividades socioeducativas previstas. O ritmo dessas atividades deverá ser constantemente avaliado, considerando que os coletivos<sup>12</sup> poderão necessitar de um período maior ou menor de estudos e vivências internas e externas, para alcançar o amadurecimento requerido no final do ciclo I, para, dessa forma, dar início ao ciclo II. (BRASIL, 2009).

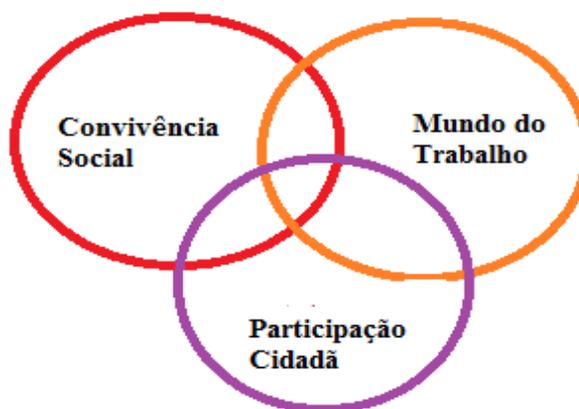
Completado o Ciclo I, o jovem inicia o Ciclo II com ações socioeducativas no território a partir da elaboração de um Plano de Atuação Social (PLA) e da execução de projetos coletivos de interesse social que o concretizem. Ainda, nessa fase, investe-se na Formação Técnica Geral (FTG) dos jovens, visando à sua inserção no mundo do trabalho, abrangendo diversas capacidades transversais e o desenvolvimento de habilidades de comunicação oral e escrita com ênfase na inclusão digital e no desenvolvimento individual. Cada ciclo perfaz uma carga horária semanal de 12h30m, com objetivo de assegurar a continuidade da presença e participação dos jovens (BRASIL, 2009).

No que se refere aos coletivos, um dos profissionais do Projovem Adolescente comenta sobre o quantitativo de jovens por coletivos no Município. “Nós temos que atender 25 jovens, tem coletivo aí com 30 e poucos, mas a meta é de trabalhar com 25 jovens. Multiplicando por 19 coletivos dá um total de 450 jovens”. (ENTREVISTADO 3).

Em relação às diretrizes metodológicas do Projovem Adolescente, estas foram construídas tendo como fundamento três eixos estruturantes (FIGURA 3):

---

<sup>12</sup> Os Coletivos de Jovens (grupos de 25 jovens) ficam sob a responsabilidade de um orientador social e de mais facilitadores de oficinas, com o acompanhamento e a supervisão de profissional de nível superior do CRAS.

**FIGURA 6 - Eixos estruturantes do projovem adolescente**

Fonte: Brasil (2009, p. 16).

Dessa forma, o documento intitulado Caderno do Orientador (BRASIL, 2009, p.16) indica que:

**A Convivência Social** – valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, das formas particulares de socialidade e sociabilidade dos jovens e da criação de vínculos e interação com os seus pares, a família, a escola, o mundo do trabalho e a comunidade;

**A Participação Cidadã** – sensibilização para os desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política de seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público;

**O Mundo do Trabalho** – introdução aos conhecimentos, técnicas e práticas sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e capacidades transversais; orientação para a escolha profissional consciente e com visão crítica; inclusão digital e nas tecnologias de comunicação, associando o trabalho à realização pessoal e à transformação da realidade.

Propõe também que os eixos estruturantes sejam integrados por seis temas transversais:

**FIGURA 7 - Temas que integram os eixos estruturantes**



Fonte: Brasil (2009, p. 17).

Um dos entrevistados comenta sobre a metodologia adotada para se resguardar os eixos estruturantes,

Na verdade, o Projovem tem um itinerário afirmativo. Ele tem um material de organização muito rico eu acho que dos projetos sociais um dos mais simples que eu conheço de orientação metodológica é um material muito bem elaborado. Acho até que dão um subsídio grande. Trabalham com eixos temáticos. Juventude, cultura, agora estamos no mundo do trabalho, que é um eixo muito significativo para esses jovens. Porque é como eu falei, aqui e na grande Vitória a oferta desse serviço é enorme, a oferta de projetos é enorme, as possibilidades de jovens são enormes. Eu nem tô falando de outras possibilidades, eu tô falando das possibilidades positivas, nem falei das possibilidades negativas que, nas comunidades mais periféricas, circula pelo mundo das drogas.... Essa coisa toda. Então, o Projovem tenta fazer a estratégia de captação desse jovem de forma mais criativa, inovadora, significativa pra vida dele e o CRAS vem somar com o projovem, porque a CRAS nesse formato do Projovem é muito importante na nossa articulação. (ENTREVISTADO 10).

O Projovem Adolescente possui um quadro de profissionais para se efetivar a proposta pedagógica:

Tabela 18 - Equipe de Profissionais que atuam no Projovem Adolescente em Vitória

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Coordenador geral	01
Coordenador Administrativo	01
Assistente Social	04
Pedagoga	01
Articulador Social	04
Educador Social	18

Fonte: Elaborado pela autora

O contrato dos profissionais e sua atuação no Projovem Adolescente foi comentado por um dos entrevistados:

Nós temos três assistentes sociais, que são pelo convênio [refere-se à Fundação Monte Belo] e uma pedagoga pelo convênio. Contrato é pela CLT, por tempo indeterminado, embora seja vinculado no convênio, que é de um ano, mas, nós temos a nossa assistente social que está desde 2009 com carteira assinada. Nós temos uma assistente social que é de contrato pela prefeitura que é de um ano, podendo ser renovado por mais um. Então, hoje nós não contamos com nenhum efetivo no nosso quadro, que é um complicador que a gente tem no nosso convênio. Nós temos quatro articuladores sociais (ENTREVISTADA 3).

A entrevistada 3 aponta uma questão crucial que afeta a aplicação de políticas públicas no Brasil: o processo de terceirização e da existência de contratos temporários, com profissionais não concursados e com instabilidade no emprego. Tais práticas no campo da contratação no serviço público têm levado profissionais com a mesma formação a terem diferentes vínculos empregatícios e salários. Sem contar que a insegurança da permanência no trabalho pode gerar inseguranças e incertezas no exercício profissional. Tais fatos têm contribuído para um nível de rotatividade de profissionais no serviço público nunca antes experimentado, comprometendo a qualidade e a continuidade das ações nas diversas áreas onde o Estado atua. Isso resulta daquilo já tratado neste trabalho: da fase neoliberal do Estado.

A entrevistada 3 fala sobre o papel do articulador social no processo de desenvolvimento das ações do Projovem Adolescente:

O articulador social faz a interlocução do nosso projeto com a cidade. Então, esse

rapaz é responsável pela região de Itararé, Consolação e Maruípe, e ele traz pro Projovem tudo que tá acontecendo ali de propostas culturais, de atividades esportivas, o que tá acontecendo no território ele traz pra gente. Pra gente poder oferecer ao jovem e também ele identifica nos nossos grupos de jovens quais são as suas necessidades, as suas demandas, e vai procurar nas cidades para poder nos oferecer. Então, o articulador social faz essa ponte (ENTREVISTADA 3).

Nesse ano, a gente tem feito muito trabalho de oficinairo. Então, o articulador social também dá oficina, porque os nossos quatro tem habilidades artísticas muito específicas e a gente utiliza essas habilidades artísticas pros nossos jovens. Então, nós temos o articulador que é o A que é grafiteiro, então ele dá a oficina de grafite el oficina de dança, nós temos T que é o MC Teco que trabalha com hip hop que dá a oficina de letra e rima, nós temos a Q que é excelente com artesanato. Então, ela traz oficinas diversificadas, com papel e com botão ela faz coisas fantásticas com os jovens. Então, além do trabalho de articulação no território eles também fazem oficinas (ENTREVISTADA 3).

A entrevistada 8 fala sobre quem são educadores sociais:

Os educadores sociais são atualmente estagiários de nível superior. No nosso grupo hoje, nós temos alunos de pedagogia, psicologia, serviço social, história, educação física e ciências sociais. São essas seis áreas de conhecimento. Os articuladores são de nível médio. (ENTREVISTADA 8).

Indo ao encontro da lógica de terceirização das políticas públicas como já mencionada anteriormente, O Projovem Adolescente, assim como o Projovem Original e Urbano, terceirizou a execução do Programa delegando a Fundação Monte Belo, que é responsável pela contratação de 90% dos funcionários da equipe técnica. A fundação também é a responsável pelas compras de material didático e lanche. O entrevistado 4 relatou em entrevista:

A Fundação Monte Belo é uma instituição que existe em Vitória há 15 anos e trabalha em parceria com a Prefeitura de Vitória. Também em parceria com outros municípios. Hoje atua também em Vila Velha, Cariacica Serra, Viana e interior. Desenvolve projetos na área de assistência social. Então, a Fundação Monte é a primeira instituição que iniciou o convênio com o Projovem em Vitória. Desde 2009 que vem com essa descrição desse projeto. O convênio é para a execução. Então, a gente tem 90% dos funcionários da equipe técnica da Fundação Monte Belo. A Fundação Monte Belo entra com custeio. Compras, material didático, lanche, isso tudo também entra no o convênio com a Fundação Monte Belo (ENTREVISTADO 4).

Um dos entrevistados explica que o Projovem “é custeado por duas fontes: uma fonte federal e uma fonte municipal, e aí essas duas fontes são enviadas para a Fundação Monte Belo e, a partir dos convênios e os aditivos, irão ser distribuídos para a gestão do trabalho” (ENTREVISTADO 4).

No que se refere ao auxílio financeiro destinado aos participantes do programa, diferente do Projovem Original e Urbano, no formato do Projovem Adolescente esse auxílio se estabelece através do Programa Bolsa Família. Um dos profissionais entrevistados explica:

Olha, na verdade, esse benefício que o jovem tinha era no antigo Agente Jovem. Ele tinha uma bolsa de sessenta e cinco reais e mais quinze reais, aí, dava um total de oitenta reais. Esses R\$ 65,00 foram um ganho que a própria juventude ganhou em uma mobilização do OP, Orçamento Participativo, que foi um ganho pelo município. Eles ganhavam quinze [reais] pelo Governo Federal, 65 [reais], pelo município, perfazendo um total de 80 reais (ENTREVISTADA 3).

O nosso Projovem Adolescente veio vinculado à SEMAS, a Secretaria de Assistência Social. O Projovem Adolescente desenvolve atividades socioeducativas. A família que tivesse até dois jovens de 15 a 17anos estava vinculada a uma quantidade de R\$30, 00, vinculada ao próprio Bolsa Família. e o jovem nem ficava sabendo. Então, era um *plus* a mais, porque no Projovem Adolescente, o jovem não tem obrigatoriedade nenhuma de frequentar o programa. Agora, ele tem de estar ligado na escola pra mãe receber esse valor a mais inserida já no [Programa] Bolsa Família, apenas isso (ENTREVISTADO 3).

Para o entrevistado 3, receber a bolsa no antigo formato de Agente Jovem era um ponto muito positivo na avaliação dos próprios jovens:

Fizeram até no final do ano uma grande pesquisa com todos os jovens. Responderam um grande questionário com relação ao que eles faziam, quais eram as prioridades que eles davam para aquele dinheiro que recebiam. [Esse processo] eu acompanhei de perto, não só na pesquisa, mas eu acompanhava outros grupos... [inclusive os jovens que estavam] fora do meu grupo.... Eu tinha um grupo, na época, de 25 jovens e, assim, eu sabia, porque a gente tinha uma relação, um vínculo muito legal e, assim, eu sabia o que eles faziam. Eles falavam “olha que legal a camisa que comprei com o meu dinheiro”. Ou então chegava uma menina e dizia assim: “Eu acabei de receber e já estou sem dinheiro porque a minha mãe me pediu pra comprar o gás”. Algumas tinham cuidados com cabelo, enfim.... lazer. Sempre tinha um dinheirinho. Então, eu achei que foi uma perda muito grande, porque a gente enquanto política pública que trabalha o protagonismo de nossa juventude, a gente tem que trabalhar, sim, as atividades socioeducativas dentro dos temas, pra ele começar a pensar como jovem inserido em uma sociedade, em uma coletividade, pensar com responsabilidade. Esse dinheiro, lógico, lógico, lógico, não estou dizendo que muitos pegaram o dinheiro e... Quem é usuário de drogas vai arranjar dinheiro de qualquer outra forma. Para mim, a grande maioria dos jovens se sentia, assim, plena com esse dinheirinho que recebia. Não era muito, mas pra eles... eles falavam.. “Poxa, a gente faz milagre com esses 80 reais.” Então, na minha humilde opinião, foi uma perda muito grande (ENTREVISTADO 3).

Na verdade, isso é um combinado da família, já diz bolsa família, o recurso, a transferência de renda é da família, ela é que vai decidir. Se ela quiser tirar os 35 reais e dá pro jovem, foi ela quem fez a escolha, ou se ela quiser comprar material escolar, ela que fez a escolha, ou se ela decide comprar alimentação....Como eu disse: a decisão é da família. Todo o momento a gente tem que desmitificar essa questão e orientar, que o recurso é da família, então, a família tem que gerenciar da melhor forma (ENTREVISTADA 9).

A entrevistada 3 realizou uma avaliação positiva do repasse do recurso financeiro (bolsa)

direto para os jovens participantes como acontecia na versão do programa na sua forma Original e também no Urbano. O que não acontece mais no Projovem Adolescente, em que este recurso é repassado via o Programa Bolsa Família, como relatou a Entrevistada 9.

O município de Vitória completa, neste ano de 2014, cinco anos de implementação do Projovem Adolescente. Muitos desafios foram enfrentados pelo programa desde a sua fase inicial. Estes vão desde espaços físicos até questões de ordem metodológica. Entretanto, ao fazer parte dos CRAS, o Programa recebe um apoio maior do que registrado pelo programa em seus formatos anteriores. No mais, a atual gestão deu continuidade ao Programa no município até o momento, o que é visto como algo positivo pelos entrevistados, como também o fato de ele ser objeto de negociação entre o Poder Público Local e a comunidade:

Eu acho que o Projovem foi uma grande ferramenta. Assim, você tem que pensar historicamente. Antes não existia um projeto sistemático e contínuo. Geralmente esses projetos tinham uma interrupção. Nesses projetos do Governo Federal ele teve uma continuidade anos a fio. Ele deve ter aí uns 15 anos mais ou menos. Então, você vê que os jovens hoje que participaram desse projeto, estão no ensino superior, muitos estão no mercado de trabalho, e aí não tem uma pesquisa concreta sobre isso, mas a gente consegue identificar essa questão. Então, a gente acha que o Projovem fez a diferença dessas comunidades. E o maior impacto que eu vejo. Um dos impactos importantes que eu vejo nesse projeto, pra mim, é quando a comunidade reivindica o projeto: se você tira o Projovem, a comunidade reivindica. Ela valoriza esse projeto, porque se apropriou como algo importante pra ela. E isso pra mim é um identificador pro projeto. (ENTREVISTADO 10)

O Entrevistado 10 também relata a importância do Projovem para a inserção no Mundo do Trabalho.

Para o jovem, já tem outros caminhos, outras perspectivas, a escola, o mercado de trabalho, que é o que eles estão precisando, as convivências. Assim, é como a gente fala, não que ele abandona a droga, mas cria um circuito alternativo, te dá uma outra orientação. E outra coisa também, você vê quando um jovem participou do Projovem. O olhar do empregador das pessoas passam a ter certa credibilidade que é uma coisa importante. Mas os projetos sociais tem essa questão mesmo. Talvez seja um indicador positivo desses projetos sociais. Mesmo que eles não consigam é.... Contabilizar quantos jovens conseguiram entrar no mercado de trabalho. Mas uma coisa que fica claro nos projetos sociais é que aquele jovem que participou de um projeto social, ele tem certa credibilidade na sociedade. Então, quando ele vai procurar um emprego, o empregador fala.... No currículo dele: “Eu participei do projovem com uma carga... Essa é a carga horária”, porque a gente tenta dar certificação. “Eu participei discutindo meio ambiente, participando no projeto na comunidade... vendo isso, isso, e isso”. Isso faz diferença. Então, o projeto de alguma maneira contribui pra fortalecer o seu currículo e fortalecer a sua entrada nos mercados, independente de qualquer resultado. (ENTREVISTADO 10)

O Entrevistado 10 menciona que o Projovem Adolescente é uma alternativa para os jovens do município de Vitória e enfatiza a importância para a comunidade. Dessa forma o Programa

continua o seu percurso no Município de Vitória agora na responsabilidade da Secretaria de Assistência Social.

## **5 A PERCEPÇÃO DO PROJÓVEM ENTRE JOVENS FREQUENTADORES, PROFISSIONAIS E EDUCADORES SOCIAIS**

Com o intuito de levantar a percepção do Projovem Adolescente no município de Vitória, na sua fase atual, foram realizadas entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com o Programa e constituídos quatro grupos focais com 41 jovens participantes dos coletivos nos CRAS das regiões de São Pedro e de Resistência nos turnos matutino e vespertino.

No Dicionário Houaiss (2008) *percepção*, um termo derivado do latim *perceptio*, é definido como “compreensão, faculdade de perceber” (HOUAISS, 2008, p. 17). De acordo com Jorge (2011), a “Percepção é o termo que designa o ato pelo qual o indivíduo toma conhecimento de um fenômeno, de um objeto”. Nesse sentido, “[...] estar consciente da percepção significa estar consciente da apreensão de uma situação objetiva por meio de sensações, de representações e da atribuição de significados ao que foi experienciado” (JORGE, 2011).

Também para Merleau-Ponty (apud RIBEIRO et al., 2009), a percepção não constitui uma síntese puramente intelectual, ao contrário, ela é experimentada pelo corpo e no mundo de uma forma reflexiva. Para ele, o ser humano com o seu corpo está no mundo e é através dele que se relaciona e conhece a si mesmo e aos outros. Dessa forma, o sujeito e o mundo, enquanto objeto, são inseparáveis, afirmando a interconexão entre consciência humana e mundo pela percepção. No entanto, Merleau-Ponty reconhece a existência do mundo independentemente das considerações que se possam fazer dele. Inspirado em Merleau-Ponty, escrevem Ribeiro et al. (2009, p. 46): “O mundo pulsa entre os meios múltiplos de significados, pois ele é um campo de percepções, compreensões, pensamentos e sentidos”.

Durante o processo de pesquisa, a partir das questões inferidas pelos entrevistados, foi possível constatar que, apesar ter sido concebido como um programa intersetorial, o Projovem se revela de forma bastante diferente nos dois espaços: na assistência e na educação. Essa diferença não se restringe ao fato de essas duas secretarias assumirem funções diferentes no desenvolvimento do programa,<sup>13</sup> mas, sobretudo por causa do tipo de relação que estabelecem

---

<sup>13</sup> Sobre o papel do CRAS e da Escola no desenvolvimento do Projovem ver o capítulo 2 deste trabalho.

com os jovens que dele participam.

Por questões didáticas, num primeiro momento trataremos da percepção dos jovens, profissionais e educadores sociais do funcionamento do Projovem dentro dos CRAS e, posteriormente, da sua relação com o universo escolar.

### 5.1 O PROJOVEM E O CRAS

A primeira pergunta que fizemos aos jovens que participaram dos grupos focais (GF) foi sobre como souberam da existência do Programa, e as respostas foram reveladoras, porque trouxeram, subliminarmente, sob os seus códigos de linguagem, uma dimensão positiva do Programa.

- Como souberam do Projovem? (Facilitadora)
- Um amigo me convidou. Ele disse vai lá... [Risos] lá tem comida. Mas eu vim e foi resposta. (JOVEM 23 GF RM).
- Foi ele alí [referindo-se ao jovem 11] que me falou. Ele me disse que aqui era resposta. Aí, eu vim. (JOVEM 9, GF SPM).
- Eu achei resposta também (JOVEM 4, GF SPM).
- Eu conheci o Programa porque o [refere ao jovem 10] falou pra mim e minha vó veio e fez [refere-se à inscrição no Programa] e entrei. (Jovem 01, GF REM)
- Eu vim pro Projovem porque um amigo me chamou. Eu to gostando... é muito legal aqui. (JOVEM 11, GF SPM)
- Eu tava andando na rua e o jovem [referindo-se ao jovem 16] me chamou. Aí, eu vim. Eu gostei daqui. (JOVEM 15, GF REM).

A grande maioria dos participantes nos grupos focais ficou sabendo da existência do Programa por meio de seus outros integrantes. O fato de estes convidarem os seus amigos revela que quiseram partilhar as suas experiências positivas e os seus novos aprendizados com aqueles que gostam. A expressão *é resposta* significa que *vale a pena*, que “me sinto respeitado”. Seus relatos também falam da importância do participante como divulgador do Programa junto a outros jovens. Outro aspecto observado é que eles tomam a iniciativa de acionar os seus responsáveis para a realização de suas inscrições, revelando-se grandes interlocutores do Programa junto aos seus grupos familiares.

Apesar de se registrar rotatividade entre os frequentadores do Programa, observou-se em

todos os relatos que a melhor estratégia de divulgação entre os jovens é a execução qualificada do Programa nos coletivos. Os jovens gostam de estar nos coletivos, apesar da não obrigatoriedade, e, por isso, convidam outros jovens para inserirem-se. Em observação direta, pode-se constatar, por meio de expressões e em tom de alegria, o gostar de estar nesses coletivos do Projovem Adolescente. Também é o que afirma a Entrevistada 8, quando reconhece a capacidade do Programa de atrair os jovens. Ela considera que “Então só o fato de você conseguir trazer os jovens, apesar de não possuir como forma de incentivo recebimento direto de bolsa, é muito bom. E o jovem vem, o jovem gosta. Eu acho isso um avanço”.

A Entrevistada acima ressalta um aspecto importante que é o fato de o Programa não contar com *atrativos financeiros diretos* para o jovem, e não possuir mecanismos rígidos de controle para garantir a sua frequência, no entanto, ele tem respondido de forma positiva ao programa, com presença e participação. Entretanto, para a entrevistada7, o Programa, mesmo com sua avaliação positiva pelos seus frequentadores, enfrenta o desafio da permanência desses jovens. Considera que “A princípio, a expectativa maior do Projovem é conseguir deixar os meninos aqui, que eles permaneçam. Que eles venham. Então, a maior expectativa é essa. É conquistá-los para que permaneçam” (ENTREVISTADA7).

Percebeu-se que as oficinas oferecidas são atividades que contribuem para a permanência dos jovens no programa:

Tem várias oficinas, é subjetivo o gosto deles. Tem vez que, quando a oficina foi de *braik*, teve jovem que nem precisava fazer, porque dançava no nível do professor. (ENTREVISTADO 5).

Tem bastante oficinas, todo mês a gente tá mudando. Às vezes por bimestre. Então, muitas vezes, é oficina cultural, como dança afro. Também é oferecido oficina de geração de renda como estampania, *designer* de sobancelhas. As últimas foram *DJ*, eles adoram grafite. A gente tem oferecido rima que gostam muito, violão tem vários tipos. (ENTREVISTADO 3).

A oficina de grafite, os meninos acham que faz parte do programa do projovem. Eu fiz uma pesquisa com os jovens. A gente faz com os jovens mensalmente uma reunião com representantes de coletivos, cada coletivo tem seu representante e eles vêm com uma reunião comigo, com o coordenador da prefeitura e, muitas vezes, com o gerente. E aí a gente vai lá pra ouvir dos jovens suas insatisfações e seus desejos. Aí eu perguntei pro jovens quais oficinas eles estavam pensando pro ano que vem. Eles sugeriram de bombom de pizzas e várias oficinas. E aí eu falei “Gente,” engraçado, eu pensei que a primeira oficina que vocês fossem sugerir seria de grafite”. Aí eles “Não. Mas a gente tem que sugerir oficina de grafite”? Oficina de grafite é fato. Então, o grafite é uma opção que eles são encantados. E uma outra demanda que eles tem é de esporte. Eles pedem muito oficina de luta, de judô,

capoeira (ENTREVISTADA 4).

Esse fato foi constatado nas falas em todos os grupos focais.

- O que você mais gostou quando começou no Programa (FACILITADORA)
- As oficinas, principalmente de grafite. (JOVEM 5 GF SPM)
- Aqui as oficinas são maneras. Eu gosto de grafite, também de DJ, do *braik*. (JOVEM 31 GF RM)
- A gente podia ter mais oficinas, principalmente de grafite (JOVEM 20 GF SPV).
- As oficinas são responsa. (JOVEM 38 GF RV).

De acordo com Dayrell (2007), a valorização da cultura jovem nas suas mais variadas formas de manifestações é um fator fundamental para que se estabeleça um sentimento de pertencimento nos espaços em que esses jovens atuam. Estabelecer um processo de escuta, relatado acima pela Entrevistada 4, ao falar que: “Eu perguntei pro jovens quais oficinas eles estavam pensando pro ano que vem,” torna um diferencial para que os mesmos se sintam valorizados e se tornem protagonistas nas atividades propostas pelo programa.

Outro desafio indicado pelos entrevistados em relação ao programa é a reinserção dos jovens evadidos. A entrevistada 7, por exemplo, fala que “É importante a busca ativa. No caso, eu entro em contato com os jovens que não estão vindo. Perguntamos: ‘Porque tá faltando?’ A gente tá sentindo sua falta.”

A Entrevistada 9 também faz referência às estratégias de busca ativa dos jovens que saíram do Programa.

A gente tem relatório de gestão que é feito anualmente. A gente compila as informações dos 18 coletivos e, além do relatório de gestão, a gente avalia o perfil do jovem, quem foi quem não foi no Programa, quem participa quem não participa. A gente tem um acompanhamento sistemático dos jovens que vão por coletivo por dia. Percebe que há oscilação muito grande e passam muitos jovens, mas a lógica de permanência é a mais difícil pra gente. Pra ajudar tanto no instrumento de monitoramento como na permanência do jovem, a gente tem buscado..., que não é fácil. (ENTREVISTADA 9).

A entrevistada 9 também lembrou que, por orientação do MDS, o educador social deve ser residente na região onde funciona o Projovem, contribuindo para que este possa circular no território e conhecer os jovens e seus familiares. Dessa forma, o educador social torna-se peça chave na localização dos jovens evadidos.

No entanto, como lembra à entrevistada, a ideia é reduzir, cada vez mais, a evasão. Para tanto, uma das estratégias adotadas é que os jovens se sintam cada vez mais próximo dos educadores sociais. Diz a entrevistada 9: “A gente observa que quando ele é morador a permanência e a quantidade de jovens envolvidos aumenta muito”. O fato de o educador social ser um referencial positivo para os jovens foi constatado em entrevista:

*O educador social... Ele ouve a gente. Ele respeita a gente. (JOVEM 21 GF REM)*

*Quando a gente chega... ela conversa com a gente. É muito legal [refere-se ao educador social]. (JOVEM 7 GF SPM).*

*Ela quando precisa chama atenção da gente... mas quando a gente tem um problema ela ajuda a gente. (JOVEM 40 GF RV).*

Seguindo *as pistas das práticas comuns* adotadas pelos educadores sociais, vamos compreendendo que estabelecer a arte da conversa, traduzida por Maturana (2001, p. 20) sendo “Um fluir entrelaçado de linguajar e emocionar” com os jovens é fundamental para que se estabeleça o sentimento de confiança e respeito entre os participantes. Dessa forma, concordamos com Certeau (1996) quando diz que a oralidade é fundamental nas relações com o outro. Estabelecendo uma tecitura de vozes que codificada, torna possível às interpretações das relações com o outro, tendo como princípio o reconhecimento das vozes familiares e da distinção daquelas não tão próximas. Com esse entendimento, aproximamo-nos dos jovens participantes do Programa buscando captar nas nuances das vozes, dos movimentos dos corpos, suas expectativas e interesses.

Nos grupos focais, quando perguntados se o Programa estimulou o seu interesse pela escola, eles responderam:

*Eu não me concentrava. Eu só ficava na amizade. Aqui [no CRAS], eu fui vê que só amizade não leva a nada. Todo mundo passa e você fica pra traz. Aí você vai ver a besteira que fez. (JOVEM 14 GF SPM)*

*Aqui [referindo-se ao CRAS] eu tive mais maturidade pra pensar. Eu era pra tá no 2º ano e tou na sétima série ainda. (JOVEM 16 GF SPV).*

*Aqui [no CRAS] a gente aprende que tem que estudar, ter um sonho, ser responsa. (JOVEM 35 GF RV).*

*Aqui [no CRAS] a gente tá aprendendo o caráter. Aprendeu a respeitar uns aos outros. Porque lá fora ninguém respeita. Agora, não. Isso ajuda. (JOVEM 22 GF RM)*

Detectamos nas falas dos jovens que a sua participação no Projovem contribui positivamente

para a sua presença no universo escolar, no entanto, eles, nesse momento, referem-se ao Programa que é desenvolvido dentro dos centros de referência. Se para os jovens é um espaço de “resposta”, para os profissionais, o Programa se revela como um importante espaço para construção de novos significados e interesses, estabelecendo processos de inserção do jovem na vida comunitária e escolar, possibilitando a maior aproximação entre jovens de diferentes territórios, inclusive aqueles em conflito em decorrência do rearranjo territorial imposto pelo tráfico de drogas. Infere um dos entrevistados: No município de Vitória “O nosso foco é realmente a convivência social e comunitária”.(ENTREVISTADO 10).

Em relação ao papel do programa para a aproximação entre jovens de diferentes territórios, reconhece a Entrevistada 6 que o Programa tem contribuído de forma significativa para que isso ocorra:

Um avanço que é um diferencial no município é de juntar jovens de todos os territórios. Em 2009, era impensável você juntar São Pedro com Ihanguetá. Não podia porque os meninos traziam com eles o conflito do tráfico que tinha em seus territórios. A gente tá trabalhando quatro anos com o jovem e hoje em dia o jovem tá junto (ENTREVISTADA 6).

A demarcação de território imposta pelo tráfico demarca fronteiras, limitando ainda mais o ir e vir de jovens na cidade onde vivem. Se aspectos como classe social e raça, historicamente, foram impeditivos para que jovens frequentem determinados lugares no município, nessa nova conformação territorial, também resultantes das duas dimensões acima, reduz, cada vez mais, os seus espaços de circulação, a exemplo de fatos que são recorrentes no Brasil.

Vieira (2003) afirma que as cidades possuem locais demarcados de acordo com a classe social, determinado a partir de uma dominação política, ideológica e principalmente econômica. O chamado mercado, para esse autor, é o principal instrumento de dominação e exclusão econômica. Relata que quase não se vê pobres e negros nos Shopping Centers do Brasil. O autor levanta um questionamento: “Há segregação nos Shoppings? Oficialmente não”. No final de 2013, um evento ocorrido no Shopping Vitória, na capital do Espírito Santo, afirma aquilo posto por Vieira. Tal acontecimento foi relatado por Belchior, na sua página na internet denominada *Afroativismo na rede: diversidade e direitos humanos*. Com a chamada Shopping Vitória: corpos negros no lugar errado”, o autor denuncia a prática de racismo. Diz a matéria que:

Sábado, 30 de novembro [2013], fim de tarde. Várias viaturas da Polícia Militar,

Rotam e Batalhão de Missões Especiais cercaram o Shopping, no Espírito Santo. Missão: proteger lojistas e consumidores ameaçados por uma gente preta, pobre e funkeira que, “O critério para uma abordagem depende das circunstâncias, perfil das pessoas e quais queixas são apresentadas”. Publicação em Notícia A Gazeta em 01/12/13 atualizado em 02/12/13 (BELCHIOR, 2013).

Também a matéria reproduz relatos de pessoas que presenciaram a cena: “Vi um policial dando um soco, de baixo para cima, em um garoto”; “o clima ficou mais tenso ao serem vistos policiais entrando armados no shopping”; “Parte dos que estavam sendo revistados era menores de idade. Vi um garoto sendo jogado no chão por um policial”. Em vídeo disponibilizado no próprio *site* aparecem dezenas de jovens sem camisa – porque a polícia exigiu que tirassem – e em fila indiana controlada pela polícia armada.

Consumidores e lojistas presentes no shopping naquele momento aplaudiram a ação policial. O Secretário de Estado da Segurança Pública, buscando justificar a ação policial, assevera: “Quando se encontra uma atitude suspeita, a abordagem é uma ação normal. A polícia está autorizada a fazer isso. A população tem que entender” (BELCHIOR, 2013, p. 1). Dessa forma, justifica ele o racismo e a violência institucional praticadas naquele dia.

Ideias e práticas de apropriação do espaço urbano afetam o ir e vir de jovens por questões de raça, de classe e por fatores culturais. Estes se somam a outras formas de exclusão territorial, agora imposta pelo tráfico – uma expressão da questão social – afetando, inclusive, a vida escolar de muitos deles. Por isso, quando o programa estimula maior aproximação entre jovens que vivem em regiões de conflito, revela-se aí o seu importante papel no campo da socialização e da sociabilidade destes.

O fato de o programa estimular o encontro e a partilha de experiências entre os jovens gera um processo de identificação e de solidariedade entre eles. Isso também se apresenta como uma demanda entre eles. Sobre isso, ainda fala a Entrevistada 6:

Hoje, ele nos solicita.. “Poxa vão fazer um encontrão”? “Vão fazer um passeio”? Os meninos da Praia do Canto falam: “traz o pessoal de Jucutuquara pra cá”, “traz o pessoal de Continental”. Então, o avanço que a gente teve foi essa possibilidade de juntar os jovens de territórios e de realidade diferentes. Não é fácil, é muito difícil. É um trabalho constante e contínuo. Hoje em dia, nós fazemos um evento dentro do museu Solar Monjardim. Imagina a adesão do jovem dentro de um museu? Nós levamos 100 jovens dos nossos 411, 100 jovens foram pela manhã, de Vitória, e outros 100 foram pela tarde. Então, nós mobilizamos 200 jovens pra participar dentro de um museu, que eles questionam [por não terem o hábito de fazer este tipo de visita, acham] que é chato. [mas] Eles foram. Então, é um grande avanço promover esses encontros desses jovens de realidades diferentes (ENTREVISTADA 6).

Um dos profissionais ainda considerou que o programa tem um papel importante no desenvolvimento ético-político dos jovens. De acordo com o Entrevistado 5, no local onde trabalha consegue perceber o desenvolvimento do pensamento crítico daqueles que ali participam, o que o deixa eufórico ao falar do programa:

A conquista, às vezes, a gente só percebe conversando com eles. Às vezes, a mudança de pensamento, mudar um pouco a estrutura mental deles. Eles sabem que tem outra opção. Até de eles comentarem com os amigos: “Pô, tal pessoa se envolveu com coisa errada, tá estragando com a vida dele”. Só de eles olharem, analisarem, perceberem aquilo e refletir de forma crítica e de forma moralmente comprometida, com compromisso moral de refletir a ação de uma pessoa que é amiga deles, que é companheira e poder dar um conselho. Caramba, isso é demais! (ENTREVISTADO 5).

O Entrevistado, acima, destaca a importância de se estabelecer o diálogo com os jovens participantes dos coletivos nos CRAS. Dessa forma, promover o diálogo e possibilitar uma leitura de mundo de forma crítica é posta por Freire (2011, p.113) ao afirmar que “[...] ensinar também é saber escutar o outro. E isso quer dizer, ensinar é também fazer com o outro, num processo de construção dialógica, dialética e coletiva”.

Dessa forma, a percepção do pensamento crítico expressado pelo jovem, e a sua capacidade de reflexão sobre as condições de sua própria vida e daqueles que fazem parte de seu cotidiano, é fundamental para que esse jovem conquiste sua autonomia, “Sendo sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado”. (FREIRE, 2011, p.109).

### **5.1.1 Percepções sobre o cotidiano do Projovem no CRAS**

No Projovem foi constatado o esforço de se criar um ambiente nos coletivos para que o jovem tenha um contínuo diálogo e, dessa forma, estabelecer vínculos afetivos e sentimento de pertencimento:

O princípio é democrático na essência da democracia, [o jovem pode] falar à bobagem que entender, só que, lógico, tem que ter a educação e nem todos a trazem consigo. E a educação que eu estou falando é a educação básica mesmo. A educação que a nossa mãe ensina, como os princípios morais, éticos, de comportamento social, sociável (ENTREVISTADO 5).

A fala do Entrevistado 5 nos revela a dimensão da sociabilidade da maioria desses jovens pertencentes a famílias empobrecidas, trabalhadoras e que em muitos casos não há a presença do pai e da mãe, que trabalha o dia todo:

Falta referência positiva, é uma coisa muito interessante que ninguém pesquisa, que ninguém procura saber é o núcleo familiar deles se tem a presença de um pai, principalmente dos homens. Como é que você vai ser um bom homem se você não tem um homem como referência a referência de homem que você tem é um traficante da esquina, porque sua mãe foi abandonada por seu pai. A menina não vem muito porque é o horário inverso da escola e nesses horários elas estão ajudando em casa, porque a mãe é quem trabalha. (ENTREVISTADO 5).

Para Violante (1990), é necessário compreender a importância do grupo familiar para a sociabilidade desses jovens. A autora nos chama atenção para o fato de ser a família a primeira instância social que irá possibilitar condições para que o sujeito se constitua psiquicamente e se torne integrante da sociedade. Entretanto, lembra a autora que na fase inicial de sua vida, o ser humano sucumbe, em decorrência de sua fragilidade biológica e emocional, a sua imaturidade e ser altamente dependente do meio que o cerca.

A despeito de jovens de classe média alta no Brasil, constatadas em reportagens policiais, que se envolvem em atos de delinquência, a exemplo da ação bárbara que levou a cabo a vida do índio Galdino, em Brasília, em 1997, ou da empregada doméstica que foi espancada por jovens paulistas, em 2007, em que seus autores são filhos de famílias ricas, provando que a condição de classe não é fator determinante para a incorporação de valores éticos e morais, Violante (1990) afirma que o pai de muitas famílias não possui condições de ser o provedor financeiro e, muitas vezes, também não é o provedor educativo ou afetivo; o alcoolismo e outros distúrbios de saúde física e/ou mental atingem grande parte desses progenitores.

Os jovens das classes populares são afetados por todos esses aspectos sociais, possuidores da carência alimentar e afetiva. Por outro lado, famílias pobres sofrem com a falta de políticas sociais mais estruturadas, em especial no campo da educação, como creches e escolas em tempo integral, para apoiá-las na sua função cuidadora. Sem esses aparatos, os jovens são socializados na rua, produzindo os seus próprios códigos morais e éticos a partir de referências que tem acesso.

O processo de inserção dos jovens no Programa, de acordo com os profissionais, é visível, porque, aos poucos vão se quebrando as resistências e esses ficam mais disponíveis para as atividades desenvolvidas no CRAS. Uma das profissionais do Projovem relatou em entrevista:

Percebo que os jovens, no começo, eram mais fechados. Perguntava algumas coisas não respondiam. Hoje não, percebo que respondem quando eu pergunto, falam, brincam zoadando. Já melhorou o convívio entendeu? Já sabem à hora em que eu estou aqui, que horas começam o coletivo. Rola essa responsabilidade. Às vezes

alguns chegam mais cedo pra ficar na internet, mas se dá nove horas eles entram na sala. Não precisa eu chamar. Eles entram. Ou, quando eu chego atrasada eles falam “tá atrasada.... Não sei o que.... Então, rola amizade. (ENTREVISTADA 7).

Percebe-se no relato da Entrevistada 7, o progresso na interação dos jovens com a educadora social. Ao falar que [...] “mas se dá nove horas eles entram na sala. Não precisa eu chamar”. Saltini (2008, p. 32), afirma que “Essa inter-relação é o fio condutor, o suporte afetivo do conhecimento. Esse fio condutor é fundamental para que os jovens participantes estabeleçam condições necessárias para a adaptação, à segurança e o aprendizado”.

Como já abordado no capítulo anterior, no item “O Projovem na Atualidade”, a continuidade do programa tem sido pauta de reivindicação comunitária em Vitória. Aqui, retomamos (e repetimos) a avaliação positiva do programa feita pelo Entrevistado 10 e que entendemos ser importante. Para ele, o programa constitui uma resposta às demandas apresentadas pela comunidade.

O Projovem fez a diferença nessas comunidades e o maior impacto que eu vejo, um dos impactos importantes que eu vejo nesse projeto é quando a comunidade reivindica o projeto. Se você tira o Projovem, a comunidade reivindica. Ela valoriza, gosta desse projeto, porque se apropriou como importante pra ela. E isso pra mim é um identificador para o projeto (ENTREVISTADO 10).

As questões postas pelo Entrevistado 10 nos chama atenção para o fato de que, diferentemente de muitas políticas ou programas existentes no Brasil que são desconhecidos ou ignorados pela sociedade, o Projovem Adolescente se faz conhecido e importante para famílias e comunidades que o frequentam.

Dessa forma, Souza (2006, p. 82) nos auxilia a entender a necessidade de valorizar a sociedade civil ao se discutir políticas públicas, “[...] uma vez que é ela quem percebe no cotidiano dos serviços prestados a efetividade ou não das suas políticas, e principalmente as lacunas deixadas pelos serviços públicos”.

Portanto, ao afirmar que a comunidade reivindica o programa, entende-se que a comunidade se apropriou dele e o valoriza como ação no campo da assistência e da educação; que ele tem trazido contribuições para a sua vida e de seus filhos.

Ao investigar a percepção dos atores envolvidos no Projovem, detectamos que os desafios postos cotidianamente ao desenvolvimento do programa preocupam tanto profissionais

quanto os jovens. No que diz respeito aos desafios enfrentados pelo Projovem Adolescente no município foi relatado:

Os desafios é conseguir cada vez mais nessa dinâmica rígida numa sociedade onde o crake a violência tão se alastrando de forma muito intensa. [Também o] individualismo.... Ele [o Projovem] precisa ir se inovando. Ele vai cada vez mais se desmitificando pra poder chegar numa linguagem mais próxima desse jovem, sendo realmente uma referência pra esse jovem, pra que consiga entender que é um projeto importante pra vida dele. Então, os desafios são cada vez mais desmistificar, renovar, inovar cada vez mais resignificando pra que cada vez mais esteja mais próximo desse jovem. (ENTREVISTADO 10).

O individualismo posto na fala do Entrevistado 10 é um pressuposto dos tempos neoliberais, em que a solidariedade e a cooperação cedem lugar à competição e mérito individual (Gentili, 2010). Valores esses, que são incorporados por toda uma geração e coloca-se como um desafio ao processo educacional, a construção da solidariedade e de respeito ao outro.

Outra dificuldade percebida diz respeito ao programa tornar-se de fato uma política pública nos municípios. A Entrevistada 9 pontua o assunto:

Desenvolver o Projovem é um desafio em todos os municípios, se você for acompanhar em outros municípios o Projovem é um desafio.. A própria Secretaria Nacional de Juventude que não é ligada ao Projovem Adolescente, porque o programa tá vinculado ao MDS. Foi em uma reunião em que estive, eles falaram diante toda uma avaliação do Projovem o quanto é difícil de ser editado.. é uma coisa que tá fechada é um pacotinho. É difícil de trabalhar essa autonomia pro protagonismo deles que eles querem tanto. Eles querem lá sentar ouvir e fazer aquilo que eles pensam aquilo que eles sonham e isso acaba dificultando ainda mais a execução do Projovem, ainda mais com a perda da bolsa, que dificultou ainda mais a execução do Projovem. Mas das cidades que eu conversei da região sobre o Projovem que eu ouvi falar, a gente tem conseguido executar da melhor forma possível (ENTREVISTADO 9).

Percebe-se que o desafio posto pela Entrevistada 9 em se implementar as políticas públicas, que se aproxima da necessidade de formular estratégias locais frente à realidade de cada região com diferentes realidades juvenis. Foi perceptível que apesar das dificuldades enfrentadas, o Projovem vem buscando aproximar-se das realidades das juventudes dos diferentes territórios da cidade, sendo um diferencial para que o mesmo se estabeleça como uma política pública no município.

No que se refere aos recursos e a necessidade de parcerias para o funcionamento do Programa o Entrevistado 3 relatou:

Tem várias coisas, eu acho que sempre dá para melhorar alguma coisa, mas, às vezes

falta certo apoio, parcerias, por exemplo. Às vezes a gente quer fazer um evento que a gente chama de encontrão envolvendo todos os coletivos e naquele mês não deu o recurso, não tem condição de alugar um espaço legal pra gente fazer um evento assim pro jovem, entendeu? É um pouco complexo falar, mas é apoio de algumas coisas. (ENTREVISTADO 3).

Outra coisa percebida pelo entrevistado 3 diz respeito aos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do Programa:

A gente tem uma equipe boa. Se tivesse mais profissionais, mais assistentes sociais mais articuladores, educadores sociais seria bem melhor, né. Quanto mais gente ali pra fortalecer melhor, mas eu acho que a questão é o recurso, entende? É um pouco limitado. Às vezes a gente tá querendo fazer algo a mais pro jovem, um passeio mais legal, ter um espaço assim melhor e a gente não tem a condição. O recurso que a gente tem às vezes é um pouco limitado pro tamanho do nosso... O que a gente queria, é isso. (ENTREVISTADO 3).

Nesse sentido, pode-se perceber que o Projovem busca estratégias para que estimule o sentimento de pertencimento do jovem em relação ao Programa. Todavia, pode-se perceber também que os recursos financeiros é um fator que causa frustração em alguns dos profissionais por não atender plenamente as demandas surgidas durante a execução do Programa.

## 5.2 A ESCOLA

Os jovens, ao falarem da sua presença na escola, remetem-se às experiências escolares anteriores, marcadas pela falta de *paciência* do professor.

Quando eu era pequena, eu estudava na escola X, e os professores tinham mais paciência. Agora na escola Y que eu estudo os professores não tem paciência. Não sei se é porque tem mais alunos. (JOVEM 32 GF RV).

Eu entrei na escola com 7 anos, eu não gostei. Até hoje eu não gosto. (JOVEM 22 GF RM)

Jovem 33: o que faz a escola é os alunos, mas os professores não têm paciência. (JOVEM 22 GF RM).

A falta de paciência relatada no grupo focal revela uma prática docente não pautada no acolhimento, no diálogo e na escuta, fundamental no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e respeito, descrito anteriormente. Arroyo (2010, p. 1), em sua análise, aponta que os jovens das classes populares têm, pela escola, o direito mais elementar negado que o seu reconhecimento como humanos. O autor diz que “A

escola tem que ser mais humana, menos segregadora, mais digna de uma infância e adolescência mais humana”. Mesmo assim, um dos jovens exclama: “*Eu acho importante terminar os estudos!* (JOVEM 5 GF SPM)”.

Outro aspecto importante na percepção do entrevistado 12 é o fato de professores e gestores ignorarem as diversas identidades juvenis expressas no ambiente escolar:

Aluno é mais complicado. Aluno acaba deixando de ser jovem. A escola tira um pouco dessa independência do jovem. Porque a escola começa enquadrar todo mundo igual, porque a gente prefere que seja assim. Todo mundo quietinho... Todo mundo sentado... Então, ser aluno é mais seguir regra do que ser jovem. (ENTREVISTADA 12).

A Entrevistada acima chama atenção para determinadas dinâmicas escolares inseridas no que Rodrigues (2004) denomina de “educação cindida”, que busca fixar os sujeitos entre o dois pólos: o *bem* e o *mal*. Nesse sentido, o papel da escola seria garantir que o primeiro prevaleça sobre o segundo. Para tanto, adota padrões referenciais de comportamento que devem ser seguidos. A ideia de aluno bem comportado, pouco questionador e, de preferência, que não falte e com boas notas produz conforto ao professor e à escola, que não se veem desafiado em suas práticas cotidianas. Reside aí também a ideia de se constituir um universo escolar separado de outros universos que compõem a realidade de seu estudante, como forma de proteção da escola. Por isso, o uso de regras, da autoridade e até mesmo de práticas discriminatórias para fazer valer o interesse “*comum*” – interesse hegemônico – são vistos como necessários para a garantia do controle do espaço escolar. A escola, nesses contextos, vai perdendo a sua dimensão formadora-educadora, porque perde de vista o sujeito mais importante do processo: o aluno – que é o jovem - marcado por uma diversidade de questões postas na sociedade em que vivem e se revelam também dentro do espaço escolar.

Dessa forma, Dayrell (2007, p.24, grifo do autor) nos chama atenção ao afirmar que “A escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos compreender a adversidade, seja ética de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta”, Sendo assim,

O conflito instalado remete, de um lado, a uma instituição que se vê ameaçada por comportamentos e símbolos de ‘fora’, frequentemente associados ao mundo da rua, e, de outro lado, aos alunos jovens que resistem à homogeneização proposta pela escola e buscam levar suas identidades juvenis para dentro dela, afirmando-as de forma explícita (CORTI; SOUZA, 2004, p. 120).

Seguindo esse raciocínio, Arroyo (2004) afirma que os jovens carregam para o interior do espaço escolar suas mensagens, seus códigos, suas marcas, seus corpos inquietos, não cabendo na estreiteza das salas de aula, nas precárias condições de trabalho. Reconhece que sua condição biológica, também não cabe nas imagens pré-concebidas que se fazem dos educandos e da docência. O autor enfatiza que:

[...] os adolescentes e jovens sugerem é que para entendê-los e entender-nos teremos de reconstruir suas imagens e assumir sua condição corpórea. Podemos achar importuno que a meninada e moçada resolva quebrar essas imagens quando as condições de trabalho não melhoraram. A culpa de que seus corpos sejam tão castigados e expostos não é delas, mas das mesmas estruturas econômicas que os castigam e que estreitam nossas condições de trabalho. (ARROYO, 2004, p. 131).

Dessa forma, a partir do que esses jovens têm a nos dizer, que estabelece possibilidades de pensar a vida, a educação e a escola, para além dos modelos pedagógicos de valorização de saberes ditos como verdade em suas práticas pedagógicas. Assim como Dayrell (2010), que nos fala sobre a importância de se traduzir a linguagem do corpo, Certeau (1996) nos lembra que o processo de comunicação exige também um diálogo corporal:

[...] o intercâmbio de ou comunicação oral exige uma correlação de gestos e de corpos, uma presença de vozes e dos acentos marcados pela inspiração e pelas paixões, toda uma hierarquia de informações complementares, necessárias para interpretar uma mensagem além do enunciado- rituais de mensagens e de saudação, registros de expressão escolhidos, nuances acrescentadas pela entonação e pelos movimentos do rosto. (CERTEAU 1996, p. 336).

No grupo focal, os jovens falam de uma espaço *surdo*, onde o processo de comunicação não se completa:

Na escola. nós não somos ouvidos, só eles que falam. (JOVEM 22 GF RM).

Quando uma vez fui falar se meu nome tava na sala, num tem? Ele veio com ignorância... (JOVEM 6 GF SPM).

Na escola, eles falam bem assim: “Se vocês tiverem alguma coisa pra falar, vocês falem”. Mas quando a gente chega a falar é tudo na maldade na ignorância. Aqui [CRAS], quando a gente chega e precisa conversar a educadora já conversa com nós. Na escola é diferente. (JOVEM 7 GF SPM).

A impossibilidade do diálogo gera o silêncio ou a revolta. Paulo Freire (2011, p. 122) afirma que: “A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo”.

A relação autoritária marca a trajetória desses jovens na escola, impedindo que o processo educativo se desenvolva e juntamente com ele os aprendizados dos conteúdos das disciplinas:

*Na escola o professor chega e fala: “Abre o livro” e começa a passar no quadro, nem dá bom dia. (JOVEM 7 GF SPM)*

*É importante estudar, você vai ter futuro ali, mas... Não sei.... Eles são muito arrogantes. São arrogantes (JOVEM 34 GF RV)*

*Desanima muito. Eu não passo de três em matemática, eu não consigo entender. (JOVEM 23 GF RM).*

Diante da negativa da escola: “À noite, na última aula, só tem uns dois três alunos, porque todo mundo vai embora”. (*ENTREVISTADA 32 GF RV*).

Há aqueles que ainda insistem:

*A gente desiste, não tem? Quando a gente tem dúvida o professor não explica de novo, a gente tem que entender pela gente mesmo. (JOVEM 39 GF SPV)*

*A escola faz falta. Eu estudo à noite porque eu tenho que ajudar o meu pai. Mas lá desanima muito. (JOVEM 22 GF RM).*

Insatisfeitos com a maior parte dos professores, um dos jovens entrevistados ressalta o que, para ele, é ser um professor *responsa*, identificado como aquele que tem disponibilidade para ouvi-los e ajudá-los, mesmo que seja exigente:

*Na escola tem um professor maneirão, o professor de português M é responsa. Ele pode brigar, dar *esporro*, chamar atenção, mas se você precisar de alguma coisa ele sempre ajuda , é responsa. (JOVEM 10 GRUPO FOCAL SPM).*

Também foi possível perceber que os jovens percebem a diferença entre o tratamento recebido na Escola e daquele recebido no CRAS.

*Sabe o que é? Porque o jeito de tratar na escola [com] ignorância. O modo... Tá, eu to falando por mim, os meus professores. E aqui [referindo-se ao CRAS] a gente chega todo mundo trata bem. Mas lá não, lá é ignorância entendeu? (JOVEM 3 GF SPM).*

*A gente aprende mais aqui [CRAS] do que na escola. (JOVEM 22 GF RM)*

Em entrevista o profissional da escola ressalta a importância do esforço do professor e da escola para alterar a relação com os alunos:

*É fazer todo momento um exercício de desconstrução. A gente tem professores de muito mais tempo, com uma trajetória de muito mais tempo. Então, eles trazem suas*

concepções, o tempo vivido. Tem professor que fala: “a gente não vai dar conta de fazer isso na sala de aula”. Mas a gente não tem que dar conta. A gente tem que entender. Perceber que é possível outros possíveis. Dessa forma, o meu olhar vai mudar, meu planejamento vai mudar, meu encaminhamento vai mudar (ENTREVISTADA A).

A entrevista 13 observa a necessidade de haver mudanças do ponto de vista metodológico e também o esforço para se garantir a formação dos profissionais que atuam na escola, no entanto, aponta a sobrecarga deles e a diversidade de questões que lhes aparecem no cotidiano escolar:

Teríamos que mudar a metodologia. Deveria ser dada formação para o profissional. Porque ele trabalha uma, duas, três carga horária e fica difícil, às vezes. Eu acho que deveria ter formação em serviço. Porque o professor tem que ser psicólogo, assumir outras atividades. (ENTREVISTADA C).

Este jovem, que também é aluno, cada vez mais se insere num mundo complexo carregado de questões que o afetam. Esses alunos/as chegaram às salas de aula, sem aviso prévio. A fome, a globalização, e suas monstruosidades também não avisaram nem aos pais, nem aos jovens. Nesse contexto, Dayrell (2007, p. 06) afirma que [...] “Os professores não se sentem preparados para lidar com essa nova realidade negando-a ou demandando uma formação que lhes deem elementos para se adequarem a ela”.

Arroyo (2004) quando faz referência à complexidade da educação e do seu cotidiano, considera que é fundamental reconhecer os educandos em sua totalidade. Seres possuidores de mente e corpo. Para o autor, reconhecer essa realidade tão própria de nossa espécie seria uma das questões que o/as alunos/as nos colocam: rever as concepções de aprendizagem e de produção de conhecimento. Dessa forma, “Equacionar os processos de ensino aprendizagem, tendo como referência uma mente angelical, sem corpo, sem ‘bio’, sem fome ou sem medo nos incapacita como profissional dos processos de aprender”. Uma mente incorpórea, solitária angelical, alheia as marcas do corpo é uma ficção” (ARROYO, 2004, p. 131).

Outro aspecto que aparece nos relatos dos jovens diz respeito à desconfiança permanente que paira sobre eles:

Quando eu vou falar com eles [refere-se à coordenação da escola], eles não acreditam em mim. (JOVEM 14 GF SPV)

Se você vai falar eles te dão ocorrência, Falam que você tá errado. (JOVEM 34 GF RV).

A desconfiança por parte dos docentes é relatado por Connoly (1998, p. 78), ao observar uma escola de ensino fundamental nos estados Unidos. Afirma que:

Pode-se argumentar que quanto mais a/o professor/a era forçada a agir rapidamente sem a oportunidade de investigar e discernir qual o adolescente era culpado por qualquer indisciplina, mas era reforçado a tendência de se focalizar nos adolescentes negros em meio de um mar de rostos em assembléias e salas de aulas.

Dessa forma, algumas posturas docentes reforçam o sentimento de desrespeito e frustração por parte dos jovens.

Uma das entrevistadas comentou sobre as relações humanas na escola:

Se o professor valoriza o conteúdo, as relações humanas ficarão fragilizadas. Hoje eu tenho na escola um aluno que perdeu o irmão assassinado. Será que aquela sala, aquele coletivo vai estar envolvido com a questão? Não é o momento agora de tratar essas questões e que eu construa uma relação de afeto com ele? Pra em outro momento talvez, entrarem com esses conteúdos? Então é uma questão de concepção. (ENTREVISTADA B)

A entrevistada B valoriza a existências de momentos em sala para que se estabeleçam momentos de afetividade e de solidariedade entre os jovens. Porém, também a sua reflexão nos remete a questionar a separação entre aquilo que é ensinado e a realidade vivida. Por que valorizar o conteúdo significa, na visão dela, fragilizar as relações humanas? Por que essas experiências individuais e coletivas não podem se constituir matéria prima para a formação?

Nesse contexto, compreende-se que a partir do que esses jovens têm a nos dizer, que estabelece possibilidades de pensar a vida, a educação e a escola, para além dos modelos pedagógicos de valorização de saberes dito como verdade em suas práticas pedagógicas.

### **5.2.1 A relação entre presença no Projovem e a frequência escolar**

Diante da problematização que envolve a relação aluno e escola, a inserção e permanência do aluno na escola torna-se um grande desafio. Referindo-se a participação dos jovens no CRAS, o entrevistado 5 relata que:

A interação é relativamente boa, se for fazer uma análise comparada com a inserção e a participação dele em outros programas. Só o que é relativamente bom não quer dizer que é nível de excelência né, porque isso aí é outro padrão, mas acho se for comparado com a escola, eu acho que a participação e a interação é melhor, visto que eles não são obrigados a participar também. (ENTREVISTADO 5).

A evasão escolar constitui, então, um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Projovem, já que constitui uma de suas funções principais:

Acredito que um dos maiores motivos para evasão é a desmotivação. Porque os que nos move é aquilo que dá certo. Se apesar do meu esforço eu não vejo resultado, eu desestímulo. Talvez a escola tenha que valorizar aquilo eles trazem. Porque se eu potencializo aquilo que ele ainda não, ele vai desistir. Então tem que se partir da lógica de potencializar que ele sim, que ele dá conta, o que ele tem de habilidade. Talvez se a gente valorizasse aquilo que ele tem de melhor aquilo que ele sabe fazer. A gente tem que produzir sentidos, que faça com que ele queira estar na escola. Que não sejam a merenda, os encontros, mas verdadeiramente o aprender. (ENTREVISTADO A).

A evasão está relacionada com o desestímulo. A escola não motiva em nada. A escola permanece com o mesmo padrão. Eu acho que é um avanço os alunos trocarem de sala ao invés dos professores. Mas a escola precisa melhorar muito. Por exemplo, na escola é proibido o uso de celular. Mas é uma tecnologia que é deles não é da minha geração não sei, não era tão informatizado assim. Não era tão acessível assim. Mas é a deles. Eles se comunicam o tempo todo. E a gente tira essa ferramenta ao invés de fazer um programa par fazer que eles usem da melhor maneira possível. Da maneira correta. (ENTREVISTADA B)

A escola de hoje é a mesma que a gente estudava há anos atrás. Acaba sendo desestimulante. (ENTREVISTADA C).

Todos os entrevistados concordaram que o desestímulo é um dos fatores principais no processo de evasão escolar.

Esse fato, também foi constatado na Pesquisa da Evasão Escolar (2009), realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que apontou a falta de interesse como o principal motivo que leva o jovem brasileiro a evadir. Revela ainda que 40% dos jovens de 15 a 17 anos que evadem deixam de estudar simplesmente por acreditarem que a escola é desinteressante.

Os dados citados pela pesquisa podem estar nos revelando à resistência dos jovens ao peso monótono, rígido da engrenagem escolar (ARROYO, 2010, p. 390). Esse autor afirma que não dá para contemporizar as lógicas perversas, pesadas, antidemocráticas, excludentes e seletivas que, por longas décadas, vêm estruturando nosso sistema de educação básica.

Dessa forma, é necessário avançar na construção de outras lógicas estruturantes do trabalho dos docentes e dos educandos, lógica essa que considera o próprio aprender humano, do respeito aos complexos processos mentais, culturais, que entram e joga na aprendizagem, na socialização, posto anteriormente. Nesse sentido, o desafio da escola é conseguir estruturar os espaços e tempos escolares aos educandos - sujeitos concretos em suas trajetórias humanas.

Quando foi perguntado em entrevista se o Projovem Adolescente possuía algum mecanismo para verificar a permanência desse jovem na escola responderam que “A gente não tem os números de quantos jovens voltaram pra escola depois do Projovem. Seria um dado interessante” (ENTREVISTADO 6).

As entrevistadas 8 e 9 comentam que não há instrumento de verificação da inserção do jovem na escola e se esse evadiu.

Não há um acompanhamento pessoal de cada jovem na escola. O que há é um cuidado pra aquele que tá fora da escola, pra que ele retorne pra escola. Quando tá totalmente fora, a gente procura a EJA [Educação de Jovens e Adultos] explica, insere ele na EJA. Então, essa preocupação de mantê-lo na escola é permanente, mas como ele está na escola não. Pelo coletivo a gente sabe se ele evadiu. Pelo coletivo a gente sabe. Se tá na série regular ou em defasagem. (ENTREVISTADA 9)

Nosso trabalho é divulgação e captação. Nosso trabalho não é só divulgar. Quando nós apresentamos nas escolas e lançamos nossa proposta, é... Cabe também a escola aderir ou não, ela pode falar não... ela pode falar...que tem várias atividades .... Acontece também. A gente tem a dificuldade de chegar, “há agora não dá”... “Pode ser um segundo momento”? Uma ação nossa a gente não consegue fechar em um único contato. A gente precisa sempre de um segundo momento e fechar. O único controle que a gente consegue ter é no momento da inscrição que a gente consegue obter dados se ele tá fora ou não da escola e aí nós enquanto assistente social, a gente vai trabalhar, junto à família, o retorno dele pra escola e buscar os motivos e justificativas porque esses jovens estão fora da escola. ( ENTREVISTADA 8)

Acredito que o acompanhamento pedagógico com a escola não é feito. Acho muito interessante a escola que compra a ideia. Nós na verdade trabalhamos para que esse jovem seja também um jovem melhor na escola que ele compreenda. Porque é isso que agente faz o tempo todo, que eles compreendam o valor de estar ali estudando às vezes eles reclamam, “Ah M mais assim a escola é horrível”, “a escola”... Reclama muito, o “coordenador anotou meu nome”, mais olha o seu comportamento como tá. E o que você fez para que esse coordenador esse diretor esse pedagogo ou esse professor agisse assim com você? E assim a gente é parceiro da escola e a escola já compreendeu isso. ( ENTREVISTADA 6).

Foi relatado também que:

A gente trabalha com o retorno desse jovem para escola. A gente trabalha nessa perspectiva. O dado específico de retorno na escola à gente não consegue ter. Porque não é o assistente social que tá direto no grupo é o estagiário, então algumas informações se perdem. Eventualmente a gente sabe, porque a gente tá passando nos coletivos; Mas não é um dado de avaliação não, deveria ser inclusive, mas no momento a gente não faz essa avaliação não (ENTREVISTADA 8).

De acordo com o Entrevistado 5:

O contato com a escola para verificar evasão, está acontecendo agora nos últimos meses. Me pediram que eu passasse para eles o número de jovens. Quais estavam em idade escolar correta e os que estavam em defasagem, que tinha reprovado mais

de dois anos outrês anos. O nível de defasagem. Só que é um programa grande... A quantidade de jovens é grande também. Eu acredito que eles estão no nível de levantamento de dados mesmo, do inventário (ENTREVISTADO 5).

Um dos profissionais da escola relatou:

Eu soube que o aluno [refere-se ao jovem 34] está participando do programa porque ele me falou. O jovem [refere-se ao jovem 34], por exemplo, no ano passado, foi o nosso aluno e hoje é novamente. Esse ano começou a faltar bastante. Ele teve altos e baixos. Muito nervoso, disperso. No finalzinho deu uma melhorada. Ele participando do Projovem eu acredito que tenha ajudado. Porque de uns meses pra cá ele está frequentando, as notas melhoraram (ENTREVISTADA C).

O profissional do Projovem considerou:

Não é uma conquista prática ou pragmática é uma conquista dele chegar pra você e falar: “Pô, R agora eu vou voltar a estudar” (ENTREVISTADO 5).

Buscando identificar a relação entre a participação no Projovem, no CRAS, com a frequência desses jovens, levantou junto a uma das escolas pesquisadas (escola Y) a frequência de 10 alunos na disciplina Matemática durante o ano de 2013. Todos os 10 participaram dos grupos focais. A escolha da disciplina foi aleatória. As fontes de pesquisa foram às pautas. Os dados sistematizados se apresentam da seguinte forma:

**QUADRO 6 - faltas de alunos, participantes do projovem, na disciplina de “matemática”, com uma carga horária de 160 horas, no ano de 2013**

Aluno	Série	Tur no	Meses									
			Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag o	Set	Out	Nov	Dez
Jovem 34 GF RV	4 <sup>a</sup>	Mat	19	22	20	28	19	13	10	07	06	04
Jovem 32 GF RV	Conclusivo	Not.	07	06	08	05	06	03	00	01	00	00
Jovem 17 GF SPV	Intermedi	Ves	15	12 f	17	14	13	08	09	00	00	00
Jovem 11 GF SPM	6 <sup>a</sup>	Ves p	20	17	19	13	16	07	06	04	03	03
Jovem 09SPM:	7 <sup>a</sup>	Ves	18	17	20	23	10	07	06	04	00	00
Jovem 25RM	5 <sup>a</sup>	Ves	22	17	23	10	07	06	07	03	04	02
Jovem 16 GF RV	Intermediario	Not	10	09	12	14	13	12	09	00	00	00

Jovem 20 GF SPV	Inicial	Not	11	16	14	13	11	09	04	00	01	02
Jovem 22 GF RM:	Intermed iario	Not	14	13	10	08	05	07	04	00	00	02
Jovem 33 GF SPV	Intermed iário	Not	04	06	01	00	00	00	00	00	00	00
Jovem 32	Conclusi vo	not	07	06	08	05	06	03	00	00	00	00

Fonte: Elaborado pela autora

Obs: O quadro em azul indica o mês em que o aluno se vinculou ao Projovem

Os dados demonstrados que estão no quadro acima podem ser interpretados para além das estatísticas de um aluno faltoso. Vimos frases muito duras dos jovens que participaram dos grupos focais. *Desanima muito, Não consigo aprender, São muito arrogante*. Talvez, em uma análise mais apressada, poderíamos acreditar que esses jovens, como tantos, não teriam consciência do seu direito à educação. Todavia, podemos enxergar em suas falas a tensa construção desse direito para aqueles que experimentam a escola em seu cotidiano.

Miguel Arroyo (2011) nos faz refletir de estarmos acostumados a medir a extensão da garantia do direito universal à educação a partir das taxas de escolarização. Porém, o autor nos alerta para o discurso de que quase a totalidade das crianças e adolescentes está na escola e, portanto, estão com seus direitos universalizado e garantido. Para Arroyo, a realidade não é bem essa, devemos nos atentar *como* realmente o direito à educação básica é vivido por milhões de adolescentes e jovens que frequentam as escolas, sendo revelada em suas trajetórias uma tensão permanente por ir e permanecer.

Dessa forma, os tempos de escola deveria ser a experimentação de todas as promessas acumuladas historicamente no direito à educação. Percebemos através dos relatos dos jovens e documentos, que o chamado direito universal à educação e as formas correntes de vivenciá-los nas escolas estão muito distantes, que “Em realidade, as crianças e adolescentes não vivem o direito à educação, vivenciam apenas as formas correntes em que se traduz nas escolas”. (ARROYO, 2011, p. 118).

Durante a pesquisa, pode-se perceber que a atuação dos educadores sociais do Projovem foi fundamental para a redução das faltas escolares, tendo em vista os depoimentos dos jovens participantes dos grupos focais das regiões de Resistência e São Pedro. Todavia, há fragilidades na interlocução entre o Projovem e o sistema educacional, necessitando maior intersetorialidade nas áreas de educação e de assistência social, expresso na fala a seguir: "Com a secretaria de educação nós temos um relacionamento muito pequeno" (ENTREVISTADO 9).

Dessa forma, criar estratégias de permanência desses jovens no contexto escolar se faz necessário. Uma interlocução com os programas sociais que atendem os mesmos jovens se faz necessária. Pode-se constatar através das entrevistas com os profissionais da escola e documentos que houve uma diminuição no quantitativo de faltas após a inserção no Projovem Adolescente. Entretanto, o Programa não possui nenhum instrumento de acompanhamento para verificar se o jovem não está evadindo da escola ou se o Programa está tendo alguma influência nesse processo e da mesma forma, a escola desconhece a forma de atuação do programa e como se estabelece as práticas desenvolvidas com *seus alunos*. Nesse sentido, aproximar o universo *do ser jovem* do Projovem do universo *do ser* aluno das escolas poderá possibilitar outras formas de entendê-los e interferir de forma positiva na sua trajetória escolar.

### 5.3 VIOLÊNCIA EM FOCO

A parcela da população mais atingida por representações estereotipadas são os jovens pobres e negros, haja vista o fato já relatado neste trabalho sobre ações discriminatórias envolvendo jovens negros e pobres no Shopping Vitória. Tais fatos vêm se acentuando nas últimas décadas traduzidas em violência urbana e agravamento das desigualdades sociais.

As várias formas de violência simbólica e físicas dos quais são vítimas foram questões recorrentes nos grupos focais. Entre eles há a crença de que o Projovem pode protegê-los inclusive da violência policial. Por isso, sugeriram a criação de um código – uma camiseta – que os relacionasse imediatamente ao Programa, o que, supostamente, inibiria investidas mais agressivas:

— A gente poderia ter uma camisa que identificasse a gente. Igual antigamente. Aí eles não param e batem na gente. (JOVEM 22 GF RM)

— É mesmo! Assim, eles não para a gente falando que nós é vagabundo. Identifica. Sabe que a gente é do Projovem. (*JOVEM 23 GF RM*)

Os jovens se referem às constantes abordagens policiais que são realizadas nas regiões onde moram e estudam.

Perguntas aparentemente simples, como *o que é ser jovem* devolve-lhes a lembrança de que, diferentemente de outros jovens contaminados pela ideia de imortalidade e infinitude, o seu tempo é outro, é finito, é de pouca esperança:

— Ela falou que não vou chegar aos 30 [refere-se ao jovem 7]. (ENTREVISTADO 3 GF SPM)

— Aos 30? Acho que não chega aos 18. Há professora [refere-se a facilitadora] acho que a maioria não chega aos 30.

— Por quê? (Facilitadora)

— Chegar aos 30? !! Posso falar? Tá liberado? Do jeito que você faz fumando traficando atrás da minha rua... ainda no bequinho. (ENTREVISTADO 7 GF SPM).

A fala do Entrevistado 3 revela a realidade vivenciada por esses jovens em seu cotidiano. A cooptação pelo tráfico é um grande desafio para o enfrentamento pelo Programa. Desenvolver a autoestima nesses jovens e proporcionar outras possibilidades foi posto pelo Entrevistado 10, ao dizer que *“O desafio é conseguir, cada vez mais, nessa dinâmica rígida, numa sociedade onde o crack, a violência tão se alastrando de forma muito intensa, que o jovem perceba no Projovem outras possibilidades”*.

Um outro momento no grupo focal que chamou a atenção foi quando foram perguntados sobre *o que queriam ser no futuro*, e eles responderam:

— Eu quero ser policial. (Entrevistado 14 GF SPV)

— Por quê? (Facilitadora)

— A gente vai poder bater também. (Entrevistado 14 GF SPV)

— Eu quero ser policial. (ENTREVISTADO 32 GF RV)

— Por quê? (Facilitadora)

— Eles podem fazer tudo e nunca dá nada pra eles. (*ENTREVISTADO 32 GF RV*)

A impunidade policial é nitidamente percebida pelos sujeitos de pesquisa. Uma impunidade

que os transformou nas principais vítimas. Investidos no papel de agentes do Estado, policiais podem, em nome da ordem, praticar atos que se praticados por “pessoas comuns” poderiam ser considerados crimes. Há também o desejo de fazer o ajuste de contas: “A gente vai poder bater também”, e poderíamos completar, “bater em quem nos bate”.

Em outro momento do grupo focal, eles falam das respostas que deram aos abusos recebidos dentro da escola. Nitidamente foi possível observar que, para a maioria deles, a violência é uma forma de resolução de conflitos. A violência aparece como elemento chave no processo de socialização juvenil.

— Antes eu era zoadado com força na escola X. Agora ninguém zoa mais.  
(JOVEM 34GF DE RV)

— Por que ninguém zoa mais?(FACILITADORA)

— Porque agora eles têm medo [refere-se aos colegas]. JOVEM34 GF DE RV)

— Se falar comigo agora, eu meto porrada. (JOVEM34 GF DE RV)

Os relatos acima também nos fazem pensar sobre a violência como referência de construção da identidade masculina; que o respeito é conquistado por meio de atos violentos. No entanto, a violência não é só física, ela também é simbólica, revelando-se por meio de expressões faciais, constrangimentos, xingamentos etc. Jovem 34, abaixo, relata como é tratado por outros colegas e de como a escola reage diante do fato:

— Qual exemplo de falta de respeito que percebem na escola.?(FACILITADORA)

— Vou encurtar a conversa. Olha, tem gente que só por causa da cor da pele fica chamando a gente de macaco... Esse monte de coisas.

Um dia eu dei um soco na boca de um. Quebrei o dente dele de raiva.

— Você não falou para os profissionais da escola? . (FACILITADORA)

— Não adianta. Quando a gente vai falar alguma coisa, a gente tá errado e acaba tomando ocorrência. (JOVEM 34 Grupo Focal de RV).

Pode-se perceber na fala do jovem 34, que a escola que seria um espaço que:

Deveria contribuir para modificar as mentalidades antidiscriminatórias ou pelo menos para inibir as ações discriminatórias acaba contribuindo para a perpetuação das discriminações, seja por atuação direta de seus agentes, seja por omissão perante os conteúdos didáticos que veicula, ou pelo que ocorre no dia a dia da sala de aula (PINTO, 1993, p. 27).

Dessa forma, a forma que o outro é percebido irá determinar os contornos das relações interpessoais, influenciada pela forma que a sociedade caracteriza as pessoas tendo como referência um padrão que considera comum e natural para um grupo social, ou uma faixa etária. Os valores pré-estabelecidos que vá se construindo são traduzidos em expectativas e normas se esperando que as pessoas se comportem de acordo com essas expectativas.

Compondo essa afirmativa, Oliveira (2005, p. 33-34) também menciona que a forma dos profissionais da escola em caracterizar o jovem negro “Evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois em muitos momentos o professor julga a criança [vítima de] culpada pela discriminação”.

A violência sofrida pelos jovens evidenciadas nas suas falas dos grupos focais também foi revelada nos índices de homicídio registrados na região de São Pedro:

**Tabela 19 - Representatividade do nº homicídio de jovens de São Pedro no município de Vitória**

Ano	Total	Jovens (15 - 29 anos)	Rep. %	Jovens (15 - 29 anos) em São Pedro
2007	173	84	48,50%	32
2008	167	98	58,60%	24
2009	155	91	58,70%	25
2010	147	95	64,60%	24
2011	127	65	51,10%	14

Fonte: Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos/Gerência do Observatório de Direitos Humanos

**Tabela 20 - Representatividade do nº homicídio de jovens de São Pedro no município de Vitória de acordo como sexo**

Ano	Total (São Pedro)	Masculino	Feminino
2007	32	32	00
2008	24	23	01
2009	25	24	01
2010	24	23	01
2011	14	13	01

Fonte: Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos/Gerência do Observatório de Direitos Humanos

Segundo a Gerência do observatório de Direitos Humanos e Segurança cidadã do município de Vitória, todos os jovens assassinados na Região de São Pedro, no ano de 2011, eram em sua totalidade negros. Esses índices vêm afirmar o elevado número de jovens que são vitimizados no município de Vitória, mencionado no capítulo 2, e em especial na Região de São Pedro.

#### 5.4 PROJOVEM E O MUNDO DO TRABALHO

Na percepção dos jovens o *Trabalho* está entre as suas angustias. Ele também foi uma questão recorrente durante os grupos focais. Percebeu-se que gostariam de estagiar como forma de iniciar a sua inserção no mundo do trabalho.

E ele é sedento pra trabalhar, então a gente trabalha assim. muita temática do mundo do trabalho porque eles são muito ansiosos por conseguir um estágio e a gente se alegra muito quando a gente perde esse jovem pra um estágio né...e .... É... A gente trabalha com geração de renda do tipo no mês passado a gente trabalhou com designer de sobancelhas que apesar de ser fashion pode gerar renda e... Então a gente trabalhou também decopagem que é aquelas caixinhas que pode ser artesanato, mas também gerar renda então a gente tenta. A gente tá agora a gente tá planejando alguma coisa com produção de comida justamente pra revenda depois do que forproduzido que eles aprendem a fazer, então a cada... de tempos em tempos a gente troca três meses a gente troca.( ENTREVISTADA 9)

Esse fato foi constatado em todos os jovens participantes do Grupo Focal realizado nos CRAS do Bairro Resistência e São Pedro

Sabe que é, falaram quando eu entrei aqui que a gente teria estágio pra nós. E eu queria saber se isso é verdade. (JOVEM 3 GF SPM).

Tipo assim... Na minha opinião, eu queria que aqui fosse um estágio... tipo... Como de segunda a sexta... Tudo organizadinho....A gente chegava...os negócios lá e passava o cartãozinho lá. Depois a gente subia. Na moral, véio, podia ser assim. (JOVEM 5 GF SPV).

Seria bom se aqui no Projovem a nossa inscrição garantisse uma vaga em um estágio (JOVEM 6 GFSPM).

Porque é assim professora [refere-se à facilitadora], é muito difícil, é muito difícil conseguir uma vaga. É muito difícil. (JOVEM 32 GF RV).

Eu já fiz inscrição pra estágio, mas eles nunca me chamaram. Eu dou o maior azar, professora, pra esse negócio de estágio, Eles não me chamam, não, professora. (JOVEM 29 GF RM)

Eu também. Nunca me chamam, não sei porquê. (JOVEM 22 GF RM)

Essa dificuldade em conseguir estágio pelos entrevistados se acentua cada vez mais em uma sociedade que: “A aparência e o endereço funcionam como filtros seletivos no competitivo e mutante mercado de trabalho”. (NOVAES, 2007, p. 18). Dessa forma, a autora considera a necessidade de realizar um novo (re) significado entre educação e qualificação profissional, pressupondo além de equipamentos e recursos humanos, uma nova cooperação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores condizentes as exigências do século XXI.

Nesse sentido Antunes (2011), relata que na virada do século XX para o século XXI, houve uma metamorfose no processo de produção do capital com repercussões no processo de trabalho, como a exclusão dos jovens do mercado de trabalho nos países avançados, e uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada como nos países asiáticos e latino-americanos.

Esse processo vem afirmar o papel de que os jovens das classes populares são submetidos em um sistema capitalista de perfil neoliberal. Vivenciam a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, na maioria das vezes, submetidos a empregos poucos qualificados alimentando o exército de reserva.

Dessa forma, distancia-se cada vez mais o desejo expressado pelos jovens de “Conseguir um trabalho e vencer na vida” (JOVEM 34 GF RV)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar se o Programa Projovem Adolescente no Município de Vitória contribui para o processo de inserção e permanência de jovens no ambiente escolar formal. Adotei, para a realização desta investigação, como estratégia o estudo de caso. Este, por sua vez, foi composto por pesquisa documental, grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Para a descrição e interpretação dos dados, utilizei a análise de conteúdo, apoiada nos estudos de Laurence Bardin (2011).

Para se ter a percepção da totalidade da atuação do Programa no município, foi realizado um resgate da atuação do Projovem desde a sua fase original até a fase atual, no formato do Projovem Adolescente.

O capítulo 2 *Apontamentos da Categoria Juventude* apresenta os vários conceitos sobre a categoria juventude. Para tanto, apoiou-se nos estudos de Juarez Dayrell (2007), entre outros autores. Percorreu-se sobre a dinâmica de ser jovem - segmento populacional dinâmico que se transforma de acordo com as mudanças sócio-culturais. Nesse capítulo, busquei traduzir através desses autores o sentimento, as angústias e os medos dessa parcela da população, em relação às tendências percebidas no presente e às incertezas do futuro.

Também foi abordado nesse capítulo um item *Exclusão e Juventudes na contemporaneidade*, resultado de esforço teórico com vistas a refletir sobre o que é ser incluído ou excluído em uma sociedade capitalista. Recorri entre outros autores a José de Souza Martins para esclarecer a minha posição a respeito da suposta dualidade entre ser incluído ou excluído, levando em conta uma sociedade que inclui e integra e que cria formas desumanas de privilégios e não de direitos.

Também, nesse item, busquei os dados que revelam a necessidade de políticas públicas que traduzam os anseios enunciados pelo Conselho Nacional de Juventude. Mostram-nos os índices preocupantes de 32,8% que abandonam a escola sem concluir a educação básica e de 12% que frequentam o ensino superior. Para dialogar com esses dados, buscamos a autora Regina Novaes ao afirmar que existe um longo caminho para que os jovens sejam

reconhecidos como sujeitos de direito em uma sociedade que ainda vigora (pré) conceitos e concepções sobre a juventude dificultando o entendimento de ser esse jovem sujeito de direito com as suas vulnerabilidades e potencialidades.

No capítulo 3, com o título *Juventudes nas políticas sociais*, foi feita uma abordagem sobre as políticas de juventude no Brasil. Política essa que tem pouco tempo de história em nosso país. Por um longo período o nosso país não reconhecia esse segmento populacional como sujeitos de direito respeitando suas diversidades sociais, étnicas, regionais ou culturais. A educação era a única *política social* para a juventude, direcionada para as classes médias, com os jovens das camadas populares ingressando precocemente no mercado de trabalho, não sendo reconhecidos como jovens do ponto de vista do Estado e da Sociedade, como nos relatou Regina Novaes.

Nesse capítulo também fiz uma abordagem sobre os anos 80 e 90 com a chegada do projeto neoliberal ao Brasil, fase em que se teve novas percepções a respeito da juventude. Esse segmento passou a absorver todas as consequências das medidas restritivas dessa política, como a intensificação do desemprego, da concentração fundiária e do crescimento desordenado das periferias urbanas. Nesse contexto, surgiram novas percepções sobre os jovens que estão fora da escola e do mercado de trabalho e jovens como vítimas e promotores de violência. Assim, esse segmento populacional passa a ser incluído nas agendas das instituições sociais quanto a dos gestores públicos, tornando-se sujeitos no diagnóstico da questão social no Brasil. Também nesse capítulo foi realizada uma abordagem sobre o projeto neoliberal instituído no Brasil a partir da década de 90 e suas consequências para as políticas sociais e para os jovens das classes populares do Brasil.

O capítulo finaliza com uma rápida abordagem sobre as políticas de juventude no município de Vitória, priorizando os projetos cuja execução e elaboração são realizadas pelo próprio município, utilizando para tanto o estudo de Camila Taquetti (2010). A autora considera importante e inovador a implementação das políticas implementadas pelo município no período de 2005 a 2010 não se resumindo a meros executores de programas pré-estabelecidos e elaborados pelo governo federal. Considera também que as políticas de juventude a nível municipal acontecem na contramão dos interesses do sistema capitalista. Entretanto, é de extrema importância que os gestores insiram os segmentos menos favorecidos, dentre eles os jovens empobrecidos nas instâncias de decisão e deliberativos locais.

No capítulo 4 foi realizado um resgate histórico da atuação do Programa no município. Foram perceptíveis os desafios enfrentados pelo Projovem Original e Urbano na fase de implementação no período de 2005 a 2011. Nesse período, percebemos as dificuldades na execução do programa tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto à efetivação dos objetivos da sua proposta pedagógica. As dificuldades na efetivação das diretrizes curriculares proposta pelo Projeto Político Pedagógico do Projovem Original e Urbano foram fatos recorrentes tanto no seu formato Original quanto no Urbano. “E ainda se via práticas autoritárias” (ENTREVISTADO 1).

Também o alto índice de evasão dos jovens participantes do programa foi constatado nos dois formatos do Projovem. Analisamos esses fatos à luz dos autores como Dayrell, Nogueira e Miranda. Autores estes que consideram ser necessário problematizar o espaço de escolarização que, muitas vezes, contribui para afirmar o estigma da “incompetência” do jovem pobre das camadas populares.

Outro aspecto abordado foi à qualificação profissional do Projovem na modalidade Original e Urbano. Constatei, por intermédio do documento Projeto Pedagógico Integrado, que os jovens se preocupavam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão. Acreditavam que teriam, dessa forma, condições básicas para a sua emancipação e de sua família - *“A maioria dos jovens entraram [no Programa] pela questão do trabalho e para terminar os estudos”* ( Entrevistado 1).

Esse mesmo documento também faz menção ao difícil acesso desses jovens no mercado de trabalho formal. Quando se inserem, na maioria das vezes é de forma precária e de curta duração. Com o entendimento de Acácia Kuenser, analisamos que a inserção dos jovens empobrecidos no mundo capitalista se realiza de forma consentida, buscando atender em uma instância as suas necessidades, porém, tornando o trabalhador não um sujeito pensante e questionador, que transforma a si mesmo e a sociedade em que vive. Observei também o quão é importante que haja a criação de oportunidades dignas de trabalho, o que parece cada vez mais distante dentro da lógica capitalista, que flexibiliza e precariza cada vez mais as relações e as condições de trabalho. O aumento da exploração sobre o trabalho busca tornar o trabalhador um ser incapaz de pensar e questionar, incapaz de se perceber parte de uma totalidade, “Mas num ser que obediente à sua condição de explorado, com uma visão

fragmentada do mundo e cada vez mais dependente do seu explorador” (KUENZER, 2006, p. xx).

No capítulo 5 foi perceptível que os profissionais do Projovem Adolescente possuem a preocupação de envolver os jovens em suas atividades nos CRAS das Regiões em que pertencem (São Pedro e Resistência), com destaque para os educadores sociais que desempenham papel fundamental nesse processo. Percebi também que a melhor forma de divulgação do Programa era realizada pelo próprio jovem, que convidava seus amigos/as para participarem. Isso denota que os mesmos possuem uma avaliação positiva. Foi interessante constatar que as falas dos profissionais do Projovem se aproximam muito das falas dos jovens participantes dos grupos focais, no que diz respeito às expectativas desses jovens em relação ao programa e ao seu funcionamento. Para que isso fosse possível, foi criada a estratégia da escuta: os jovens são ouvidos pelos profissionais que atuam no Projovem e suas atividades são direcionadas levando em consideração as falas dos jovens participantes.

Constatei que o grande desafio do Programa é a evasão. Entretanto, a busca ativa realizada pelos profissionais do programa e a afetividade construída tem um importante papel: “É importante a busca ativa. No caso, eu entro em contato com os jovens que não estão vindo. Perguntamos: ‘Porque tá faltando?’ A gente tá sentindo sua falta.’ (ENTREVISTADA 7)

Foi também perceptível o sentimento de desestímulo dos jovens quando se referiram às escolas em que estão matriculados. Relatam que nesses espaços não são ouvidos e respeitados. Revelando uma escola distante da realidade dos jovens das camadas populares que carregam para o interior do espaço escolar suas mensagens, seus códigos, suas marcas, não cabendo nos modelos pedagógicos postos em sala de aula. Percebi a dificuldade do reconhecimento do *ser jovem* no *ser aluno*, na escola que realizei a pesquisa, que nos mostra o grande distanciamento da escola das questões que são inerentes da condição juvenil. Para esse autor, é fundamental o respeito e reconhecimento da cultura jovem nas mais variadas formas de manifestações para que se estabeleça por parte dos jovens o sentimento de pertencimento nos espaços em que atuam. O desestímulo aparece como fator marcante para os jovens entrevistados desistirem ou evadirem da escola.

No item *Violência em Foco*, busquei relatar que a parcela da população mais atingida por representações estereotipadas são os jovens pobres e negros. Tais fatos vêm se acentuando nas

últimas décadas traduzidas em violência urbana e agravamento das desigualdades sociais. As várias formas de violência simbólica e físicas dos quais são vítimas foram questões recorrentes nos grupos focais, reveladas nos elevados índices de homicídios de jovens negros na região de Resistência e de São Pedro.

Na percepção dos jovens o *Trabalho* está entre as suas angústias. Ele também foi uma questão recorrente durante os grupos focais. Relatam que gostariam de estagiar como forma de iniciar a sua inserção no mundo do trabalho. Entretanto os jovens também falam sobre a grande dificuldade de se inserir no mundo do trabalho. A autora Regina Novaes afirma que essa dificuldade é acentuada cada vez mais em uma sociedade que considera aparência e endereço os filtros seletivos no competitivo e mutante mundo de trabalho.

Por fim constatei durante a pesquisa que o Projovem contribui para a inserção e permanência de jovens no ambiente escolar formal. Entretanto, inexistente um instrumento que permita esta avaliação pelo próprio programa. Percebe-se que há necessidade de aproximação do programa com as escolas em que esses jovens estudam, demandando maior intersetorialidade da ação governamental de suas estratégias metodológicas nas áreas da assistência e educação.

## REFERÊNCIAS

ABE, A. T. **Relatório técnico**. Vitória: Região São Pedro, 2006.

ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/alex/files/-1/8648/O+uso+das+no%C3%A7%C3%B5es+de+Juventude+e+Adolesc%C3%A7%C3%A3o+no+contexto+brasileiro.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso: seu potencial em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 51-54, maio 1984.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

AQUINO, L. M. Introdução. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2009.

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEHRING, E. **Política social fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BELCHIOR, D. **Shopping Vitória**: corpos negros no lugar errado. Vitória, 2013. Disponível em: <<http://negobelchior.cartacapital.com.br/2013/12/02/shopping-vitoria-corpos-negros-no-lugar-errado/>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

BETO, F. **Juventude e cultura neoliberal**. ALAI, América latina em Movimento. 28 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://alainet.org/active/1795&lang=es>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

BIANCO, D. M. O Projovem urbano na trajetória das políticas para juventude: desafios do programa e perspectivas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, p.22, 2010.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Quebrando mitos**: juventude, participação e políticas. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2010.

BRASIL. **Lei n. 11.129 de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de inclusão de Jovens-Projovem e cria o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Projovem adolescente Vitória-ES**. 2004. Disponível em: <[www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem/seminario-do-projovem-adolescente-2013-2010/ mesa-final-do-seminario/Vitoria\\_ES.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem/seminario-do-projovem-adolescente-2013-2010/ mesa-final-do-seminario/Vitoria_ES.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. **Brasil em desenvolvimento**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Projovem adolescente**. 2007. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/acessoainformacao/perguntas/secretaria-nacional-de-juventude>>. Acesso em: 6 Nov. 2013.

BRASIL. Internacional Conference on Social Welfare, **Inclusão social e cidadania**. Internacional Conference on Social Welfare, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Assistência social**. 2008. Disponível em: <[www.mds.gov.br/assistenciasocial](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial)>. Acesso em: 28 abr. 2013.

BRENNER, A. K.; LÂNES, P.; CARRANO, P. C. R. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: Processos sociais e propostas-políticas. **Revista de Estudos sobre Juventude - JOVENES**. México, v.2, n. 22. p.194-211, 2005.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; Yasbek, M. C.; Belfiore Wanderley, M. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CAMACHO, L. M. Y. **Projeto Agente Jovem**: ação, programa ou política pública de juventude? 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t039.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

\_\_\_\_\_. **Identities juvenis e escola**: construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: UNESCO, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13529:colecão-educacao-para-todos&catid=194:secad-educacao-continuada](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13529:colecão-educacao-para-todos&catid=194:secad-educacao-continuada)>. Acesso em: 28 abr. 2011.

CONNOLLY, P. **Racism, gender identities and young children**: social relations in a multi-ethnic, inner-city primary school. London: Routledge, 1998.

CORROCHANO, M. C. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Editora, 2010.

CORTI, A. P; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

DÁVILA. J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917– 1945). São Paulo: UNESP, 2006.

DAYRELL, J. **A Escola faz a juventude?** reflexões em torno da socialização juvenil. 2007. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/acervo.php>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. A juventude e a educação de jovens e adultos: reflexões iniciais novos sujeitos. In: SOARES, L. et. al. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. A escola como espaço sócio cultural. In: Dayrell, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

FONSECA, M. V. et al. **Negro e educação:** presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

FREITAS, M. S.; REIS, G. G. O Trabalho na juventude: uma análise preliminar sobre o que pensam os jovens a respeito dessa temática em Juiz de Fora/MG. Juiz de Fora. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/juventudeseidade/files/2011/09/juventude-e-trabalho.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 45-60, 2003.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Líber, 2005.

GENTILLI, R. **Representações e práticas:** identidades e processo de trabalho no serviço social. São Paulo: Vozes, 2006.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A falsificação do consenso:** simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A exclusão e a escola: o apartheid educacional como política de ocultação. In: GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; Gentili, P. (Org.). **Escola S.A.** Brasília, DF: CNTE, 1998.

GOMES, N. L. Educação de jovens e adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e**

**adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GUIMARÃES, Â. Dilemas da vivência da juventude negra no Brasil. In: PAPA, F. C.; F.; M. V. **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo, 2011.

HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa.** Disponível em: <<http://www.dicionariohouaiss.com.br/index2.asp.html>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempos de capital Feitiche:** capital financeiro trabalho e questão social. São Paulo, Cortez: 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Disponível em: <[www.ibge.com.br/home/estatistica/p.shtm](http://www.ibge.com.br/home/estatistica/p.shtm)>. Acesso em: 28 abr. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Contas Regionais:** produto interno bruto estadual. Espírito Santo. 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/apresentacoes/apresentacao\\_pib2007.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/apresentacoes/apresentacao_pib2007.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2013.

JORGE, A. **Introdução a percepção:** entre os sentidos e o conhecimento. São Paulo: Paulus, 2011.

JUNQUEIRA, L. A. P. **Mudança uma causa compartilhada:** do ERSa ao SUS. 203 p. 1996. Tese (Doutorado em saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

JUNQUEIRA, L. A. P. Articulações entre o serviço público e o cidadão. CONGRESSO INTERNACIONAL INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 2005, Santiago.

KOWARICH, L. Sobre a vulnerabilidade sócio econômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 20, fev. 2003.

KRUEGER, R. **Quality control in focus group research.** Em D. Morgan (Org.), Successful focus group: Advancing the state of the art., CA:Sage, p. 65-85. Newbury Park.1993

LUDKE, M.; André, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza, e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, R. F. S. **Expansão urbana, segregação e violência.** Vitória, ES: EDUFES, 2011.

MEIRA, V. S. **A juventude negra no combate às desigualdades socioraciais no Espírito Santo.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MINAYO, C. N. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. Rio de Janeiro: Hucitec. 2003.

MORGAN, D. **Future directions for focus group.** Em D. Morgan (Org.), Successful focus

group: Advancing the state of the art.,CA, p. 225-244.Sage.1996

MOURA, G. Ilhas negras num mar mestiço. In: Carta falas, reflexões, memórias. RIBEIRO, Darcy. Brasília, v.4, n.13, p.12,1994.

NAKANO, M.; ALMEIDA, E. Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1085-104, out. 2007.

NETTO, J. P. **Economia política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez , 2010.

NOVAES, R. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes). In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Editora Papirus, 2011.

\_\_\_\_\_. Juventude e sociedade: jogos de espelhos: sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial - Ciência e Vida**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 8x, out. 2007.

NÓVOA, A. Refletindo sobre educação continuada. **Revista Nova Escola**. Local, v. 1, n. 4, p. 7, ago. 2002.

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa: Conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, E. C.; FILHO, Custódio, J. B. **O que há de novo no ProJovem**: olhares sobre a experiência de implementação do programa em Vitória. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/87.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/87.pdf)>. Acesso em: 2 de fev. 2014.

OLIVEIRA, L. V. N. Economia solidária e conjuntura neoliberal: desafios para as políticas públicas no Brasil. Unioeste, Cascável. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas sócias no Brasil. 13 a 15 de outubro de 2005. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Segurança com cidadania**. 2010. Disponível em: <[segurancacomcidadania.org/intitucional/o-programa-conjunto-2010/Brasil](http://segurancacomcidadania.org/intitucional/o-programa-conjunto-2010/Brasil)>. Acesso em: 20 out. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho descente e juventude no Brasil**: Brasília, DF: Editora Atlas, 2009.

PASSOS, J. C. As práticas educativas do movimento negro e a educação de jovens e adultos. In: Alfabetização e cidadania. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**. Salvador,v.2, n. 18, p. 23, set. 2010.

PEREGRINO, M. **Múltiplas identidades e escola/identidades juvenis**. 2007. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=1020](http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1020)>. Acesso em: 18 abr. 2011.

PINTO, R. P. **Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1993.

POWELL, R. A.; SINGLE, H. M. Focus groups. **International Journal of Quality in Health Care**, Oxford, v. 8, n. 5, p. 499-504, 1996.

RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R. C. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. Sinapse Ambiental, Belo Horizonte, Setembro de 2009, 24 p. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE\\_ARQ\\_REVIS\\_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=46b54c171225585f485dbe68141d08b4](http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=46b54c171225585f485dbe68141d08b4)>. Acesso em: 01 fev. 2014.

RODRIGUES, Rogério. **A educação cindida e a formação do sujeito:** para além de uma pedagogia do "bem" e do "mal"<sup>1</sup>An. 5 Col. LEPSI IP/FE-USP 2012. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/s.php?pid=MSC0000000032004000100051&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/s.php?pid=MSC0000000032004000100051&script=sci_arttext)>. Acesso em: 3 out. 2013.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SALTINI, C. J. P. **Afetividade e inteligência.** 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano:** caso da Grande Vitória - 1950-1980. 2. ed. Vitória, ES: Grafitusa, 2010.

SOUZA, R. Participação e controle social. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude:** uma questão em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p.167-188.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil:** desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n. 4, p. 3, out./dez. 2006.

TAQUETTI, C. L. **A gestão das políticas de juventude:** o caso de Vitória 2005-2010. Vitória: UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

VIOLANTE, M. L. V. O perfil psicossocial da criança e do jovem marginalizados. **Título**, São Paulo, ano 10, n.18, p.46-51, ago. 1990.

VITÓRIA. Secretaria de Assistência Social. **Projovem Adolescente.** Disponível em: <[www.vitoria.es.gov.br/Projovem\\_adolescente\\_2011](http://www.vitoria.es.gov.br/Projovem_adolescente_2011)>. Acessado em: 4 dez. 2013.

VITÓRIA. Secretaria de Assistência Social. **Vitória em dados.** Disponível em: <[www.vitoria.es.gov.br/Projovem\\_adolescente\\_2010](http://www.vitoria.es.gov.br/Projovem_adolescente_2010)>. Acesso em: 4 dez. 2013.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Título do Projeto: Investigando o Projovem como estratégia de Inclusão Sócioeducacional de Adolescentes no Município de Vitória. Viculado ao Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia/EMESCAM. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Gilsa Helena Barcellos

Prezado Sr (a),

O menor sob sua responsabilidade está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará o Programa Nacional de Inclusão de Jovens Adolescentes- PROJOVEM como estratégia de inclusão social de adolescentes no Município de Vitória. Você foi selecionado (a) porque é residente da região de São Pedro 1 ( território 1 ) e .Resistência ( território II ), sendo participante do PROJOVEM e por frequentar as Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município de Vitória ( EMEFs ). Foram excluídos da pesquisa os adolescentes que estão no Ensino Médio, os que não aceitarem participar e os que não residem na região de São Pedro. A sua participação nesse estudo consiste em integrar grupos denominados grupos focais que tem como objetivo a discussão de temas relacionados à pesquisa. Estes deverão acontecer no CRAS onde se realiza o Projovem em horário previamente acordado com os sujeitos de pesquisa e o órgão. Durante a realização dos grupos focais deverá ser resguardados a privacidade dos participantes, para tanto, estarão presentes a pesquisadora e uma facilitadora apenas. Esta, a facilitadora, não deverá estabelecer qualquer relação com os sujeitos de pesquisa e com a instituição e programa pesquisados. As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa. Ainda mais, para preservar a identidade dos participantes, estes serão identificados por números. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Sua participação é muito importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Os resultados da pesquisa servirão para compreender com maior profundidade aspectos que envolvem a realidade da juventude do município de Vitória e ao mesmo tempo compreender como se dá a participação do adolescente no Projovem, sua percepção sobre o Programa e em que medida o qualifica (aprendizagem, sociabilidade, participação, iniciativa etc) no seu ambiente escolar. Dessa forma, pode-se construir

um panorama da eficácia do projeto para melhor atendimento dos seus usuários. Para o jovem, este projeto pretende compreender com maior profundidade aspectos que envolvem a realidade da juventude no município de Vitória e, ao mesmo tempo, compreender como se dá a relação de jovens com uma política socioeducacional de caráter inclusivo. Os dados coletados ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, que os guardará por cinco anos e que, ao fim desse período, deverá incinerá-los. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento

**Pesquisador responsável: Marilene Bento de Araujo, RG: 669732; CPF: 03086447788; Tel: 88004431; e-mail: leni2araujo@uol.com.br** **Gilsa Helena Barcellos:** Professora e Doutora. CPF: 732.192.667-20. Contatos: (27) 8803-0853. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, Vitória-ES, ..... de ..... 2012. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo. Nome do participante: \_\_\_\_\_ Assinatura do participante ou representante legal \_\_\_\_\_ Nome e Assinatura do pesquisador Data \_\_\_\_\_

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança

**APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

Título do Projeto: Investigando o Projovem como estratégia de Inclusão Sócioeducacional de Adolescentes no Município de Vitória. Vinculado ao Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia/EMESCAM. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Gilsa Helena Barcellos

Prezado Sr (a),

Está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que estudará o Programa Nacional de Inclusão de Jovens Adolescentes - PROJOVEM como estratégia de inclusão social de jovens no Município de Vitória. Você foi selecionado (a) por trabalhar diretamente com os jovens em questão. Para tanto será aplicado um questionário semiestruturado sendo as informações obtidas nesse estudo confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa. Ainda mais, para preservar a identidade dos participantes, estes serão identificados por números. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Sua participação é muito importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Os resultados da pesquisa servirão para compreender com maior profundidade aspectos que envolvem a realidade da juventude do município de Vitória e ao mesmo tempo compreender como se dá a participação do jovem adolescente no Projovem, sua percepção sobre o Programa e em que medida o qualifica (aprendizagem, sociabilidade, participação, iniciativa etc) no seu ambiente escolar. Dessa forma, pode-se construir um panorama da eficácia do projeto para melhor atendimento dos seus usuários. Para o jovem, este projeto pretende compreender com maior profundidade aspectos que envolvem a realidade da juventude no município de Vitória e, ao mesmo tempo, compreender como se dá a relação de jovens com uma política socioeducacional de caráter inclusivo. Os dados coletados ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, que os guardará por cinco anos e que, ao fim desse período, deverá incinerá-los. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**Pesquisador responsável: Marilene Bento de Araujo, RG: 669732; CPF: 03086447788;**

Tel: 88004431;e-mail: leni2araujo@uol.com.br

**Gilsa Helena Barcellos:** Professora e Doutora. CPF: 732.192.667-20. Contatos: (27) 8803-0853 Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM,

Vitória-ES, ..... de ..... 2012.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante :

---

Assinatura do participante

Data:

---

Nome e Assinatura do pesquisador Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança

## **APENDICE C - Roteiro para os grupos focais**

### **Bloco 1**

1. Nome
2. Idade
3. Sexo
4. Cor
5. Estado civil e se tem filhos
6. Local de moradia
7. Nome dos pais ou responsáveis
8. Nº de irmãos
9. Escola em que estuda

### **Bloco 2**

1. O QUE VOCÊ SABE SOBRE O PROJovem?
2. A RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PROJovem
3. SIGNIFICADO DO QUE É JOVEM
4. A CONTRIBUIÇÃO DO PROJovem PARA A SUA VIDA NA ESCOLA

5. FALAR SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS (EDUCADOR SOCIAL, E DOS PROFESSORES DA ESCOLA FORMAL)
6. VOCÊ SE SENTE RECONHECIDO PELO PROJÓVEM? POR QUÊ?
7. APRENDIZAGEM
8. PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO: RELAÇÃO COM OS COLEGAS E COM OS PROFESSORES
9. SE HÁ OUTROS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO FORA DA ESCOLA
10. PROBLEMAS QUE VOCÊ IDENTIFICA NO FUNCIONAMENTO DO PROJÓVEM. AS CAUSAS DESSES PROBLEMAS.
11. O QUE VOCÊ ACHA QUE DEVERIA MELHORAR? POR QUÊ?
12. DIFICULDADES PARA FREQUENTAR O PROJÓVEM E A ESCOLA
13. VOCÊ POSSUI ESPAÇO PARA SER OUVIDO NO PROGRAMA?

**APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas semiestructuras para os profissionais do Projovem**

## Bloco 1

1. NOME:
2. IDADE:
3. ATIVIDADE QUE DESENVOLVE JUNTO AO PROJOVEM
4. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO SERVIÇO PÚBLICO?
5. HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EDUCAÇÃO OU NA ASSISTÊNCIA SOCIAL?
6. HÁ QUANTO TEMPO ATUA NO PROJOVEM?
7. QUAL O SEU VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
8. QUAL A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO?
9. LOCAL DE MORADIA
10. ESTADO CIVIL
11. RAÇA/ETNIA
12. SEXO

## Bloco 2

- 1- COMO ACONTECE A GESTÃO DO PROJOVEM NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA?
- 2- O PROGRAMA POSSUI UMA ESPECTATIVA DE META A SER ATINGIDA NO MUNICÍPIO? QUAL?
- 3- QUAL A SUA CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE?
- 4- COMO O PROGRAMA É APRESENTADO AOS JOVENS PARTICIPANTES?
- 5- DE QUE FORMA OS JOVENS QUE AINDA NÃO ESTÃO INCLUÍDOS NO

PROGRAMA SÃO IDENTIFICADOS?

6- QUAIS OFICINAS SÃO OFERECIDAS?

7- NO QUE DIZ RESPEITO AO SISTEMA DE ENSINO REGULAR, O PROGRAMA POSSUI ALGUMA AÇÃO INTERSETORIAL COM AS ESCOLAS EM QUE OS JOVENS ESTUDAM?

8- EXISTE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA OS OBJETIVOS NORTEADORES PROPOSTOS PELO PROGRAMA COMO A INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO ENSINO REGULAR?

9- OS JOVENS POSSUEM ALGUM ESPAÇO PARA SER OUVIDO NO PROGRAMA?

10- NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS CONQUISTAS DO PROJovem ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA?

11- NA SUA OPINIÃO, QUAIS SERIAM OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA E QUAIS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?

**APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas semiestruturas para os profissionais das escolas municipais**

Bloco 1

1. NOME:
2. IDADE:
3. ATIVIDADE QUE DESENVOLVE NA ESCOLA?
4. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO SERVIÇO PÚBLICO?
5. HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EDUCAÇÃO?
6. QUAL O SEU VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
7. QUAL A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO?
8. LOCAL DE MORADIA
9. ESTADO CIVIL
10. RAÇA/ETNIA
11. SEXO

Bloco 2

- 1- VOCÊ CONHECE O PROJÓVEM?
- 2- EXISTE ALGUMA AÇÃO DO PROJÓVEM NA ESCOLA?
- 3- O QUE É SER JOVEM?
- 4- O QUE É SER ALUNO?
- 5- VOCÊ TEM CONHECIMENTO DO(S) ESTUDANTE(S) QUE FAZEM PARTE DO

PROGRAMA?

6- VOCÊ PERCEBE SE HOVE DIMINUIÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR ENVOLVENDO ALUNOS QUE PARTICIPAM DO PROJovem?

7- VOCÊ CONSIDERA QUE A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO PROGRAMA FACILITOU A RELAÇÃO COM OS COLEGAS E COM OS PROFESSORES EM SALA DE AULA?

8- DEPOIS QUE OS ESTUDANTES COMEÇARAM A FREQUENTAR O PROJovem, VOCÊ PERCEBEU MELHORIA NA APRENDIZAGEM?

9- QUAIS AS DIFICULDADES APRESENTADAS PELOS USUÁRIOS DO PROJovem PARA FREQUENTAR A ESCOLA?

10- OS ESTUDANTES SÃO OUVIDOS PELOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA (PROFESSOR, PEDAGOGO, COORDENADOR)?